

EXCLUSIVO

REPRESSÃO: LOCALIZADO SÍTIO CLANDESTINO



O famoso delegado Fleury, em 1970, precisou de um local onde pudesse interrogar presos políticos, sem que os órgãos de segurança do exército tivessem conhecimento. Foi nessa disputa entre setores rivais da polícia política paulista que surgiu o «sítio clandestino da repressão» apontado na semana passada pela revista «VEJA», como sendo a «Fazenda 31 de Março», ao sul da capital, na zona rural. Depois de duas semanas, fazendo-se passar por compradores de terras, nossos repórteres finalmente encontraram a fazenda, que pertence a Joaquim Rodrigues Fagundes, condecorado pelo ex-ministro Silvío Frota com a medalha da Ordem do Mérito do Pacificador junto com Harry Shibata, o legista do caso Herzog. As ligações da fazenda com os militares aparece também numa acusação existente na justiça, segundo a qual as terras foram griladas, com o emprego da violência e armas de uso exclusivo da Forças Armadas. No sítio clandestino da repressão estiveram, sem volta, muitos dos opositores do regime, que fazem parte da lista de 251 «desaparecidos» e mortos lançada recentemente pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.

A rota para a «Fazenda 31 de Março de 1964» e sua história estão nas páginas 4 e 5.

**ESPECIAL: DEZESSEIS
PÁGINAS NESTA EDIÇÃO.**

EM TEMPO:

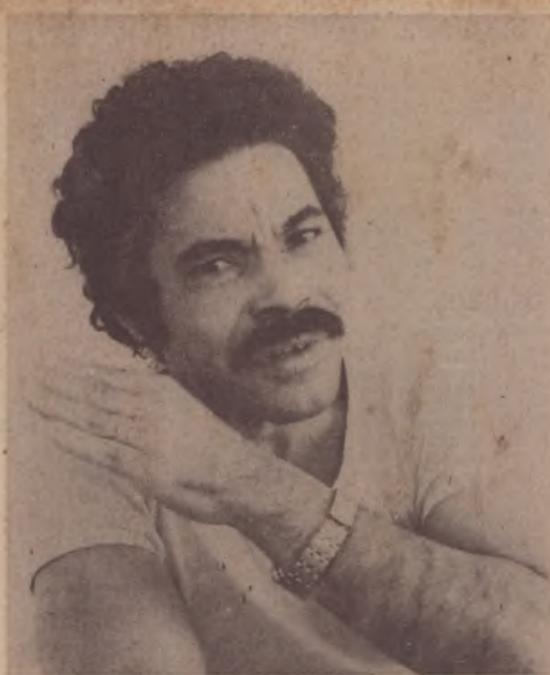
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 53 — DE 1ª a 7 DE MARÇO DE 1979

Fracasso da esquerda e ascensão de Khomeini

Pág. 14

Artigos neste número:

- 1** Décio Saes devassa a hegemonia burguesa dentro do MDB. *Pág. 3*
- 2** Antônio F. Nunes analisa campanha salarial dos metalúrgicos paulistas. *Pág. 7*
- 3** Zé Pedro de Osasco entra no debate sobre o PT denunciando pelegada. *Pág. 7*
- 4** Maurício Tragtenberg mostra ditadura nas fábricas paulistas. *Pág. 12*
- 5** Eder Sader e Robert Linhart: o dia a dia da classe operária francesa. *Pág. 13*
- 6** Guido Mantega nega a tese a democratização sexual. *Pág. 11*
- 7** Herbert de Souza e Theotônio dos Santos: Carter e a América Latina. *Pág. 6*



Entrevista:
**MANOEL
DA
CONCEIÇÃO**

Do exílio, o ex-líder camponês e ex-sindicalista rural fala sobre as experiências de luta no campo na década de 60 e comenta os rumos do sindicalismo hoje.

Pág. 9



Assembléia Geral

Convocamos todos os acionistas (A e B) e colaboradores da Editora Aparte S/A para a Assembléia Geral da empresa a se realizar dia 4 de março às 9 horas da manhã na sede do Jornal Em Tempo (R. Mateus Grou, 57 — São Paulo).

Reconstrução da UNE na reta final

Depoimento de Marcelo Barbieri, da UEE de São Paulo, analisando o movimento estudantil em 1978 e dando as dicas para a preparação do Congresso de fundação da UNE em maio próximo.

Pág. 8

Metalúrgicas vencem o medo

«Se eles descobrirem que eu vim aqui, me mandam embora na hora. A gente tem que vencer o medo». Procurando vencer o medo, o encontro das metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, realizado no dia 18 de fevereiro, que contou com a presença de apenas trinta mulheres, não deixou de ser uma grande vitória. Pela primeira vez, elas se reuniram para discutir sua situação de trabalhadoras. E das experiências pessoais relatadas, configurou-se no final o quadro de problemas comuns a todas as mulheres operárias.

«A gente gasta mesmo suor no trabalho. Porque não ganha o mesmo salário?». O desnível salarial foi um dos

aspectos mais abordados no encontro. Denunciou-se inclusive, a dispensa de metalúrgicas que trabalhavam na prensa para contratar mulheres com salários mais baixos.

Longe de revelar uma competição com o trabalho masculino, ela vem expressar a consciência de que a aceitação de salários inferiores ao do homem, comprime para baixo a remuneração de toda categoria e enfraquece a luta comum.

Outro ponto importante, muito ressaltado, diz respeito às péssimas condições de trabalho. Neste particular, as denúncias englobam a disciplina férrea da fábrica, que impõem horários até mesmo

para o uso dos sanitários, a insalubridade, a falta de material de segurança de trabalho, a extensão da jornada, problemas estes que não são peculiares à situação da mulher, mas que são comuns à maioria dos trabalhadores.

Além destes, foram levantados problemas que atingem especificamente à mulher trabalhadora: a dupla jornada de trabalho, a inexistência de creches, a discriminação da mulher casada, principalmente da gestante, e até mesmo o fato de ter que engolir as «cantadas» dos chefes e encarregados e de serem obrigadas, dentro do horário de trabalho, a «arrumar a casa e lavar a roupa do patrão». Também foi abordada a questão do trabalho noturno, havendo unanimidade entre as presentes quanto ao absurdo da lei que tenta regulamentá-lo. Conforme pode-se observar, todas as denúncias evidenciam o não cumprimento da legislação vigente. Dai, inclusive, a proposta de se criar uma fiscalização mais rigorosa por parte do sindicato.

Concluindo este encontro, foram aprovadas várias proposições para serem encaminhadas ao Congresso das Metalúrgicas, em maio próximo, na cidade de Pocos de Caldas. Uma proposta inovadora: estabilidade para gestantes a partir do terceiro mês de gravidez até um ano após o parto e criação do Departamento Feminino no Sindicato, cuja tarefa seria inclusive comemoração do dia internacional da mulher 8 de março. (Márcia Coelho/Fátima Anastasia)



Portelas e Portelices

Conheço de nome, três Portelas: o Petrônio, o Eduardo e a escola de samba. Até agora só a escola de samba continua a mesma. Petrônio tornou-se especialista no estudo da direção dos ventos (para saber que rumos deve tomar) e Eduardo, antes de assumir o ministério, ameaça enveredar pelo mesmo caminho.

«Ninguém deixará de estudar por não poder pagar», diz o futuro ministro da Educação ao revelar que pretende instituir o ensino pago nas escolas federais. O outrora professor diz ainda que está estudando a fórmula para que os proletas possam estudar, ganhando bolsas de estudo e também utilizando do sistema de crédito educativo, que deverá ser reformulado.

Dá para se saber o que acontecerá com as bolsas de estudo. O sobrinho do coronel, o amigo do deputado e o filho do industrial-amigo-de-autoridade terão bolsas garantidas, como é de praxe (e não acreditamos que o professor mude isso). Já os proletas, terão que provar a



pobreza (não será essa uma forma de humilhação?). entrar na burocracia, correr atrás de papéis, fazer testes, esperar, encher o saco, esperar e esperar, até ter seu pedido negado ou atendido seis meses depois do início do ano letivo, perdendo a bolsa por não ter frequentado as aulas.

O azar do ministro é que os estudantes têm larga experiência em lutar contra as tentativas de institucionalizar o ensino pago. Além disso, em maio estão com a UNE de volta. Segura essa, Portela. (RVN).

Em reivindicação apresentada ao atual ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pelos sindicatos bancários de todo o país, há duas semanas, foi solicitada a revogação do parecer da Consultoria Geral da República, que vinha a institucionalizar o que na prática todos os bancos vinham usando e abusando, conforme o seu gosto, há bem mais tempo: o prolongamento da jornada de trabalho por mais duas horas diárias.

O certo é que parece não ter se embaçado na consciência histórica dos bancários, a lembrança de todas as lutas travadas pela classe no passado, a fim de se conquistar a jornada de seis horas. E agora, com as últimas mobilizações de aumento salarial, tem crescido a união e a organização, com o consequente fortalecimento do seu poder de barganha, o que ficou claramente estampado na greve do ano passado, posta na ilegalidade pelo governo, por considerá-la «atentatória à segurança nacional». Para este ano, com a fragorosa derrota dos pelegos em sindicatos como os do Rio e São Paulo, os bancários prometem voltar a todo vapor e anunciarão haverem já programado uma ampla movimentação da classe para tratar do próximo aumento salarial. (A.R.)



Bancários em marcha

Finalmente as manobras da Reitoria da UFRN deram certo e, depois de seis meses de intervenção, o Diretório Central de Estudantes foi entregue, após eleições indiretas em que toda sorte de pressões foi usada, a um candidato pelego.

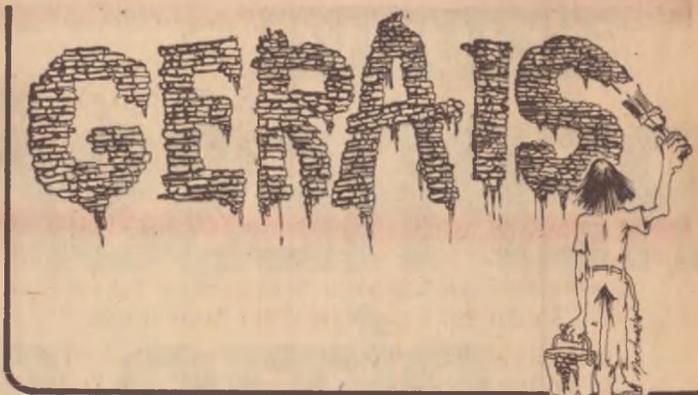
Com um colégio eleitoral definido e restrito, um dos absurdos criados pelo decreto-lei 228, a administração maior da UFRN passou a manobrar ostensivamente, visando favorecer seu candidato preferido, o estudante Luis Fernando, notoriamente ligado à Assessoria de Segurança Interna, ASI, da Universidade local. É bom ressaltar que as eleições

Osasco Debate Comissões de Fábrica

No lançamento da Revista Cara-cara n° 2 haverá apresentação de uma peça de teatro de Ariano Suassuna: «Torturas de um Coração» pelo Grupo da Vila de Osasco. Logo em seguida haverá também o debate sobre as Comissões de Fábricas, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e pela oposição sindical. Este número da revista Cara-cara é totalmente dedicado à análise do movimento operário, do ano passado.

Local: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco — R. Erasmo Braga, 879, Presidente Altino — Osasco — Dia 3 de março/1979 — 20 horas.

Papi e Fabio fazem: Diagramação, Montagem e Produção Gráfica. Todos as terças-feiras à noite. Tel: 853-6680 e 280-4759



Assassinado ex-sargento líder de guerrilha

Em condições semelhantes à da morte de seu irmão, o pastor José Soares dos Santos, o ex-sargento da Brigada Militar Alberi dos Santos Vieira foi assassinado com quatro tiros de calibre 44 e um de pistola, na cidade de Medianeira, próxima a Foz do Iguaçu.

A campanha de libertação de Flávio terá vários desdobramentos. Ao mesmo tempo que se iniciará um abaixo-assinado pressionando para que ele seja libertado, os jornais da imprensa alternativa deverão imprimir um selo que deverá ser recortado pela população e ser enviado ao governo argentino, exigindo uma solução rápida para o problema. Os grupos de teatro também montarão peças mostrando as péssimas condições carcerárias que Flávio enfrenta.

Além disso, todas as seções do CBA farão palestras a respeito de Flávio. Ainda estão sendo preparados atos públicos que deverão contar com a presença de representantes da Igreja, parlamentares, artistas, intelectuais, entidades de classe e outros setores.

Devido à «incapacidade» da polícia em elucidar o caso, pois muitas suspeitas recaem sobre as autoridades policiais

da região, Alberi começou a investigar por sua própria conta. O assassinato de seu irmão e de Godoy Sobrinho, que haviam sido detidos pela polícia na travessia de um rio na região, chocou a opinião pública pelas condições em que os corpos foram encontrados: castrados e com os olhos furados com galhos de árvores.

A morte de Alberi seguramente liga-se às investigações e provas que estava colhendo na região. O ex-sargento já havia combinado audiência com o advogado Décio Freitas de Porto Alegre, para abertura do processo, pois acreditava na responsabilidade das autoridades policiais do Paraná.

Com conversas telefônicas com seu advogado, teria inclusive citado os nomes dos implicados no duplo assassinato de janeiro de 1977: o tenente Benjamin Rocha, na época delegado de polícia de Santo Antônio do Sudoeste; capitão Otacílio Machado, delegado de polícia em Medianeira e os soldados Nelson, David e Gradowski.

Com a morte de Alberi, quem elucidará os crimes de Medianeira? A morte de seu irmão continua até hoje envolta em mistério e a polícia do Paraná não parece muito entusiasmada com o caso. Certamente, este novo assassinato ficará sem explicações.

Reitoria Leva DCE

foram convocadas para o período de férias estudantis, 10 de janeiro, passando por cima assim da própria lei autoritária criada pelo regime e que preconiza a realização de eleições para entidades estudantis no período de atividade escolar.

Embora não existam provas definitivas os indícios de corrupção por parte dos candidatos ligados à Reitoria são fortes. Nas residências universitárias votos são trocados por bolsas da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis, talões de tickets do Restaurante Universitário, passagens etc.

Evidentemente, todos esses

fatos contribuíram para a queda do DCE na mão da pelegada. Contudo, essas manobras somente se tornaram possíveis devido a um grande grau de desorganização experimentado pelo ME local, principalmente depois da intervenção do DCE o ano passado, com sérias divergências entre as tendências mais consequentes. Para culminar o processo de desagregação, uma delas, a «União e Trabalho», defendeu ardorosamente uma frente com a direita e de maneira sintomática, se omitiu na eleição para o DCE, o que só poderia beneficiar o candidato pelego (Osair Vasconcelos).

Retrato de um Sistema inviável

Em um assalto a sua residência, foi baleado — como todos os jornais noticiaram — o general Murici, ex-chefe do Estado Maior do Exército no governo Costa e Silva. Talvez agora as autoridades reconheçam que o Rio de Janeiro, onde aconteceu o fato, tornou-se uma cidade violenta. Se não a mais violenta do mundo, como já se tem falado, pelo menos uma cidade em que não se tem segurança nem dentro de casa.

Há muito, a classe média, que não tem proteção especial, vem sendo assaltada, violentada e às vezes morta por assaltantes em qualquer local do Rio, sem que se tome providência alguma. O próprio Jornal do Brasil, um dos defensores máximos do

sistema econômico-político-social brasileiro, já chegou a denunciar que na Rua Francisco Sá, em Copacabana, não há nenhum morador que não tenha sido assaltado pelo menos uma vez. E quem vai dar queixa ainda está arriscado a levar uma bronca das autoridades.

Como um general — profissão dos intocáveis — foi vítima desta vez, é até provável que se tome alguma providência. Mas, pode-se esperar que a providência a ser tomada, talvez uma repressão maior a assaltantes, não resolverá coisa nenhuma, porque as causas continuam existindo e crescendo. Uma cidade em que o nível salarial é baixo, o custo de vida altíssimo e crescendo cada

vez mais; em que pessoas que ganham pouco vão procurar uma residência e não encontram apartamento ou casa por menos de quatro salários mínimos, só pode tornar-se violenta. E não adianta repressão aos assaltantes, meros efeitos dessa situação. Nunca as autoridades atuais vão tocar nas causas, porque elas são representantes dessa causa, que é o sistema. Por isso, as vítimas potenciais que se cuidem, se virem ou se mudem. Ou rezem para que os assaltantes pelo menos não atirem porque não é todo mundo que tem o atendimento médico que está tendo o general. Ou ainda, que mudem de lado, unindo-se aos inimigos — os assaltantes (RVN)

COMLURB: Um lixo

Na dura luta mantida pelas autoridades, visando arrancar até o último centavo dos «contribuintes» (nome que dão à população e que faz imaginar o que pretendem como governantes), criou-se no Rio de Janeiro uma «taxa de lixo», extorquindo dos moradores 'mais uma grana para executar, muito mal por sinal, um serviço que não é nada mais do que obrigação dos poderes públicos, no nosso caso mais instituídos do que constituídos.

Até recentemente, só se lembrava que a prefeitura estava cobrando duas vezes pelo mesmo serviço, pois nos

impostos municipais já está prevista a despesa com a limpeza urbana. Mas, os lixeiros mostraram outra face do problema: mesmo cobrando da população, os encarregados do trabalho tão desagradável são em um número menor do que precisa e ganham uma miséria.

Para tentar resolver seus problemas, fizeram o que podiam: greve. Foram ameaçados, por isso, até com a Lei de Segurança Nacional e, no fim, instituição encarregada da limpeza pública, a COMLURB — ou será CONTURB ou, ainda, CONLUJO? — aumentou o salário deles para Cr\$

4.003,00 e deu a questão por encerrada. É certo que isso é bem melhor que os mil e seiscientos cruzeiros que ganhavam até agora, mas não resolve. As condições de trabalho continuarão as mesmas e mesmo esse salário não dá nem para pagar o aluguel de uma casinha qualquer no Rio.

Mesmo assim, há quem ache que os lixeiros estão reclamando de barriga cheia. Para esses, uma sugestão: já que o salário é bom, as condições de trabalho são boas abandonem seus cargos e vão trabalhar na limpeza pública. Uma moleza. (RVN)



Assine EM TEMPO:

EM TEMPO:

OPERÁRIOS x PATRÕES

EM TEMPO:

PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES

O listão completo dos policiais e militares acusados

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque n°

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 884, Lourdes, Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.

Em São Paulo, Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP)

CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr\$ 600,00

Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior:

Anual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpício: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

EDITORIAS Nacionais: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antônia Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Montoi

ro, Altair More, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Varga, Lana, Marinete Oliveira, Olga Mats, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antônio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Bete Maringoni, Duto Bicalho, Stan, Martínez (ilustração), Ennio Reusens F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andress (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quimaraes, Silvestre Prado, Valdez Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884) Alberto (parte chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passau, Fernando Miranda, Lélcio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Viara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Avelino, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Ceça, Cláudio Alencar, Flávio Figueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayres, Paul Pont, Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Nogueira, Paulo Santos, Rebecca Scatut, Alzira Medeiros, Eliane Veioso, Ritor Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 — sala 408) Adauto Neves, Alan Albuquerque, Antonio José Medeiros, Fernando Karam, Helios Alban, Bahia, Cláudio Câmara, Claudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Flávia Resende, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501) Ademir Oliveira João Henrique, Antonio D'As, Emiliano José, Dalton Gouinho, Oldack Miranda, Liza Maria.

ESCRITÓRIO: Arr. Cajú: (SP): David Dantas, Campinas: (SP): Rivaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravia Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), João Passiva (PB), Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, (RJ): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, José Carlos, José Maria, Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaigt, José Alberto Marcondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Ademir Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte) — Rua Mathews Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680

Distribuidor: Super Bancas

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de Abril, 290, São Paulo, S.P.

De quem é o MDB?

Debitar as mazelas do MDB principalmente na sua criação artificial pelo regime é uma concepção liberal do que é um partido político.

O estranho é que boa parte da esquerda e dos políticos ligados aos setores populares tende a fazer

este mesmo diagnóstico liberal da frente oposicionista. No entanto o problema de fundo do MDB é de classe e

está é na hegemonia que setores da burguesia exercem dentro do partido

Por Décio Saes

O sucesso eleitoral do MDB, em novembro de 1978, não foi suficiente para neutralizar as características mais duradouras do partido oposicionista: oscilação política, tendência à conciliação com a ditadura militar, não-estabelecimento de relações persistentes com a massa dos seus eleitores, desconhecimento dos movimentos reivindicativos populares (a oposição extra-parlamentar). A que se devem essas características? Por que o entusiasmo oposicionista de novembro se metamorfoseou progressivamente em apatia, no período pós-eleitoral?

Muitos políticos e intelectuais oposicionistas atribuem os conhecidos e constantes marasmos pós-eleitorais do MDB ao fato deste partido — assim como seu irmão-gêmeo situacionista — ser uma criação da ditadura militar; ou seja, um partido criado de «cima para baixo», ao invés de ser gerado dentro da «sociedade civil». Essa interpretação parte da intenção correta de criticar as práticas arbitrárias do regime no domínio político-partidário; contudo pode sugerir, erroneamente, que a oscilação política, as tendências conciliatórias, a passividade e o cupulismo do MDB — características persistentes há mais de uma década — se devem ainda e fundamentalmente à sua condição de «partido criado por decreto».

Esse tipo de crítica se filia, na verdade, a uma concepção liberal de partido político. Os teóricos do neo-liberalismo (o liberalismo atual) encaram o partido político de modo abstrato e idealista: a «performance» «ótima» de todo e qualquer partido consiste em ser altamente representativo (captando uma corrente da «opinião pública»), duradouro (e não apenas um partido de circunstâncias, ativo apenas durante os períodos eleitorais) e articulador das «demandas» dos indivíduos membros da sociedade. Essa concepção ignora totalmente a relação estreita

O caminho para eliminar os defeitos do MDB não é a «reativação da sociedade civil», pois seu pecado principal não é ter sido criado por decreto, de cima para baixo. Afinal de contas, uma parte da sociedade civil, a burguesia, mostra-se bastante ativa no seio do MDB, ao impor suas formas de ação, modos de organização e concepções, às outras classes representadas no partido oposicionista.

entre a natureza de classe (burguesa, pequeno-burguesa, proletária) dos partidos políticos e as suas formas de ação e organização. É estranho,

As tarefas das oposições populares

A conquista da hegemonia pelas classes populares no seio do MDB deve, portanto, se exprimir como transformação dos modos de ação política, do programa e da estrutura interna do partido oposicionista. No que diz respeito ao programa, a luta pelo desmantelamento do aparato legal e repressivo da ditadura deve se prolongar, não numa proposta liberal de «reconstrução do Estado de Direito», e sim, na proposta de construção de uma nova democracia, cujo fundamento seja o controle democrático e popular das instituições do Estado. Ou seja, as classes populares devem ir além do culto ao formalismo democrático, que «encena» a soberania popular, sem jamais concretizá-la.

As classes populares devem ir além do culto do formalismo democrático que «encena» a soberania popular sem jamais concretizá-la... O importante é orientar desde já a luta contra a ditadura militar no sentido da construção de uma nova democracia, qualitativamente distinta do formalismo democrático burguês.

Como fazê-lo? Abandonando, por exemplo, os termos da controvérsia burguesa sobre a conveniência, ou não da estatização, e defendendo a gestão da empresa pública (Petrobrás, etc) pelo povo (isto é, pelos trabalhadores das empresas, como ocorre, no México, com a empresa estatal do petróleo). Indo além da preocupação com a independência do Poder Judiciário diante do Poder Executivo, e propondo algo mais que a defesa das prerrogativas (inamovibilidade, indeclinabilidade, irredutibilidade de vencimentos) da magistratura: a simplificação/popularização do processo judiciário e a democratização da atividade julgante (rotatividade, elegibilidade, controle democrático).

Deixando de lado a defesa do «princípio fede-

portanto, que ela seja encampada, sem crítica, por intelectuais de esquerda e políticos ligados à oposição popular.

Quando se tem em conta essa relação entre a natureza de classe do partido e as formas de organização partidárias, chaga-se, na análise do MDB, a uma conclusão diversa: a tendência do MDB à oscilação política, à conciliação com a ditadura militar e ao distanciamento com relação à massa dos seus eleitores, não se deve ao seu caráter de «aglomerado forçado» (imposto à «sociedade civil»), e sim, ao seu caráter de classe.

O MDB constitui, hoje, uma frente de várias classes que se opõem, de modo diverso e com amplitude variável, à ditadura militar: frações burguesas, parte da classe média urbana (1), classes populares do campo e da cidade. De resto, qualquer analista atento pode intuir essa

A dominância, na prática cotidiana do MDB das tendências à oscilação e conciliação é expressão do duplo caráter das frações burguesas hegemônicas na frente oposicionista: ora progressistas, ora conservadoras.

presença múltipla, ao procurar demarcar as fronteiras ideológicas e políticas entre a «cúpula» partidária, os «autênticos» e os «candidatos populares» de novembro 1978. Todavia, essas diferentes classes não partilham de modo igual o controle da organização partidária. No seio do MDB, a burguesia é hegemônica. Ou melhor, referimos, mais especificamente, a certas frações burguesas: o médio capital industrial sem vinculações orgânicas com o capital monopolista (2), a média propriedade rural em processo de capitalização. Como explicar a presença dessa fração no movimento oposicionista?

Na verdade, essa presença não deve ser atribuída a nenhuma hipotética vocação democrática e antiimperialista da burguesia «nacional». Tais frações desenvolvem, antes, um comportamento basculante e ambíguo diante do grande capital e do regime que representa os seus interesses; opõem-se às linhas gerais da política econômica pró-monopolista (= satisfação aos interesses dos bancos, da indústria automobilística, etc), mas limitam a sua participação na luta pela democracia, em função de seu temor às classes populares. Movem-se continuamente, portanto, entre as propostas de «liberalização» do regime militar e aquelas outras, mais radicais, de derrubada da ditadura.

Nesse movimento, é determinante a influência de dois fatores: de um lado, o grau de desenvolvimento do movimento oposicionista popular; de outro, o montante de prejuízos que lhes traz a política econômica pós-monopolista.

Não há porque submeter as reivindicações materiais das classes populares aos testes de «eficácia» montados pela burguesia oposicionista.

rativos» (reivindicação de uma burguesia regional forte, como a paulista), para pôr em questão, de outro modo, o centralismo do Estado burguês; ou seja, reivindicando a autonomia crescente das comunas locais diante do Estado central, simultaneamente com a participação de organizações populares — comitês de empresa, comitês de base territorial — na gestão das comunas locais. Outras e melhores propostas de controle democrático e popular das instituições do Estado deverão nascer no próprio desenvolvimento da luta das classes populares pela democracia. O importante é reconhecer, desde já, que as classes populares interessa ir além da restauração do regime democrático de 1945-1964, orientando a luta contra a ditadura militar no sentido da construção de uma nova democracia, qualitativamente distinta do formalismo democrático burguês.

Ainda no que diz respeito ao programa partidário, as classes populares devem lutar para colocar no primeiro plano, como objetivo fundamental da ação partidária, a conquista de melhores condições materiais de vida pelo povo. É preciso, para tanto, que o programa do MDB deixe de legitimar tais conquistas pela sua «funcionalidade» para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Da perspectiva das classes populares, essas conquistas constituem parte de um longo processo de auto-emancipação, que se estende das primeiras lutas pela garantia da subsistência física do trabalhador e sua família até a destruição final da sociedade de classes. Assim, não há porque submeter as reivindicações materiais das classes populares aos testes de «eficácia» montados pela burguesia oposicionista.

Surge, aqui, uma pergunta: esse novo programa, como de resto o programa anterior, não corre o risco de permanecer «letra morta»? Na verdade, a sua própria conquista e, a seguir, o seu papel efetivo na luta contra a ditadura militar dependem, fundamentalmente, de uma ampla

Quando o movimento oposicionista popular avança, as frações burguesas oposicionistas se retraem, tendendo a conciliar com a ditadura; quando o caráter pró-monopolista da política econômica se acentua conjuntamente, a burguesia oposicionista tende a radicalizar, o quanto possível, os seus propósitos democráticos.

Ora, a dominância, na prática cotidiana do MDB, das tendências à oscilação e à conciliação são fundamentalmente uma expressão do «duplo caráter» das frações burguesas hegemônicas na frente oposicionista partidária; através do MDB, essas frações podem desempenhar, alternadamente, «dois papéis», o progressista e o conservador.

Mas a hegemonia da burguesia no seio do MDB não se exprime apenas através da tendência do partido à oscilação política e à conciliação com a ditadura; ela se manifesta igualmente no



programa partidário. Tal programa comporta uma análise prolongada e cuidadosa. Aqui, deixaremos de lado uma série de pontos programáticos cuja presença torna problemática a concretização de uma verdadeira frente de classes contra a ditadura. Queremos apenas chamar a atenção

A defesa, pelo MDB, de melhores condições materiais de vida para o povo se inspira na suposição da «eficácia» de uma «distribuição social da renda» para o desenvolvimento do mercado interno.

para duas características centrais do programa partidário: a predominância de uma concepção burguesa da luta pela democracia, e a tentativa de «recuperar» e «instrumentalizar» a luta do povo pela melhoria das suas condições de vida.

participação das classes populares no seio do MDB. Mas como transitar da ditadura dos diretórios à democracia dos comitês de base? A articulação crescente entre os movimentos reivindicativos populares («extra-parlamentares») e os comitês eleitorais dos candidatos populares parece ser o caminho para superar a transitoriedade da presença das massas no partido, e para alterar os critérios de filiação partidária e de funcionamento das Convenções. Só uma forte pressão popular, exercida ao longo do período pós-eleitoral, ensejará as transformações organizacionais e programáticas acima mencionadas. Tais transformações, na medida em que implicam um fortalecimento da posição das classes populares dentro da frente oposicionista partidária, tornarão possível um combate mais eficaz às tendências à oscilação e à conciliação, bem como um amplo desenvolvimento das lutas democráticas.

Esse deslocamento de posições no seio da frente oposicionista partidária não significa, entretanto, uma ruptura da frente de classes contra a ditadura. Ele implica, de um lado, a atração crescente de setores liberais e populistas

Como transitar da ditadura dos diretórios à democracia dos comitês de base? A articulação crescente entre os movimentos reivindicativos populares e os comitês eleitorais dos candidatos populares parece ser o caminho.

da classe média para posições mais efetivamente democráticas e populares. De outro lado, ele não será suficiente para anular a permanente tendência à oscilação das frações burguesas oposicionistas, e para empurrá-las definitivamente na direção de uma aliança com o capital monopolista; é que o preço exigido pela média burguesia para estabelecer tal aliança — a reorientação radical da política econômica de Estado — é, inaceitável para a burguesia monopolista hegemônica, e para os seus representantes no seio do Estado.

De um lado, o programa do MDB define a luta pela democracia a partir de uma perspectiva predominantemente liberal. Ou melhor, encara a luta contra o aparato legal e repressivo da ditadura como uma luta pela «recuperação do «Estado de Direito»: separação e independência dos três Poderes, eleições livres e diretas para o Executivo e o Legislativo, plenas liberdades civis e políticas, pluripartidarismo. O liberalismo político do programa do MDB deve ser imputado, menos a uma suposta presença hegemônica da pequena-burguesia no partido (3), e mais à influência dominante da média burguesia. Para esta, a revitalização do Parlamento, a conquista da autonomia pelo Poder Judiciário e a desmilitarização do Poder Executivo viabilizariam o acesso, dos setores «empresariais» marginalizados pela política econômica pró-monopolista, ao «centro nacional de tomada de decisões». Para as frações

burguesas oposicionistas, a conquista de influência sobre a política econômica de Estado passa pela «recuperação» das formas liberal-democráticas clássicas; e quanto menor puder ser essa «recuperação» (isto é, quanto menor for o espaço político aberto para as classes populares), tanto melhor para eles.

De outro lado, o programa do MDB procura legitimar a luta do povo pela melhoria das suas condições de vida (acesso à terra, melhores salários no campo e na cidade, etc.) a partir de sua suposta compatibilidade com o desenvolvimento do mercado interno e do capitalismo nacional. Considerando que a produção capitalista no Brasil se volta, hoje, prioritariamente para o mercado externo, o MDB retoma inclusive a velha tese dos populistas russos que, a despeito de ter sido refutada por Lênin nos inícios do século, não deixou de conquistar adeptos no seio da esquerda brasileira pré-1964 (e, mesmo, depois dessa data): o campo deve fornecer o mercado de consumo à indústria, para que o capitalismo se desenvolva. Assim, a defesa, pelo MDB, de melhores condições materiais de vida para o povo se inspira na suposição da «eficácia» de uma «distribuição social da renda» para o desenvolvimento do mercado interno.

Finalmente, a hegemonia burguesa no MDB se exprime, também, ao nível da própria forma de organização partidária. O cupulismo, a frouxidão organizacional, a estrutura «desmobilizadora», e outras características evocadas pelos críticos internos do partido, não são casuais. A ausência de um vínculo orgânico e duradouro com a massa dos seus eleitores não é uma anomalia registrável em alguns poucos partidos políticos; ao contrário, ela é uma característica intrínseca e necessária de todas as frações burguesas. Nesse nível, as diferenças entre o MDB, o Partido Democrata dos EUA e o Partido Gaullista na França são meras diferenças de grau. Ou seja: o MDB, enquanto frente política oposicionista dominada pela burguesia, não é «atípico» com relação a outros partidos burgueses, de sociedades capitalistas avançadas, ou não.

A lista dos «defeitos» apresentados pelo MDB se encontra em qualquer tratado sobre os partidos políticos burgueses: dominação da massa eleitoral pela direção nacional do partido, dominação da direção partidária pela fração parlamentar do partido, fugacidade e circunstancialidade da vida partidária («partidos que existem de 4 em 4 anos»), eleitoralismo (influência dominante do cálculo dos «lucros» eleitorais) na defini-

O MDB aguenta o pau?

Neste período pós-eleitoral já transcorrido, MDB marcou dois tentos. De um lado elegeu um autêntico, Freitas Nobre, para sua liderança na Câmara substituindo o 2º porta voz do Planalto na máquina emedebista, Tancredo Neves. De outro lado deflagrou ainda que por enquanto somente em São Paulo (as decisões do diretório gaúcho e acreano são aguardadas para os próximos dias) uma campanha pela eleição direta para os prefeitos das capitais, que deixou o regime no curé.

No entanto, estes dois tentos são relativamente pequenos, se comparados com as promessas de revigoramento do partido, a partir dos resultados qualitativamente novos das últimas eleições.

Vejamos: no caso da renovação da direção, o episódio da recusa dos autênticos em disputar a Secretaria Geral do partido, com a desistência de Jarbas Vasconcelos em favor da permanência do 1º porta-voz do Planalto, Thales Ramalho, até hoje cobra esclarecimentos mais convincentes. Este foi um preço alto demais para a manutenção da aliança com a direção liberal moderada.

No caso das diretas para prefeito das capitais, o que se consumou em São Paulo, como posição oficial, foi tão somente de não apre-

O cupulismo, a frouxidão organizacional, a estrutura desmobilizadora do MDB não são casuais; pelo contrário, são características intrínsecas e necessárias a todos os partidos burgueses.

ção dos rumos da ação política), desprezo aos movimentos reivindicativos populares (a oposição «extra-parlamentar», corrupção da «máquina»

(pense-se no caso dos partidos políticos dos EUA). Tais «defeitos» são, na sua maior parte, listados por Maurice Duverger (4), como características permanentes daqueles partidos por ele definidos como «partidos de quadros» (isto é, partidos burgueses), por oposição aos «partidos de massa». E Althusser lembra, num texto recente (5), que toda forma de organização política fundada numa estrutura hierárquica de tipo «militar» — ou seja, uma «compartimentalização vertical absoluta» que garanta o isolamento das organizações de militantes de base, e a sua dominação férrea pela direção partidária — já se define, em si mesma, como um instrumento da dominação burguesa.

Concluindo: a hegemonia da média burguesia no seio do MDB se manifesta em todos os níveis da vida partidária: ação política (oscilação, tendência à conciliação com a ditadura), programa (liberalismo político, legitimação das conquistas populares pela sua suposta «funcionalidade» para o desenvolvimento de um capitalismo nacional) e forma de organização (cupulismo, distanciamento da massa eleitoral, etc.). O caminho para eliminar tais características, portanto, não é a reativação da «sociedade civil».

Afinal de contas, uma parte da «sociedade civil» — a burguesia — mostra-se bastante «ativa» no seio do MDB, ao impor as suas formas de ação, modos de organização e concepções às outras classes representadas no partido oposicionista. Tais características só poderão ser eliminadas, se o MDB passar por uma profunda transformação interna, que implique o declínio da hegemonia burguesa e o avanço decidido das classes populares, no seio da frente oposicionista partidária.

Notas:

(1) — Observe-se que a alta classe média (tecnocrática e pouco liberal, continua em grande parte, votando na Arena, pedindo mais «autoridade» e aderindo à mística do «Brasil — grande potência».

(2) — Uma parte do médio capital depende diretamente do grande capital, é-lhe solidária no fundamental, por compartilhar os seus destinos. Exemplo: a relação de «irmãos-inimigos» entre a indústria automobilística e a indústria de autopeças. Essa fração «integrada» do médio capital têm sido uma das bases de apoio da ditadura militar e da sua política pró-monopolista.

(3) — Essa tese se encontra exposta no excelente e polêmico artigo de Haul Pont, «Aonde vai a oposição?», publicado por Em Tempo nº 50.

(4) — Ver Maurice Duverger, Os Partidos Políticos, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

(5) — Cf. Louis Althusser, Ce qui ne peut plus durer dans le parti communiste, Librairie François Maspéro, Paris, 1978.

ciar o nome indicado por Maluf, enquanto o Congresso não votar a emenda do senador Benevides, restabelecendo as diretas. Ou seja, enquanto o congresso não votar, e não enquanto ele não aprovar. Se derrotado o MDB, termina a decisão suspensiva paulista, e cabe então rediscutir o problema. E verdade que parlamentares mais populares, simultaneamente, anunciam para dia 12 próximo, o início de uma campanha popularizadora do tema. Mas sem o referendo oficial do partido, dificilmente a campanha poderá andar muito.

Estes são apenas sintomas das ambigüidades emedebistas patenteadas nos últimos meses. E daqui para a frente?

O semestre anuncia-se farto de lutas oposicionistas populares: campanhas trabalhistas, reconstrução da UNE, a luta pela anistia, pela Constituinte etc. todas estas, enfrentado o ímpeto ofensivo das reformas já anunciadas pelo regime.

Sob este jogo cruzado das oposições populares e de Figueiredo, o MDB começa a tremer nas cúpulas e inicia uma reciclagem de sua linguagem, já começando a dizer que aceitará a conciliação nacional desde que vinda com boas intenções...

(Flávio Andrade)

Eis a rota para o sítio clandestino da repressão



Um guia para ajudar o Comitê Brasileiro pela Anistia na campanha de denúncia da situação dos presos políticos mortos e desaparecidos. Para chegar ao sítio clandestino da repressão paulista, a primeira referência importante é o autódromo internacional de Interlagos.

Depois de seguir pela Estrada de Parelheiros e chegar até este distrito da capital, alcança-se em Embura, o começo da Estrada da Ponte Alta. Entre tantas placas, há uma especial, mostrada pelo detalhe da foto.

Seguindo por uma estradinha de terra, breve surge um resto de placa onde ainda é possível se ler o «31 de março». Esta é a segunda indicação da estrada, apontada pela revista Veja, semana passada, como tendo servido de campo de concentração ao delegado Fleury e depois a grupos de extrema-direita.

Aqui, da Estrada da Ponte Alta segue uma variante mais estreita ainda, para a esquerda. Esta é a terceira e última indicação antes de chegar ao local.

Estas duas placas juntas indicam o último local antes de chegar à porteira da «Fazenda 31 de Março de 1964», cerca de dois quilômetros abaixo.

Muitos dos desaparecidos que aparecem neste cartaz ou na lista comprida de 251 nomes lançada pelo CBA tiveram seu fim no sítio clandestino da repressão.

A «Fazenda 31 de Março», apontada pela revista «Veja» como tendo sido o campo de concentração secreto onde a repressão do governo torturou e sumiu com muitos presos políticos, foi localizada por nossos repórteres, que se fizeram passar por compradores de terras na região rural do sul da capital paulista. Durante a investigação, que durou duas semanas, apurou-se também que o dono chama-se José Rodrigues Fagundes, agraciado pelo ex-ministro Sílvio Frota com a medalha da Ordem do Mérito do Pacificador, junto com Harry Shibatta, o legista do caso Herzog. Há um processo na justiça, contendo uma acusação de que as terras da fazenda — cujo nome completo é «31 de Março de 1964» — foram griladas mediante a utilização de violência, inclusive com emprego de armas de exclusividade das Forças Armadas. O caseiro Alcides informou que o sr. Fagundes tem amizade com o DOI e costuma haver no local acampamentos militares de até dois mil homens.

Por Flaminio Fantini, Flavio Andrade, Luiz Nadai e José Eduardo Fofes.

A conexão militar

A chave para conhecer a história da Fazenda 31 de Março de 1964 e suas ligações com os militares pode ser encontrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Itapeccira da Serra, um município vizinho de São Paulo.

«A partir dos primeiros dias de setembro de 75 intrusos ali se meteram. Aboleram-se em rancho e vem fazendo uma série de atentados e estripulias, exibindo armas e munições inclusive de uso exclusivo das Forças Armadas, dizendo-se um deles da Polícia Federal» é a acusação que Zigliotti garante que é o legítimo dono. Os primeiros acusam o segundo de invasor e grilador, por que já invadira terras da Socime e cujo caseiro, ou empregado, Fernando Rodrigues dos Santos, sabedor de sua exata localização, com ela coopera nas incursões contra o vizinho Fernando, Darci de Campos Andrade (irmão de Nadai), João Medeiros da Silva e Graciliano de Souza, já foram processados e condenados pelo juiz de Direito de Itapeccira da Serra pela prática de atos da mesma natureza, em 1968.

legítimos sucessores, todos com processo de justificação nesta procuradoria — junto à qual deveria pletear qualquer direito que porventura julgasse ter, não assim à valentona, com atos de verdadeiro gangsterismo em que se destaca, principalmente pela violência, o truculento capanga que é chamado de Gerlmann (andam sempre de cinco ou seis, além dos que ficam postados lá nas terras) não compatíveis com os usos de um estado civilizado como o nosso e às barbas de sua capital».

«É neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, da dúvida sobre a vida ou a morte de seus entes mais queridos. São pais, irmãos, mulheres, quem sabe mães, que esperam o instante de um momento para outro, sempre que se abre a porta da rua. Ou sonham com a cena, nos intervalos das insónias. Ou por ainda, quando as portas em que batem, cansados de esperar, se fecham de todo ou mal se entreabrem. Até quando haverá no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas, filhas que não sabem se são órfãs: criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas de um Brasil que julgamos semlenho de tais insanas crueldades».

Tratava-se de um litígio de propriedade das terras da Fazenda 31 de Março de 1964, acionado em 26 de janeiro de 1976. Trabulsi e Rebelo afirmam que a gleba lhes pertence, ao passo que Zigliotti garante que é o legítimo dono. Os primeiros acusam o segundo de invasor e grilador. E há mais de três anos a contenda se arrastou no volume do processo alcançado já as 132 páginas.

Diante destes fatos, Trabulsi e Rebelo solicitaram à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário intervenção nos episódios que envolviam a Fazenda 31 de Março e as medidas devidas «inclusive solicitação de força para a remoção de si limpa da área e apreendido o farto armamento dos seus invasores».

Na petição que deu início ao processo em Itapeccira da Serra, Trabulsi e Rebelo enriquecem o próprio relato trazendo à luz o nome verdadeiro de que consideram como responsável pelos episódios: Joaquim Rodrigues Fagundes, da Transportadora Rimec e não mais Edmundo Fagundes, nome fictício. Numa referência irônica às ligações militares, os acionadores da causa apontam-no como sendo o «capitão da aventura».

«Disso tudo foi dado queixa à delegacia de polícia de Itapeccira da Serra, tendo em andamento, ainda que lentíssimo, mercê de certas circunstâncias», declaram Trabulsi e Rebelo, acusando Fagundes de ser o «fanciano do arquiteto e executor do plano de infiltração e de «fantasia posse», carecendo convalescer escritura já sem valor, momentaneamente em zona de devolução».

Com este trecho literário de Tristão de Athayde, a seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia convocava amplamente um culto eucárstico, que assinalou na dia 12 de janeiro o lançamento de uma grande campanha nacional «visando o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos, uma quase legião de 251 oportunistas do regime militar instaurado em 31 de março de 1964».

Essas denúncias foram formuladas inicialmente em 29 de setembro de 1975 à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e agora constam dos autos de Itapeccira da Serra. O documento de Nabig e Rebelo diz ainda que os intrusos «pegaram o cidadão Carmino da Silva Fontes e o amearcaram torturando amedrontá-lo, a fim de que não voltasse ao lote que ali administrava, tendo disparo de tiro e coisas que tais». Também, no dia 6 de setembro, «invadiram a moradia de Manoel Cardolino de Jesus, residente no local há mais de quinze anos, onde toma conta de diversas lótes, sendo ele próprio possuidor de um, e apressaram-se de plantas e documentos seus, levaram-no para o matto e o surraram, longe da mulher, amearcando-o até morte, se não der o fora, como dizem».

«Entre as testemunhas arroladas está um japonês de Osaka, Jiro Okai, que disse que ficou sabendo que na área havia espancamento por causa de terras e foi impedido de fazer demarcação de terras no local». Outra testemunha, Carmino da Silva Freitas, contou no cartório que conhecia Nadai Campos de Andrade, que está na área a mando de um coronel cujo nome desconhece.

Segundo relato feito a VEJEA por Klabin Segall, a princípio Fleury imaginou que «Toledo» estivesse apenas simulando um mal-estar. «Para com isso, Velhos», ordenou Fleury. Como o estado do prisioneiro piorasse progressivamente, os policiais convocaram um médico para impedir que ele morresse antes de falar. O médico ainda o encontrou com vida, mas nada pôde fazer. Fleury decidiu, então, levar o cadáver de volta à Alemanha, onde se reservava prisioneiros cujas informações pretendia sonegar aos militares do CODI-DOI, o sítio passou mais tarde ao controle de grupos Paramilitares de extrema direita. E, de todos os prisioneiros que por ali passaram, só se tem notícia de seis que continuaram vivos. Um deles é o advogado Afonso Celso Nogueira Monteiro sequestrado na manhã de 1.º de outubro de 1975, na avenida Brigadeiro Luiz, em São Paulo, por homens armados que o acusaram de pertencimento ao PCB. No sítio, Monteiro foi recepcionado por um integrante do «Braço Clandestino da Repressão» que lhe deu um claro aviso

«Você está em poder do Braço Clandestino da Repressão. Aqui não há valentes nem covardes, e daqui ninguém sai com vida».

Restos de Interrogatório — Por ali teriam passado diversas pessoas cujos nomes hoje figuram em listas de «desaparecidos» e que segundo disse a VEJEA um ex-policial paulista, foram provavelmente mortos e enterrados na própria «Fazenda 31 de março». Ali morreu, com certeza, no dia 23 de outubro de 1970, Joaquim Câmara Ferreira, aquele allora o principal dirigente nacional da ALN, conhecido pelos codinomes de «Toledo» e «O Velhos». Então com 57 anos, «Toledo» foi preso no começo da noite na alameda Lavandisca no bairro de Indaiatuba, em São Paulo, depois de ter resistido vigorosamente a ser capturado, chefiados pelo delegado Fleury.

Do lado de fora, a casa conta com uma churrasqueira ao fundo, sob um caramanchão de sapé, e ao lado um acude de uns 20 metros de diâmetro obtido pelo represamento de um dos riachos. Eletricidade somente com um gerador à gasolina no fundo da casa. O estado geral contíguo do aparenta um pouco de desleixo, se for tomada como chácara de fim de semana: poeira intemperada, os ardores com terra à vista, ou barro, sem grama alguma, nem árvores.

Seus amigos do CENIMAR, porém, não o abandonaram. Além de dar-lhe uma condecoração, eles passaram a esperar uma oportunidade para reabilitá-lo. A oportunidade surgiu pouco tempo depois, com a prisão, no Rio de Janeiro, do ex-soldado do Exército Eduardo Leite, o «Bacuri», que havia desertado do 4º Regimento de Infantaria junto com o ex-capitão Carlos Lamarca.

Na pista do Sítio

Partindo das pistas existentes e fazendo-se passar por compradores de terras na zona rural da capital paulista, os repórteres de Em Tempo investigaram o assunto durante duas semanas.

A Fazenda 31 de Março a que se refere a revista Veja, como tendo sido um «campo de concentração secreto», fica numa variante da Estrada da Ponte Alta, ao sul do município de São Paulo, nos contra-fortes da Serra do Mar.

«() alguns centros de sevicias ganhariam notoriedade. Um dos mais temidos foi o presidio da ilha das Flores, operado pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro — sobretudo pela presença de «Rings», um cão pastor adiestrado para morder os testículos do prisioneiro até que um oficial o mandasse parar. Na ilha das Flores, as torturas eram preferencialmente aplicadas de madrugada, na casa n.º 29».

Em matéria de sadismo, as violências ali cometidas só seriam comparáveis ao que houve no «sítio clandestino» utilizado pelos órgãos de segurança de São Paulo — e que sempre teve sua existência veementemente negada pelas autoridades.

Segundo o sr. Alcides, os títulos da gleba estão «em ordem, pois desde 1940 o dr. Fagundes paga impostos». O caseiro conta que está interessado e sair já dali, pois «os filhos já estão na escola e aqui tudo é difícil isolado», e assim «eu estou achando aqui bem que apareçam alguns compradores». Pouco depois, ele convidou para um café na sua própria casa, sempre insistindo que a gleba é bom negócio, que está tudo legal.

Na parede da sala da sede da Fazenda 31 de Março de 1964, há três quadros e moldura dependurados, que como toda boa imagem valem mais que com palavras. Num deles, um retrato do sr. Fagundes cumprimentando um oficial militar numa solenidade. Outro, um diploma da Ordem do Mérito do Pacificador, conferido pelo ex-ministro Sílvio Frota, em 30 de junho/77 ao sr. Joaquim Rodrigues Fagundes. Num terceiro quadro há um recorte de jornal com a notícia da solenidade de entrega da medalha do pacificador, numa cerimônia na qual foram também agraciados juntamente com o sr. Fagundes outros cidadãos e suas esposas. Um quarto quadro mostra o laudo de necropsia de jornalista Vladimir Herzog, legitimando a versão de suicídio, e Thácio Pinheiro Machado, delegado de polícia alinhado no esquema do coronel Erasmo Dias.

«Bacuri» já não estava na VPR, com Lamarca. Ele havia se afastado daquela organização meses antes, para criar a REDE — Resistência Democrática, um grupo que se propunha a colaborar e divulgar as ações de outras organizações. Apesar disso, «Bacuri» ainda era considerado um dos homens mais importantes da esquerda armada brasileira, pelos órgãos de segurança.

«Estrípulias» não pararam ali de acordo com o documento: «poucos dias depois, intercorreu Genésio Ribeiro, traficante da Sociedade Civil Melhoramentos e também o agrediram, procurando intimidá-lo para que não mais voltasse a trabalhar». Ou então: «impediram da Manoel Gomes da Silva, com seus homens contida a Nabig Trabulsi de extensão da cerca divisória na picada já há muito feita na parte adquirida de Edmundo Rebelo, sob a alegação de que tudo aquilo era deleis, ora dizendo-se donos de 50, ora de 150 alqueires».

Curiosamente, os acusados no processo a certa altura exigem do juiz o direito a uma garantia de sigilo, pois o acesso aos autos estava muito facilitado, a qualquer um que o solicitasse no balcão do cartório.

Num outro trecho, o texto prossegue que inclusive «entretanto jamais ali, ao que consta, Edmundo Fagundes ou qualquer outra pessoa teve posse nestes 21 anos, a não ser o requerente ou os seus

«Veja» desce aos porões e aponta a Fazenda 31 de março

«Veja» desce aos porões e aponta a Fazenda 31 de março

«Veja» desce aos porões e aponta a Fazenda 31 de março

«Veja» desce aos porões e aponta a Fazenda 31 de março

«Veja» desce aos porões e aponta a Fazenda 31 de março

O QUE CARTER ESPERA DE FIGUEIREDO

Uma análise das relações Estados Unidos-Brasil sob a administração do atual governo norte-americano, apresentada num seminário internacional sobre os impactos da política de Carter na América Latina.

Por Hebert de Souza e Theotônio dos Santos

1 A resistência do governo norte-americano de entregar ao Brasil os instrumentos econômicos e militares para a realização do projeto de potência emergente provocou o desenvolvimento de vários pontos de fricção.

A política do governo Carter se insere na realidade brasileira em um momento muito especial de sua evolução política. Em novembro de 1976, no auge da campanha de Carter, o governo brasileiro já havia iniciado, dois anos antes, o processo de «distensão controlada». Os antecedentes dessa política estavam colocados desde 1973, nas discussões da Escola Superior de Guerra e no Estado Maior das Forças Armadas, sobre o «modelo político brasileiro». O centro do raciocínio do grupo no poder era o fato de que o «milagre econômico» havia demonstrado a eficiência do modelo econômico, mas não se alcançara uma «legitimidade» política e ideológica que assegurasse o êxito do regime.

Além disso, a derrota da guerrilha urbana fazia desaparecer o «perigo» insurrecional e era necessário encontrar causas políticas para o evidente descontentamento de amplos setores da população contra o regime ditatorial. Dentro desse contexto surgiu o governo de Geisel propondo uma «abertura política controlada» e uma retificação do modelo econômico a favor de uma certa redistribuição da renda. Os ideólogos do regime militar brasileiro agiram de certa forma, dentro dos argumentos do politólogo norte-americano Samuel Huntington sobre a «democracia viável», que se converteu numa das peças da Comissão Trilateral e posteriormente do governo Carter.

É necessário destacar que Huntington já vinculava o problema da democratização relativa com o crescente nacionalismo militar. Realmente, já se manifestava no Brasil, nesse momento, um conjunto de problemas que se relacionavam com a importância crescente que assumiam as empresas estatais e a intervenção do Estado em geral. Assim mesmo, a concepção geopolítica dos militares brasileiros os levava a uma exigência cada vez maior, do reforçamento da capacidade econômica do país para convertê-lo em uma «potência emergente», com ênfase especial na consolidação da indústria de base e de uma indústria militar-nacional.

Ao lado desta política, a nível internacional se configurava a crise de 74/75, que mostrava as debilidades da economia capitalista internacional e o aumento das contradições entre os Estados Unidos, Europa e Japão. Os militares brasileiros e os tecnocratas do governo viram nessa crise a oportunidade de reforçar os vínculos do país com a Europa e o Japão, bem como a necessidade de uma política mais ativa em relação aos países árabes (principais fornecedores de petróleo de um país que depende em quase 80% das importações dessa fonte energética). A resistência do governo norte-americano de entregar ao Brasil os instrumentos econômicos e militares, para a realização desse projeto de potência emergente provocou o desenvolvimento de vários pontos de fricção, que passamos a descrever com as palavras de comentaristas norte-americanos.

A *Business Latin America*, de 25 de outubro de 1978, chama a atenção para a perda da importância relativa da inversão direta norte-americana no Brasil, a qual representava cerca de 50% da inversão estrangeira em 1969, e passou, em 1977, a representar cerca de 30%. Ao mesmo tempo, essa revista especializada, chama a atenção sobre a diminuição em geral, da taxa de crescimento da inversão estrangeira, e, repetindo muitas outras publicações, assinala a proporcionalidade crescente dos investidores norte-americanos e europeus, com piores condições para o capital estrangeiro no Brasil.

«Uma legislação restritiva, a concorrência das Filipinas, Malásia, e outros países do Terceiro Mundo — e até a maior segurança em investir nos Estados Unidos — está convertendo o Brasil num lugar menos atraente para os investidores estrangeiros». Antes da visita de Giscard d'Estaing, o ministro do Comércio Exterior da França fez objeções ao Finame (banco de desenvolvimento encarregado de financiar os bens de capital) por «sua discriminação às firmas estrangeiras pagamentos baixos pela transferência de tecnologia e a exigência de depósito prévio para a importação de maquinaria francesa».

Recente estudo sobre o Finame, realizado por Maria da Conceição Tavares, aponta que 57% da indústria brasileira se encontra sob o controle das multinacionais, 22% com empresas nacionais e somente 21% é controlado pelas empresas estatais. Assim mesmo, os dados revelados pela Caxex do Banco do Brasil indicam que em 1977, as importações das 19 maiores empresas estrangeiras superaram US\$ 661 milhões ao que elas exportaram. Se se considera o déficit comercial e financeiro é a enorme dívida externa do país, pode-se compreender que tais «precauções» e

intensões de restrições não têm nada a ver com posturas ideológicas.

O mesmo tema reaparece no *Financial Times*, de 12 de outubro de 1978, com o título de «As companhias americanas perdem terreno», de seu correspondente de São Paulo. Nesse artigo se ressalta a importância do acordo nuclear assinado com a Alemanha, onde a política estatal dos Estados Unidos havia prejudicado às empresas norte-americanas, mas ao mesmo tempo destaca o caso das indústrias de bens de capital, como de televisão, ramo no qual as companhias americanas foram derrotadas pelas japonesas por simples razões de mercado.

O artigo ressalta também as restrições crescentes dos tecnocratas e militares brasileiros à inversão estrangeira em área de «segurança nacional», como aconteceu com os mini-computadores — que o Estado entregou a uma empresa estatal mista com capitais brasileiros e com a compra de tecnologia de empresas médias do Japão (Sharp e Fujitsu), Alemanha (Nixdorf) e França (Logobax). Os mesmos problemas começam a aparecer na indústria e nos serviços de telecomunicações.

É preciso ainda acrescentar os problemas relativos à indústria aeronáutica, na qual o Brasil começa a adquirir certa competitividade em aviões menores, a indústria naval nas mãos dos japoneses sobretudo a indústria militar, apoiada fundamentalmente em capital estrangeiro em aliança com o Estado.

O déficit comercial entre o Brasil e o Estados Unidos também merece ser assinalado. Em discurso pronunciado no Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em agosto de 1976, o chanceler Azeredo da Silveira reclamava: «O Brasil foi responsável, em 75, somente por 1,5% das importações americanas, no entanto, contribuiu com seu déficit na balança comercial para financiar cerca de 16% do saldo positivo global dos Estados Unidos, no ano passado. Não é de se estranhar que muitos brasileiros vejam com apreensão e até com um sentido de injustiça, a adoção de medidas restritivas a algumas de nossas exportações manufaturadas para o mercado americano...»

Ao lado desses fenômenos econômicos, se coloca também o fato, destacado por *Le Monde Diplomatique*, de maio de 1978, da perda do controle norte-americano sobre uma nova geração de militares e tecnocratas, criada em torno do SNI e do aparato econômico do Estado. Apoiada na alta cúpula militar, que realizou o golpe de 1964, os diplomatas e militares norte-americanos encontraram-se posteriormente num meio hostil ou pelo menos desconhecido ao acentuar o poder do aparato militar depois de 1964.

2 O governo norte-americano patrocina cada vez com mais ênfase a retirada progressiva dos militares da gestão do Estado e o fortalecimento da elite política civil, com a qual possa manter um diálogo fluido e mais manejável. Ao mesmo tempo que apoia a distensão controlada de Geisel, não deixa de estimular a oposição ao regime.

Todos esses fatores econômicos e políticos levariam o governo norte-americano a patrocinar cada vez com mais ênfase a retirada progressiva dos militares da gestão do Estado e o fortalecimento da elite política civil, com a qual possa manter um diálogo fluido e mais manejável.

Neste sentido a política de Carter se encaminhou em duas direções: de um lado, apoiar o esquema de distensão controlada de Geisel, cujo cérebro é o general Golbery de Couto e Silva, ex-presidente da Dow Chemical, organizador do Ipes, organismo centralizador da conspiração civil-militar que levou ao golpe de 1964, chefe da Casa Militar de Castelo Branco e atual chefe da Casa Civil do presidente Geisel, criador do Serviço Nacional de Informações e autor da *Geopolítica do Brasil*, onde coloca a subordinação estratégica do Brasil aos Estados Unidos, dentro de um esquema geopolítico da hegemonia brasileira no Cone Sul. Tudo indica que Golbery continuará sendo o ideólogo e articulador do governo Figueiredo. De outro lado, a política norte-americana não deixa de estimular a oposição ao regime. O



presidente Carter em sua visita ao Brasil, não somente visitou os poderes institucionais onde existem uma maior tradição liberal, como o parlamento e o Supremo Tribunal, mas também visitou o cardeal de São Paulo, líder da luta pelos direitos humanos no país.

Esse duplo jogo é possível precisamente por causa da política do grupo Geisel, Golbery e Figueiredo, no sentido de uma «abertura liberal controlada» que depende de certa maneira do fortalecimento dos setores moderados da oposição. No entanto, a possibilidade de uma radicalização da luta democrática no país torna indispensável dispor de uma certa flexibilidade, que permita aos Estados Unidos dialogar inclusive com setores mais à esquerda, que poderão ganhar uma força política avassaladora em condições de uma real democratização no país.

Nesse sentido, a política de Carter conta, em certa medida, com o efeito moderador que poderia ter sobre certos setores da esquerda, a intervenção crescente da Segunda Internacional e particularmente da social — democracia alemã

sobre o espectro ideológico do país. A Segunda Internacional tentou durante 1976 e 1978 apoiar a formação de um partido socialista, cuja força política dependeria em grande parte de seu apoio político e material. No entanto, a realidade política brasileira demonstrou que as bases populares tendem massivamente para a formação de um Partido Trabalhista, sob a liderança do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Este fato fez com que a Segunda Internacional se

reorientasse para a negociação com esse partido, que dispõe de suficiente apoio de massas, para manter um diálogo de igual para igual com a Segunda Internacional, dentro de uma política de relações internacionais pluralista e independente. A Segunda Internacional se vê forçada a optar entre uma influência direta sobre um partido socialista sem expressão de massas ou a negociação completa com um partido trabalhista de massas.

3 Não é estranho que Aureliano Chaves tenha sido recebido em Nova York por David e Nelson Rockefeller e tenha terminado sua viagem em São Francisco, recebido pelo presidente do Bank of America, depois de várias entrevistas com o vice presidente Mondale e outros políticos liberais e altos executivos.

A evolução da situação política brasileira é muito complexa. Por esta razão, o grupo no governo começa a se preparar para uma conjuntura política mais liberal. Esta preparação inclui várias ações políticas. De um lado, se prepara a criação de um partido de centro que reúna os setores liberais do partido do governo e os setores moderados da oposição. Se isto não for possível, se pensa em dois partidos, um de centro-direita e outro de centro que estabeleçam uma aliança política. Por outro lado, se busca dividir a área popular tentando formar um partido trabalhista dominado por um setor de direita, que disputaria a liderança de Leonel Brizola, ou pelo menos, que conseguisse moderar suas posições políticas e submetê-lo a seu controle.

Com dificuldades de se conseguir tais objetivos, se poderia tentar formar um partido que buscasse herdar o prestígio do trabalhismo, dividindo assim, a área popular. Procura-se assim mesmo, patrocinar uma divisão entre o trabalhismo e o socialismo, para debilitar ideologicamente o movimento de esquerda. Tais manobras são publicadas na imprensa brasileira e deverão ter muitas marchas e contra-marchas. O importante para o grupo no poder é assegurar uma certa capacidade de intervenção no radicalismo que assumirá o movimento popular em condições de maior liberdade política.

Ao mesmo tempo, o grupo no poder prepara as condições para substituição de um presidente militar por um civil. Neste sentido está se preparando a figura do vice-presidente, Aureliano Chaves. Essa preparação inclui certa diferenciação política entre ele e o presidente João Batista Figueiredo. Depois do fracasso eleitoral do governo nas eleições de novembro de 78, o vice-presidente eleito declarou (contra as interpretações oficiais do partido do governo e do futuro presidente, de que a diferença de 6 milhões de votos a favor da oposição não tinham nenhum significado político) que não era realista desconhecer a maioria aplastante da oposição. Também chamava a atenção sobre a dificuldade que representava a situação política, na qual o

partido do governo alcançava maioria com uma votação nitidamente inferior. A partir desse momento, a figura até então apagada do vice-presidente, foi elevada à altura de uma tendência independente dentro do futuro governo.

Logo depois Aureliano Chaves foi convidado pelo Centro de Estudos Brasileiros da Escola de Estudos Avançados de John Hopkins University. Esse centro de estudo não é uma instituição puramente acadêmica. Ele é apoiado por instituições bancárias e empresariais brasileiras e norte-americanas reunidas em torno do Brasil — US Business Council, estabelecido em 1976. Essas instituições correspondem às mais poderosas corporações multinacionais e bancos internacionais. Não é estranho então, que Aureliano Chaves tenha sido recebido em Nova York por David e Nelson Rockefeller e tenha terminado sua viagem em São Francisco, recebido pelo presidente do Bank of America, A. W. Clausen, depois de várias entrevistas com o vice-presidente Mondale e outros políticos liberais e altos executivos.

Também não é de se estranhar a nota distribuída à imprensa pelo Centro de Estudos Brasileiros: «um dos políticos civis mais experimentados do Brasil, do qual se espera que venha a jogar um papel importante na política de liberalização que se desenvolve atualmente no Brasil. O governo de Figueiredo-Chaves (sic) deverá presidir a restauração das garantias constitucionais e os direitos civis, a restauração do debate político e a transferência eventual do governo ao completo controle civil em 1985». É claro também, que se as coisas se complicam antes de 1985, se dispõe já de uma figura civil na posição correta para substituir a difícil figura política do presidente Figueiredo, imposto como candidato presidencial à própria agrupação governamental (Arena), a um setor muito significativo dos militares e até a uma boa parte da burguesia nacional e internacional, sem falar evidentemente de amplos setores da classe média e populares que olham com grande desconfiança a um ex-chefe do SNI na presidência da República, presidindo um processo de reconstitucionalização do país...

4 O período de maior assistência militar por parte dos Estados Unidos coincidiu com o desenvolvimento do sistema brasileiro de segurança repressivo. Entre 66 e 75, o país recebeu duas vezes mais que a Argentina de assistência.

A resposta a esta questão talvez se encontre perfeitamente expressa no documento do Comitê sobre Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos Estados Unidos que registra com grande objetividade este aspecto da política do governo Carter.

Segundo o informe, o governo brasileiro deu resposta decisiva à política sobre os direitos humanos do Congresso dos Estados Unidos. Como requerimento sob a Ata da Assistência Internacional para a Segurança e Controle da Exportação de Armas, de 1976, o Departamento do Estado preparou um informe sobre os direitos humanos no Brasil. No mês de março o Brasil rechaçou o informe junto com US\$ 50 milhões de créditos norte-americanos de assistência militar. A Ata para as Aprovações de Assistência ao Estrangeiro e Programas Relacionados (P.L.p 95º 148) proibiu vendas ao Brasil com créditos militares por causa de restrições aos direitos humanos. No transcurso do ano, o governo brasileiro revogou uma série de outros acordos militares com os Estados Unidos. O resultado de tudo isso, como explicou o embaixador norte-americano no Brasil, John Crimmins era o fim de «toda a estrutura formal de cooperação militar entre os dois países».

A retirada da assistência pode não resultar como dispositivo eficaz para promover os direitos humanos no Brasil. O Centro para Política Internacional assinala que enquanto o programa de assistência norte-americano ia diminuindo, as agências de empréstimos multinacionais (isto é, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano) e os bancos comerciais aumentavam seus investimentos no Brasil.

O período de maior assistência militar por parte dos Estados Unidos coincidiu com o desenvolvimento do sistema brasileiro de segurança repressivo. Entre 1966/75, o Brasil recebeu 28%

da assistência militar norte-americana à América Latina, duas vezes mais que a Argentina, o segundo país que mais recebeu ajuda. A Armistia Internacional acusou os Estados Unidos de contribuir diretamente para a repressão no Brasil, através dos Programas de Segurança Pública e treinamento da polícia na AID. De maneira irônica, a retirada dos créditos militares norte-americanos por causa das violações dos direitos humanos chega num momento em que a assistência norte-americana representa somente 2,5% do orçamento militar do Brasil e quando a indústria brasileira de armas produz 75% de suas necessidades.

Não somente os assuntos dos direitos humanos dominaram as relações entre os Estados Unidos e Brasil, em 1977. A meta prioritária da administração Carter tem sido de modificar o acordo entre a Alemanha Ocidental e o Brasil, para o desenvolvimento da tecnologia de armas nucleares no Brasil.

Os dois assuntos se vincularam no Brasil. Alguns oficiais militares acusam a administração Carter de usar «o assunto falso» dos direitos humanos a fim de desestabilizar o regime militar com a esperança de que um novo governo terá uma política nuclear menos independente.

Não se tomou nenhuma medida executiva dirigida particularmente aos direitos humanos no Brasil. Durante suas visitas a América Latina, tanto o Secretário de Estado, Cyrus Vance, como Rosalyn Carter afirmaram do novo interesse dos Estados Unidos nos direitos humanos. Aqueles que dentro do Brasil exigem a restauração das liberdades cívicas foram alentados por essa posição. Os ativistas pelos direitos humanos no Brasil pensam que por causa da política de Carter, o governo militar contestará de maneira menos repressiva a campanha atual pelos direitos humanos.



A trama da "distensão trabalhista"

A questão social começa a deixar de ser simplesmente um caso de polícia e passa a ser também uma peça do plano econômico e político do governo Figueiredo. São os sinais da distensão que já chegam à área trabalhista com a escolha de Murilo Macedo para o Ministério do Trabalho e a inclusão desta pasta no Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE.

A decisão de Figueiredo de incluir o ministro do Trabalho no Conselho de Desenvolvimento Econômico significa que o regime teve de reconhecer o crescimento dos movimentos reivindicatórios e que está admitindo que estes ganharão maior vigor neste ano de 1979. Mas essa decisão também indica que qualquer concessão aos trabalhadores deverá ser enquadrada nos limites da política mais geral traçada pelo novo Vice-Rei do Brasil, Mário Henrique Simonsen.

Segundo revelaram futuros assessores de Simonsen, o combate à inflação será prioritário pelo menos neste primeiro ano de sua gestão. Combate este a ser travado através da velha fórmula monetarista de administração de preços e salários, o que numa economia capitalista já em fase dos grandes conglomerados acaba sempre por redundar em administração apenas de salários (leia-se arrocho salarial).

Tem-se então, de um lado, a perspectiva de um crescimento das reivindicações e, de outro, o anúncio de que «todos — isto é, todos os trabalhadores — serão concludados ao sacrifício». Como resolver essa contradição sem agravar a crise política e econômica?

Autonomia sindical? Só relativa!

O novo ministro do Trabalho surgiu em cena com um discurso em parte liberalizante, mas no essencial tão autoritário quanto o de seus predecessores. Aliás isso não causa espanto uma vez que Murilo Macedo é homem afinado com Mário Henrique Simonsen e, portanto, com o regime que aí está. A afoiteza com que alguns saudaram a manifestação do ministro em favor da manutenção da jornada de trabalho dos bancários acabou em profunda decepção porque logo logo Macedo tratou de definir claramente sua posição ao tratar de duas questões fundamentais para o movimento operário: o direito de greve e a autonomia sindical.

Neste campo ele foi incisivo: «O título V, que trata sobre a organização e autonomia sindical não pode mudar a ponto de conceder autonomia integral, mesmo porque o neo-capitalismo consagra a intervenção reguladora do Estado dentro do econômico e social». E adiante: «a greve é um direito dos trabalhadores mas... a necessidade de equilíbrio exige a manutenção da Lei 4.300/64 (a primeira lei antigreve do regime) e a manutenção do decreto-lei 1632» (o porrete sobre o movimento sindical de agosto do ano passado).

Segundo Macedo, ocorreria um «desequilíbrio entre as exigências dos empregados e as possibilidades de concessão dos patrões, caso não houvesse dispositivos como a lei de greve». E

patati-patata: tudo o mais nos conformes do discurso de qualquer ministro do Trabalho no Estado Novo, isto é, no tempo da ditadura de Getúlio Vargas há quase 50 anos atrás.

A «distensão» sindical se anuncia

Mas como o ministro Macedo não é nenhum novico desacomodado das artimanhas do poder (já exerceu-o de duas maneiras — como empresário e como secretário da Fazenda), ele está careca de saber que hoje não dá mais para simplesmente desconhecer que os trabalhadores estão mobilizados e que esta mobilização deverá crescer. Por isso ele tem que falar também em «empenhar-se para que o ônus da inflação não recaia apenas sobre os trabalhadores» e até — pasmem-se — em «efetiva participação dos trabalhadores nos lucros da empresa».

Além de tudo isso aí, Macedo se autointitula partidário fervoroso da trilogia «diálogo, equilíbrio e harmonia», que segundo ele deve presidir as negociações diretas entre patrões e empregados, sob a bênção protetora do Governo.

E aí é que está. Tudo leva a crer (unindo-se o fato de ele agora passar a integrar o CDE com as linhas gerais da política de Simonsen e com as promessas do ministro) — que um pacote sindical deve mesmo estar pra vir no começo do Governo Figueiredo. E deve conter alguma artimanha. Provavelmente, como andaram especulando os jornais, com uma fórmula mágica para manter o arrocho, acomodando-o com a conquista da negociação direta. E qual seria essa magia? O Governo continuaria estabelecendo índices oficiais, com as usuais manipulações, mas fixaria também um teto até onde os juizes do trabalho poderiam negociar para resolver o impasse entre patrões e empregados. O teto não feriria a política econômica adotada — daí porque o ministro do Trabalho passa a integrar o CDE).

Com isso resguarda-se o que já não está mais sob controle (isto é, a disposição dos trabalhadores em conquistar salários maiores que os aumentos oficiais) mas se tenta jogar o desgato do controle desse impeto para os ombros dos juizes do trabalho e para o manto «imparcial» da Justiça.

Se vier a ser assim, mais uma vez o regime terá demonstrado que mudam os governos mas que as equipes que assessoram as autoridades nas artes maquiavélicas de reprimir os assalariados continuam, como sempre, capazes de bolar quase à perfeição mecanismos que acompanham os novos tempos. De modo que tudo possa mudar e continuar na mesma.

Metalúrgicos paulistas iniciam negociações

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Reunidos na semana passada na sede da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, 34 sindicatos metalúrgicos do interior paulista, representando 500 mil trabalhadores decidiram tocar juntos a campanha salarial cujas negociações diretas com os patrões iniciam-se hoje, 1º de março.

Pela primeira vez, após mais de dez anos, os 34 sindicatos dos metalúrgicos do Interior paulista, ora empenhados em luta salarial, decidiram marchar juntos até o fim da campanha. Em reunião da Federação da categoria, na semana passada, essa união foi selada em torno de uma palavra-de-ordem comum: a tentativa dos patrões de levar o dissídio ao Ministério do Trabalho ou à Justiça será respondida com greve geral da categoria. A ousada decisão cresce de importância quando se sabe que foi sacramentada pelo presidente do órgão federativo, sr Argeu Egidio dos Santos. Isto porque Argeu exerce indiscutível influência sobre a maioria dos sindicatos. Sem sua ordem, pelo menos trinta desses sindicatos jamais topariam uma decisão de greve, deixando sozinhos, como de outras vezes, os metalúrgicos do ABC.

O compromisso do presidente da Federação indica, pois, que a campanha desses metalúrgicos, que esquentou esta semana com o início das conversações com os patrões, abre novas perspectivas de luta no setor. A decisão de decretar greve pode conduzir o patronato à negociação coletiva, em campo neutro, fora da tutela do Ministério de Trabalho. E isto muda a regra do jogo no campo sindical, ferindo o respectivo ordenamento jurídico que, há quarenta anos, vigora no País. É preciso ressaltar ainda o peso dessa categoria no movimento operário brasileiro: são quase 500 mil trabalhadores, metade dos quais concentrados no ABC e congregados pelos sindicatos mais combativos do País.



As novas condições para contrato coletivo

A partir das greves de maio passado, em São Bernardo e Santo André, quando os metalúrgicos romperam o esquema repressivo do governo, ganhou corpo a ideia de introduzir no Brasil o sistema de convenção coletiva do trabalho. As futuras campanhas salariais, que ocorressem após aquelas manifestações, deveriam se pautar por esse princípio. Entretanto, a primeira havia — a dos metalúrgicos da Capital, Guarulhos e Osasco — não foi levada a bom termo. Os patrões toparam a negociação direta, pressionados pela greve, mas o presidente do Sindicato paulista, Joaquim dos Santos Andrade, recuou no meio da briga, traíndo os interesses da categoria.

Dessa maneira, a presente campanha salarial é a primeira que realmente servirá de teste para a concretização da convenção coletiva de trabalho. A «Tribuna Metalúrgica», do Sindicato de São Bernardo do Campo, ressalta, em editorial do Lula, que «o cenário em que se travará essa luta se renovou inteiramente permitindo-nos a utilização de armas mais eficientes do que as colocadas ao nosso alcance antigamente. «De fato, a campanha salarial dos 500 mil metalúrgicos do Interior paulista é empreendida num clima de maior liberdade, assim como num momento em que muitas normas legislativas, com as quais o governo sempre dominou o sindicalismo, já perderam essa validade. A lei antigreve já não pode ser usada; o arrocho sala-

rial, ainda que respeitado pelo Judiciário Trabalhista, não vigora mais na prática porque a maioria dos empresários, para aplacar o descontentamento dos seus empregados, já concede reajustes superiores aos índices oficiais.

Assim, todos os dados dessa luta dos metalúrgicos são novos: o cenário (esse clima de liberdade que já permite uma maior movimentação operária), a unidade da classe em âmbito estadual, a possibilidade de greve com a experiência de maio passado, e a quebra do arrocho salarial.

A «Justiça» é derrota na certa

Por outro lado, a pauta reivindicatória aprovada pelas assembleias dos trinta e quatro sindicatos, contém pretensões que só mesmo através da negociação direta poderão ser obtidas. São exigências novas, jamais levantadas em outras campanhas, como garantia no emprego, antecipação da data-base (dia em que entra em vigor novo reajuste salarial) e redução em 8 horas da jornada semanal de trabalho. O desfecho habitual da campanha — julgamento do dissídio pelo Tribunal do Trabalho — frustraria todas essas pretensões.

Por isso, a alternativa desses 34 sindicatos de metalúrgicos é marcharem realmente juntos até o final da campanha. Se houver manobras ou dispersão, a luta reivindicatória fracassará, causando enormes prejuízos ao movimento operário. Este perderá a grande oportunidade de vencer o primeiro «round» contra essa arcaica estrutura sindical brasileira.

Como dar o pulo do gato?

Para combater a inflação, transformada em inimigo número um do próximo governo, os artífices da política econômica começam a acenar com a ameaça de recessão. Neste caso quem vai pagar o pato serão os trabalhadores com desemprego e queda dos salários. No entanto, esta política é incompatível com o ascenso sindical e os planos de abertura política. Enfim, tá todo mundo enrolando e o regime ainda não sabe como é que vai dar o pulo do gato.

Por Paulo Roberto R. Brant

Nas palavras de Mário Henrique Simonsen, «continuidade não é imobilismo». E o general João Baptista de Figueiredo, cujo governo se inaugura no próximo dia 15 de março, embora proclamando a continuidade dos governos revolucionários, anuncia modificações de vulto em relação ao governo de seu antecessor.

Especificamente no campo da política econômica, várias ideias já foram dadas a conhecer. Dentre elas são de se destacar a tão decantada ênfase na agricultura e o novo relacionamento Estado-empresariado, com uma maior valorização do «livre jogo das forças do mercado», a abrir espaço inclusive para a desestatização de uma série de empresas públicas.

Quanto à inflação, foi explicitamente declarada a «inimiga número um», assumindo o seu combate prioridade absoluta na formulação e execução da política econômica. Neste combate, inclusive, admitem-se alguns sacrifícios temporários, tais como breve recessão, na linguagem do ex-ministro da Fazenda de Castelo Branco, Otávio Gouveia de Bulhões, ou, eufemisticamente, um ligeiro desaquecimento, como preferiu dizer Mário Henrique Simonsen.

A parte dessas pequenas divergências semânticas, Simonsen e Bulhões parecem concordar no essencial: é preciso frear a economia para que se traga a inflação para níveis mais toleráveis. Sendo assim, prenunciam-se uma política creditícia austera, concretizada numa elevação máxima de 30% para os meios de pagamento em 1979, um corte substancial de cerca de 50 bilhões nos gastos do tesouro e limitações à atuação das empresas do Estado. Tudo isso, aliás, constante nas «Diretrizes Gerais de Governo» do general Figueiredo, divulgadas no último dia 12 pelo Jornal do Brasil e reconhecidas no dia seguinte como verídicas pela própria assessoria do futuro presidente da República.

Alvissaras, diriam os mais incautos. Afinal de contas, qualquer leigo em economia sabe concretamente, e por vivência própria que a inflação atinge mais intensamente os assalariados, pela corrosão dos seus salários. Infelizmente, no entanto, as novas não são tão boas assim. Muito até pelo contrário.

Duas questões devem ser aqui analisadas. Em



primeiro lugar, há de se perguntar pela adequação do diagnóstico e da consequente terapia indicada para fazer frente à inflação. Subjacente às medidas anunciadas está a ideia de que a inflação decorre essencialmente do ritmo excessivo da atividade econômica, existindo portanto um nexo indissolúvel entre o controle dos preços e a recessão.

Sem querer ir longe demais com a estatística, procedimento bem ao gosto de alguns economistas, para demonstrar, que a correlação existente é justamente a inversa, o que a realidade dos anos 73/78 permite inequivocamente afirmar é que inexiste aquela rígida relação.

O buraco é mais embaixo

A compreensão do processo inflacionário brasileiro, aliás, não comporta causas tão

singelas. Correndo o risco de se repetir o que vários analistas da inflação brasileira já disseram repetidas vezes, por detrás da sua complexidade não é difícil de se enxergar o papel da intermediação agrícola, da especulação imobiliária, das distorções do sistema financeiro, etc. A respeito desse último, inclusive, tanto Simonsen como Carlos Brandão, futuro presidente do Banco Central, pensam que suas distorções, tais como as elevadas taxas de juros, meramente refletem as mazelas da inflação, não se justificando portanto quaisquer alterações de fundo em sua estrutura.

Em síntese, uma política recessionista que não toque nos problemas mencionados acima fatalmente levará a economia à estagnação. Ou seja, estagnação ou recessão econômica conjugada com a persistência ou até mesmo a intensificação da inflação, se se levar em conta que as grandes empresas oligopólicas tendem a subir os preços numa conjuntura desfavorável para manter inalteradas as suas margens líquidas de lucro.

Daqui surge a outra questão e levante. Quais os resultados concretos daí advindos. A este respeito é útil voltar-se os olhos ara o período 1964-67, período em que no Ministério da Fazenda assentava-se o mesmo Otávio Gouveia de Bulhões, que então pôs efetivamente em prática todas as suas concepções agora reavivadas. Lá se enxergam as falências das empresas marginais, geralmente as pequenas empresas com menor capacidade de resistência aos períodos de crise. E, sobretudo, a contenção, o arrocho salarial e o desemprego.

No entanto, se as ideias e os homens são os mesmos, o ambiente político e social lá e cá são bem outros. Lá o limiar do regime, as oposições castradas e silenciadas pela força e pelo medo. Cá o despertar das forças sociais relegadas nesses 15 anos de arbítrio. Lá a repressão sindical e cá o acordar dos movimentos sindicais.

No fim das contas a conclusão óbvia. A questão da inflação, talvez mais que qualquer outra questão econômica, é fundamentalmente política. Debelá-la implica em perdas para alguns. Quem são esses alguns, eis o núcleo da questão.

Partido dos Trabalhadores: Para quem? Com quem?

A forte presença de pelegos e o cupulismo das articulações do PT têm gerado uma atitude de desconfiança, senão de repúdio à proposta, por parte das oposições sindicais. Elas reivindicam esclarecer quem é quem nesta jogada e lançar a discussão para as bases.

Por Zé Pedro e João Joaquim, de Osasco

O Partido dos Trabalhadores, «PT», foi um dos assuntos principais do Congresso dos Metalúrgicos realizado na cidade de Lins. O que foi surpresa para os próprios trabalhadores foi os mesmos não terem sido consultados nem terem participado de discussão alguma sobre o assunto.

Quem é contra um partido verdadeiramente dos trabalhadores? Que nasça das lutas concretas do dia a dia — luta por melhores salários e condições de vida, luta como a do movimento do custo de vida, contra o arrocho, luta para quebrar a estrutura sindical, que enfim, por incrível que pareça é o suporte da maioria dos sindicatos que estão defendendo esta proposta de partido?

Muitos erros foram cometidos no passado. Erros que custaram caro à classe operária, que levaram a anos de retrocesso na luta por nossa liberdade, erros que terminaram em dar uma alternativa falsa para os trabalhadores, que podemos, por exemplo, localizar no PTB, no combate à CLT, na manutenção da estrutura sindical, no populismo enfim.

Não precisa ser bido para saber que se repete agora mais um engodo, embora haja pessoas que estão bem intencionadas. Mas, não parece que, assim mesmo equivocadas, esquecendo de um passado não muito distante.

Temos muito respeito por uma meia dúzia de «autênticos» que nos parece fazer um trabalho muito sério dentro de seus sindicatos. Mas colocamos para estes companheiros uma crítica construtiva, de que seriam perdoáveis cometer os mesmos erros do passado.

A maioria da cúpula sindicalista que está nesta articulação do PT é bem conhecida pelo seu passado e pelo seu presente, que sempre foi de traição e eduragem da classe operária. Veja as últimas eleições sindicais, as últimas greves dos metalúrgicos de São Paulo quando a massa operária atendeu à convocação do sindicato dando a ele um voto de confiança e parando mais de 300.000 trabalhadores. O que aconteceu? Traição da Diretoria do sindicato. Isto já era de se esperar. Afinal de contas, quem é Joaquim dos Santos Andrade, o famoso «Joaquinzão»? Fama essa herdada pelas suas peripécias contra a classe operária. Ex-interventor no Sindicato de Guarulhos e SP depois de 64: sua posição no movimento intersindical anti-arrocho — MIA — e, conseqüentemente, no 1º de maio de 68, quando foi — ao Palácio dos Bandeirantes — junto com sua curriola — se desculpar com o então governador Roberto de Abreu Sodré, dizendo que não tinha nada a ver com os acontecimentos da Pra-

ça da Sé. O que fez «Joaquinzão» nesses 15 anos no Sindicato dos Metalúrgicos? Quantas comissões de fábricas e grupos de base «Joaquinzão» fez? Qual foi a posição do «Joaquinzão» nas greves de outubro novembro do ano passado? Estas são questões que nos deixam uma grande interrogação.

Por outro lado, o que já fez a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo nestes anos negros para organizar os trabalhadores? O que estes sindicalistas fizeram para romper com a lei do arrocho e com a estrutura sindical?

Só fizeram os descontos assistenciais, tornando o sindicato um órgão assistencialista ao invés de um sindicato combativo que organizasse a classe operária para fazer uma conquista.

Na sua grande maioria estes sindicalistas defendem a conciliação entre o trabalho e o capital. Como pode se dar esta conciliação se os patrões só pensam no lucro, para isto não importando explorar, prender e matar. Veja os casos mais recentes.

Apesar de se dizer que no PT não vai ter a participação dos patrões, qual a diferença entre Joaquim e Vidigal ou qualquer outro patrão?

Ora companheiros, não devemos ser secretários, mas também não devemos entrar de gaiolas. Vejamos a história de nossa classe: qual a participação que ela vai ter neste partido de trabalhador? Um partido que tem na sua cúpula Joaquim Andrade, Argeu, Cid, Henos Amorina, Paixão e outros?

Falamos isto por conhecermos as suas práticas anti-democráticas dentro de suas bases, fazendo delas seus feudos, negando a verdadeira alternativa de base de um sindicalismo livre — que são as comissões de fábrica — porque aí não dá para eles controlarem.

Por isso, quando se fala em «PT» com dirigentes desse naipe os trabalhadores ficam com um pé, ou porque não dizem, com os dois pés atrás. Isto porque, no nosso ponto de vista, um partido de trabalhadores é realmente necessário, mas tem que nascer de baixo para cima, de discussões feitas nas bases, com trabalhadores de todas as categorias, com um programa que venha realmente de encontro com os verdadeiros anseios da classe operária. Com representantes dos grupos de fábricas, com a verdadeira representação e que esse partido tenha como ponto principal a defesa de um sindicalismo livre da tutela do Ministério do Trabalho e a participação, verdadeira, de todos os trabalhadores na vida política, econômica e social do País.

Seria importante que todas as lideranças operárias se manifestassem dando sua opinião.

A ciranda dos proletinhas



Na rua, eles são suspeitos, são pivetes, são trombadinhas. Marginais perigosos. Se eles põem uma roupa melhor no fim de semana é porque roubaram. Tem radiola em casa? É roubada. A polícia dá suas batidas nos bairros da periferia das cidades, nas favelas, e eles sempre vão em cana, para a «especializada» de menores.

Documento eles não têm. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1976 revela que 85,69% dos trabalhadores brasileiros de 10 a 14 anos não possuíam carteira de trabalho assinada. Logo, diz a polícia, diz o Governo, dizem as autoridades: são marginais. Ou «Menores Abandonados», como se fala por aí. Ou vagabundos precoces.

De acordo com o PNAD, 2.533.122 crianças brasileiras da faixa de idade de 10 a 14 anos, trabalham nas fábricas, nos campos, nos escritórios. Deste total, 70% trabalham mais de 40 horas semanais. Trabalham à noite, pegam insalubridade, qualquer parada. Nas siderúrgicas, qualquer lugar.

Em vez da pipa, o torno.

«Corta, empilha». Montes de tijolos secando ao sol escaldante das duas horas da tarde. Em um galpão escuro e sujo, cerca de vinte crianças tingidas de barro, de 11 a 14 anos de idade, trabalham onze horas diárias — de seis da manhã às cinco da tarde — com apenas uma hora para o almoço. Na folha de registros da empresa, apenas um menor tem a sua carteira de trabalho assinada. A remuneração é de Cr\$ 203,00 por semana. «Eles roubam da gente. A gente trabalha, mas não ganha», diz um menino de 13 anos que continua cortando tijolos enquanto fala, obedecendo ao ritmo da máquina. Na sua frente, uma outra criança de cerca de 12 anos empilha os tijolos cortados em um carrinho que é transportado para o pátio, onde são colocados para secar e, depois, para o forno, última etapa da produção.

Este é o quadro da Cerâmica Antonini, situada à Av. Cerâmica 350, no bairro Tirol, da Grande Belo Horizonte. É um dos exemplos do cotidiano das quase 3 milhões de crianças brasileiras de 10 a 14 anos, que engrossam o contingente de mão de obra nos campos, nas fábricas, na construção civil, qualquer lugar. É pau pra toda obra.

A exploração do trabalho infantil no país não é um fenômeno marginal ao processo de acumulação adotado, como se poderia pensar. É a regra.

As condições de trabalho, em geral, são as mais precárias. Os empregadores, via de regra, se negam a assinar a carteira, obrigam as crianças a jornadas superiores às oito horas diárias e pagam salários irrisórios. De acordo com o PNAD, 98% das crianças que trabalham recebem menos que dois salários mínimos.

Outro fato importante: a fábrica e o campo não reservam às crianças os trabalhos mais leves e menos perigosos. Carlos Antonio, 16 anos de idade, trabalha há dois anos na Ferteco Mineração S.A. cumprindo oito horas diárias. É o mecânico de automóveis e caminhões, no setor de manutenção, manipulando máquinas e motores em movimento. Por este trabalho recebe Cr\$ 1.100,00 mensais e na sua carteira consta que é aprendiz.

Jaime Divino, 14 anos, começou a trabalhar aos 12 na fábrica de relógios padrão RED do Brasil: «Pegava das seis da manhã às seis da tarde, com uma hora de almoço. Pintava o dia inteiro. Só parava pro almoço. Nem para ir ao banheiro, os chefes deixavam, tinha que aguentar até às seis horas. Os chefes tratavam mal, viviam dando bronca, se pedia para ir ao banheiro, diziam para não encher o saco e ir trabalhar. Tem umas cinquenta pessoas trabalhando lá, uns trinta são menores».

Já Antonio Pereira é filho de lavradores de Passatempo. Começou a «labutar na roça» aos 10

anos e mora há um ano em Belo Horizonte. Hoje tem 14 anos e é trocador na empresa de ônibus Barreiro de Cima, onde ganha cerca de Cr\$ 400,00 por semana. Lá no Barreiro existem três turnos de trabalho: das 5 da manhã às 13,30h; das 13 às 21 e, o terceiro, noturno de meia-noite às oito da manhã. A empresa só emprega maiores de 14 anos e assina carteira. Mas as horas extras, não remuneradas, são obrigatórias e não existe folga semanal. O trabalho noturno é um fato: Joaquim Valentino pega serviço a 13,30h e só larga a 1 hora da madrugada.

O trabalho infantil, em geral, existe em função do arrocho salarial, um dos pilares de sustentação do «milagre brasileiro», que comprimiu para baixo a remuneração dos pais de família, obrigando o ingresso na força de trabalho dos demais membros.

Entre 1958 e 1969, de acordo com os dados fornecidos pelo DIEESE, o número de membros da família engajados no trabalho dobrou. Neste mesmo período, o salário real do chefe de família decresceu 36,5%. O que se observa é que o capitalismo brasileiro ridiculariza a Constituição do País: o salário mínimo deve ser suficiente para sustentar o trabalhador e sua família. Isso fica só no papel, pois o cálculo é feito em termos de necessidades apenas individuais e de quebra, esse valor ainda é rebaixado pelas manobras que o Governo faz nos índices do custo de vida.

Para justificar o trabalho infantil perante a opinião pública, o Ministério do Trabalho diz que é interessante aumentar o mercado de trabalho para os menores, com finalidade de diminuir a sua marginalização. Porém, a pergunta a ser feita é se o Governo não pensa em acabar com a marginalidade propiciando às crianças educação e condições humanas de vida, o que, sabidamente, seus pais não podem lhes oferecer quando ganham salário mínimo. Na verdade, a maioria das crianças obrigadas a trabalhar para garantir o seu próprio sustento ou para suplementar a renda familiar, abandona os estudos. A jornada de trabalho que enfrentam cotidianamente é estafante e as poucas horas que tem fora do serviço são dispendidas no transporte e no sono. E o que revela Osmar Juvenino, 15 anos, trocador da Barreiro de Cima: «Prá pegar uma folga tem que avisar uns quatro meses antes». Osmar não dorme direito, levanta cedo demais não tem tempo para se divertir: «Na hora que estou de folga vou dormir».

Ano I da Criança Brasileira

Apesar de ter uma participação extremamente reduzida nos setores industriais mais modernos, compostos pelas grandes e médias empresas, mão-de-obra infantil cumpre um papel importante no processo de acumulação.

Correspondendo a cerca de 6,5% da população ativa, o trabalho infantil contribui para o orçamento familiar, permitindo que se perpetue uma situação onde o salário mínimo é flagrantemente insuficiente para a manutenção do trabalhador e de sua família.

Em segundo lugar, ocupando postos que, na sua ausência caberiam à força de trabalho adulta ou juvenil, o contingente da mão-de-obra infantil contribui para alargar o número de desempregados, aumentando a concorrência no mercado de trabalho, e fazendo decrescer os salários.

Em terceiro lugar, se engajados nessa inumerável rede de pequenas fábricas a maioria com menos de 100 empregados — na ampla gama de atividades do setor de serviços, ou nas atividades agrícolas, o trabalho infantil se presta a condições extraordinárias de exploração, garantindo uma rentabilidade necessária a essas atividades que, apesar de não serem as prioritárias, cumprem um papel fundamental para a acumulação capitalista.

A extensão e as consequências sociais do trabalho infantil no Brasil são por demais gritantes para serem ignoradas.

Só mesmo com muito humor negro para se comemorar o Ano I da Criança Brasileira. De acordo com dados do próprio governo são mais de 2,5 milhões de crianças trabalhadoras entre 10 e 14 anos de idade, 70% das quais com jornadas semanais de mais de 40 horas. No total, o trabalho do menor corresponde a 6,5% da força de trabalho no Brasil, e enfrenta condições de trabalho as piores possíveis, como demonstra a reportagem feita por EM TEMPO na região industrial de Belo Horizonte. Dados do DIEESE apontam que em virtude da política de arrocho salarial do regime pós-64, as famílias trabalhadoras cada vez mais se viram compelidas a jogar seus filhos na roda da exploração capitalista.

Por Fátima Anastasia, Juarez Guimarães e Jussara Ferreira

As leis do arrocho infantil

Por Maurício Godinho



As primeiras leis especiais sobre o trabalho do menor surgiram na década de 1920, estabelecendo a proibição do trabalho noturno aos menores de 18 anos, além de proibir todo e qualquer trabalho aos menores de 14 anos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, incorporou estas leis, acrescentando outras como a proibição de contratação dos menores para serviços em condições insalubres ou perigosas.

Na Constituição de 1946 foram ampliadas algumas vantagens aos menores: proibiu-se diferenças salariais por motivo de idade e manteve-se para o trabalho do menor a condição da idade mínima de 14 anos.

É a partir de 1964 que ocorreriam as maiores modificações na legislação de proteção aos menores trabalhadores. A Constituição de 1967, promulgada em março por um Congresso que saía de um recesso forçado pelos tanques do Coronel Meira Matos, restabeleceu no Brasil o que o capitalismo inglês dos séculos XVIII e XIX fizera com os menores: eliminou a proibição de discriminação salarial por motivo de idade e reduziu a idade mínima para o menor trabalhar, para 12 anos.

Em abril de 1967, um mês depois de promulgada a Constituição, vem a nu a intenção do governo ao revogar o antigo princípio da igualdade salarial: a Lei 5.274, de abril de 1967 acabava de criar a figura do salário mínimo do menor. A partir daí, os trabalhadores de 14 a 16 anos passariam a receber 50% do salário mínimo regional, e aqueles entre 16 e 18 anos, receberiam 75% do salário mínimo. A diminuição do salário do menor não foi acompanhada de redução correspondente da jornada de trabalho, que permaneceu com as mesmas oito horas do adulto. Qual era a do governo? A «redentora» de

ca, caracterizada, entre outras coisas, pelo recesso na oferta de empregos. Com este ato o general-presidente não apenas evitava o aumento do desemprego dos trabalhadores adultos, afastando a concorrência dos menores, como ganhava uma boa oportunidade para fazer uma propaganda da sua distensão. Em março de 1978, porém, a surrada imaginação criadora do Planalto voltaria a funcionar. O Ministério do Trabalho divulgou, então, um Projeto de Lei que restabeleceria o salário mínimo do menor. Só que desta vez o governo teve de fazer voltar as gavetas seu projeto ante às contundentes críticas que recebeu do movimento sindical, já mais fortalecido naquele momento. Mesmo a existência das acanhadas normas da CLT que protegem o trabalho do menor não asseguram muita coisa na vida diária desses brasileiros. Afinal a maior parte dos trabalhadores menores do país sequer tem carteira de trabalho assinada e desta maneira se acham sob o manto roto das regras da CLT. De fato, 85,69% dos trabalhadores de 10 a 14 anos não possuíam carteira assinada, segundo amostra colhida pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), de 1976. Essa situação tornou-se mais dramática quando se sabe a fiscalização do Ministério do Trabalho é notoriamente deficiente. Além disso, é comum entre os trabalhadores adultos a assinatura adulterada da carteira de trabalho por parte dos empregadores.

MÃO DE OBRA INFANTIL — 10 A 14 ANOS

HORAS SEMANAIS TRABALHADAS

HORAS SEMANAIS	URBANA	RURAL	TOTAL
Até 14 horas	4.188	219	4.407
15 a 29 horas	69.432	277.585	347.017
30 a 39 horas	80.756	381.704	462.460
40 a 48 horas	382.452	878.540	1.260.992
49 e mais horas	160.189	293.091	453.280
Sem declaração	425	4.541	4.966
Total	697.442	1.835.680	2.533.122

Fonte: PNAD 1976

ESTUDANTES

A UNE vem aí

O movimento estudantil prepara-se para reconstruir a União Nacional de Estudantes (UNE). O Congresso de reorganização está previsto para o mês de maio, em Salvador, reunindo representantes de toda as escolas e universidades do país. Aqui, um depoimento de Marcelo Barbieri, diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Estado de São Paulo falando sobre as perspectivas de retomada das lutas do Movimento Estudantil e o papel fundamental que terá a reconstrução da UNE para avançar a oposição ao regime militar.

«Antes de fazer uma projeção para 1979, é importante que se olhe rapidamente para o ano passado. Acredito que o ME não acabou de forma alguma; ele continuou levando suas lutas, reconstruiu suas entidades (como foi o caso, por exemplo, da União Estadual de Estudantes UEE), efetivou a unidade com outros setores, particularmente com os professores. De maneira alguma ocorreu o seu fim ou se pode dizer que o ME inexistiu. O que ocorreu, sim, foi um ritmo diferente daquele que se viu em 1977, pois as mobilizações em torno de grandes questões políticas e que nos levaram às ruas naquele ano, não se reproduziram em 1978.

E não poderia ser de outra maneira.

É preciso que se tenha em conta toda uma situação de redefinição política da sociedade. O movimento popular entre na cena política ocupando um espaço anteriormente apenas ocupado pelo ME. E, principalmente, porque em 1977 foi determinado por um clima de explosão no ME, não por um acúmulo gradativo de forças.

Mas creio que há sintomas de mudança, que permitirão a reversão desse processo. Isto pode ser constatado na última reunião da Comissão Executiva Pró-União Nacional dos Estudantes (Pró-UNE), onde se centro o debate muito mais em torno dos problemas mais concretos do movimento estudantil, deixando em segundo plano a tradicional disputa entre as

tendências. É importante notar-se que nessa reunião estiveram presentes mais de 28 entidades maiores (como os DCEs e a UEE de São Paulo), o maior número registrado até hoje.

A Recuperação do Movimento Estudantil

E isso não fica apenas ao nível das intenções. Podemos constatar na prática quando a UEE consegue levar, apesar da desmobilização natural do período de férias escolares, uma luta pelos passes escolares, promove um debate com a participação de cerca de 1.500 pessoas em defesa da Amazônia (precedido de ampla divulgação, panfletagem, etc; na cidade de São Paulo), «puxando» outros setores para integrar o «Movimento de Defesa da Integridade da Amazônia».

E a partir daí que acredito na retomada da luta em novas bases, em 1979, em busca do fortalecimento do Movimento Estudantil.

E esta necessidade da UNE está dada a partir das próprias solicitações do Movimento Estudantil. Embora exista, na verdade, um ritmo desigual de reorganização entre os estudantes do Sul e do Norte/Nordeste, já podemos dizer que há uma unificação política do ME. A UNE não surge no bojo de grandes lutas estudantis, mas sim a

partir do momento em que unificamos nossas bandeiras de luta e que estas passam a ter caráter marcadamente anti-ditatorial.

Uma agenda de Lutas

Há inúmeros pontos a serem levados pelos estudantes, no próximo período. Podemos destacar a luta contra o aumento das anuidades a nível nacional, de protesto contra os índices escorchantes cobrados pelas escolas particulares, luta que será levada na perspectiva de luta por um ensino público e gratuito.

Outra mobilização importante se dará em no dia 15 de Março, com o

«Dia Nacional de Luta contra a posse de Figueiredo». Em São Paulo, por exemplo, será realizado um ato público, em frente à Assembléia Legislativa — coincidindo com a posse do Paulo Maluf no governo do Estado.

A luta pela anistia, com um ato previsto para o dia 18 será também um ponto importante desse período, culminando com a mobilização nacional do dia 18 de abril, data em que se comemora a conquista da anistia, em 1946.

Da mesma forma inscreve-se a continuidade da campanha popular pela preservação da Amazônia.

Finalmente, no curto prazo, teremos um «Trote Nacional pela Reconstrução da UNE» com a venda de cartazes em

benefício do congresso de Salvador, previsto para maio.

É importante também que o Congresso não se constitua em acontecimento apenas estudantil pois a UNE é uma conquista do movimento popular em sua luta contra a ditadura. Uma entidade livre e independente do controle governamental. É uma ameaça para o regime, não vai acontecer de graça. Não é à toa que o Governo vem preparando toda uma campanha, com pronunciamentos de elementos ligados aos órgãos de segurança, alertando contra o «perigo» representado pela UNE, afirmando que é ponto de honra sua não reconstrução.

O Governo vai tentar intimidar, vai promover prisões individuais, convocar

ções para depoimentos, etc. Mas dificilmente terá condições políticas, dado o seu isolamento, de partir para uma ação de envergadura como a de reprimir o congresso, prender centenas de pessoas, etc.

Por outro lado, reafirma: o congresso tem que se constituir num acontecimento político nacional (convidaremos representantes de outros setores sociais para participar), um marco na luta popular contra a ditadura.

A preparação para a UNE

A fase de preparação envolve, ainda, uma intensa agitação e propaganda, da UNE, recuperando a memória da entidade, seja através de debates, a publicação do jornal da Pró-UNE, que circulará a partir de 15 de março, panfletagens, etc. Nesse sentido, encaminharemos a nível nacional uma campanha exigindo do governo que apresente explicações acerca do paradeiro do Honestino Guimarães, o último presidente da UNE, desaparecido desde sua prisão pelos órgãos de segurança.

A democracia interna na entidade, estabelecida através de seus estatutos, o debate dos programas políticos são outros itens importantes do Congresso, mas, uma das questões mais importantes é a de que se estabeleça, durante o Congresso, que a eleição da primeira diretoria da UNE reconstruída será através do voto livre e direto, das bases estudantis. Eleições diretas, e não através de delegados, são importantes porque, em primeiro lugar, é uma maneira excelente de se popularizar a entidade, pois uma eleição direta atinge muito mais o conjunto dos estudantes do que eleições de delegados. Além disso mostraria uma coerência com a exigência de eleições diretas a todos os níveis que exigimos para os postos executivos no País, como o demonstra a campanha que se está lançando pela volta às eleições diretas nas capitais.



IV Encontro Nacional de Estudantes — outubro de 78

Primeira parte.
Na próxima
semana, o final

Como você vê o atual sindicalismo dos trabalhadores agrícolas?

Os sindicatos brasileiros, sejam urbanos, sejam rurais, ainda estão anexados ao Estado. Com pelegos, interventores e dependendo da estrutura que lá está. No campo, as lutas camponesas se manifestam hoje sobretudo através dos setores progressistas da Igreja. Eu acho que os camponeses têm que conseguir a sua autonomia. Os camponeses terão que conquistar a sua autonomia em relação a qualquer instituição ou partido que se proponha hoje ao Brasil. Os trabalhadores têm que levantar suas bandeiras de luta em defesa de seus direitos e em defesa de sua autonomia de classe, seja no campo como na cidade.

* —Então você preconiza uma total separação do movimento camponês com os partidos?

—Eu acho que os trabalhadores devem ter suas próprias organizações. Que não sejam manipulados por nenhuma outra força incoerente. Pois há sempre uma contradição entre as direções que tentam manipular e as lutas do dia a dia que os trabalhadores levam para a frente. O perigo, inclusive, é que as lideranças do movimento comecem a tirar da cabeça do camponês aquele árduo espírito combativo pela sua autonomia própria e passem a uma mera luta reivindicativa passem a esperar que a Reforma Agrária venha, nos termos da lei, quando o Governo der.

O sindicalismo rural inclui hoje, na mesma estrutura, trabalhadores assalariados e não assalariados. Mesmo quem tem menos de cinco empregados faz parte. Pelo que observo na ação da Contag (confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) posso dizer que ela não tem uma orientação de implantação de base. Eles convocam assembléias num município, elegem a diretoria do sindicato local e depois os trabalhadores vão ali da sede do sindicato pagar as mensalidades, fazer queixas, etc. Mas ao nível dos povoados, vilas, aldeias, não existe um trabalho implantado, uma verdadeira militância sindical.

Isso não quer dizer que nos sindicatos, nas federações, e na Confederação, não existam companheiros lutadores. Mas é uma luta muito amarrada. Não ultrapassa o que é permitido por lei. E isto está muito longe de atender as necessidades dos trabalhadores. Ela não responde de maneira nenhuma as exigências das lutas de massas. Não responde. E se tentar vai para a ilegalidade.

Existia no Maranhão um rapaz, o Augusto, que era o delegado da Contag para o Estado. Era uma boa pessoa. Um cara que queria fazer as coisas. Tinha boa vontade. No entanto ele era obrigado a encaminhar tudo que era questão às autoridades. Se resolvessem alguma coisa, muito bem. Se não resolvessem não havia condições de dar apoio aos trabalhadores.

*Mas você considera importante impulsionar a formação dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, apesar de tudo?

—Eu acho que agente tem que formar sindicatos. Se a diretoria eleita for boa, tiver boa vontade, ela levará o povo a dirigir o sindicato e não deixará que ele fique só por sua conta. Quando surgir um problema, uma queixa, uma denúncia, o Sindicato deve apoiar os trabalhadores, constituir advogado, etc. e ir para a briga. Mas para que isso seja possível, a massa tem que ter poder de decisão na Assembléia, levar o sindicato a assumir o problema. Se a diretoria for assim combativa, a gente tem que apoiar.

No caso de não existir essa situação, temos que construir uma oposição. Não se trata de sindicato paralelo. Temos que fazer discussões e mobilizações de base para criar uma oposição a diretoria. E se dentro da diretoria só alguns apoiam o atrelamento e outros não, temos que apoiar esses últimos e fazer alargar as suas bases. Se se conseguir chegar a uma oposição que se faça sentir desde a base até a diretoria em pouco tempo existirão condições de botar o pelego para fora e constituir uma diretoria combativa, enraizada nas bases.

— E você acha indispensável que haja uma separação das estruturas sindicais entre assalariados e camponeses?

— Acho. Acho que é uma questão de vida ou de morte. O assalariado num sindicato de pequenos proprietários é sempre manipulado. Em geral, nas regiões de pequenos proprietários, quem controla o Sindicato são eles pois são os que estudam mais. São mais aceitos pelas autoridades. Isso leva à manipulação.

Eu acho que não existe nada mais justo que um Sindicato reunindo apenas os assalariados e os semi-assalariados, isto é, os camponeses que pagam renda ao proprietário, que não têm terra. Agora, os pequenos proprietários que exploram a terra com a família, devem ter um outro sindicato. Eles produzem para vender. Lutam por melhores preços para suas mercadorias. O assalariado luta por melhor preço para o seu salário.

No máximo, o que posso aceitar é que cada categoria tendo o seu sindicato próprio, pertençam todas a uma mesma confederação, uma confederação de todos os que trabalham na agricultura. Mas ela precisa ter estruturas diferentes, departamentos diferentes para cada categoria. Caberia à Confederação a condução das lutas por interesses comuns.

— E quando é que vocês fundaram o Sindicato de Pindaré? Como nasceu?

— Olhe. Foi em 1962 que ouvimos falar em sindicalismo rural. Antes os trabalhadores brigavam muito, mas em conflitos localizados. Surgiam ligas e desapareciam em função dos problemas que tinham que ser enfrentados. O Sindicato não foi um negócio que surgisse assim tão naturalmente. Não sabíamos que a lei permi-

«O gado dos fazendeiros continuou invadindo a roça dos camponeses. Caboclo começou a matar gado. Polícia começou a botar na cadeia. Aí os sindicatos passaram a uma posição mais ofensiva. Ocupamos os três povoados e fizemos uma espécie de estado de sítio para denunciar a situação. Ficávamos 24 horas dentro. Quando chegou a hora, com toda a religião e a fé que tinha, o camponês começou a matar gado, ocupar as cidades, e depois se defender da polícia com o que tinha. Pegava na espingarda, no facão, na faca, no cacete. Foi uma confusão louca, quase uma insurreição. Cerca de 100 mil trabalhadores, nos vales do Pindaré e Mearim pegaram no que tinham para defender sua produção».



Carlinho Ferraz

Manoel da Conceição

O ex-líder camponês, hoje exilado em Genebra e preparando-se para um possível regresso ao Brasil recorda os conflitos e a formação do sindicalismo rural no interior do Maranhão nos anos que precederam o golpe militar de 64, e comenta também as perspectivas atuais do sindicalismo no campo.

Entrevista a Maria Morais e Eliezer de Oliveira

tia a nossa organização sindical para lutarmos por nossos direitos. Por volta de 62, apareceram por lá algumas equipes do Movimento de Educação de Base, ligados à Igreja Católica. Davam cursos sobre sindicalismo, cooperativismo, essa coisa toda. Fizemos um curso sobre Sindicato e Cooperativa Rural. Participaram 35 pessoas. Depois a gente começou a levar à prática. Saiu para os povoados para discutir com o pessoal — ninguém sabia o que era sindicato. O pessoal queria era escola de alfabetização. Para conhecer as leis tem que aprender a ler um pouco. O pessoal lá de Pindaré era analfabeto de 80 a 90 por cento. Tinha algumas pessoas com primário. Outros só tinham o primeiro ano. Então esses que tinham um pouco de instrução serviam de professores para os que não sabiam nada. Fizemos 28 escolas em pouco tempo.

Ai os companheiros perguntavam: mas para que o Sindicato? Cada um tinha uma ideia, apareciam as mais variadas. Foi assim que começamos a discutir os problemas. Cada camponês levantava uma questão: «o gado come a produção, destrói; a gente vai ao prefeito e ele

não diz nada. Vai para o delegado, ele não diz nada. Se a gente mata o gado vai para a cadeia». Outros denunciavam problemas de saúde. Enfim milhões de coisas. Foi-se elaborando um programzinho baseado nesses problemas levantados nos povoados. Tínhamos começado a trabalhar em 1962. No dia 18 de agosto de 1963 a gente tinha um programa, discutido com o povo, tinha um estatuto discutido com o pessoal todo. O programa ia desde problemas como campos de futebol, esportes, escolas, todas essas coisas. A partir daí tiramos uma linha do sindicato. A linha de briga do sindicato. Na fundação havia duas mil pessoas. Mas só compareceram ao ato umas mil. Muitas moravam longe demais.

Das assembléias preparatórias havia saído o seguinte: o primeiro ponto a ser botado em prática era obrigar os criadores de todas as regiões de Pindaré a prenderem o gado. Fazer cercado e botar dentro. «Não queremos brigar com eles. A bem da paz eles devem prender o gado e não deixar que ele venha à roça da gente». O segundo: «queremos carteira profissional». E terceiro: resolver o problema do preço da produção.

O prefeito quis ir lá apoiar demagogicamente o sindicato. Mas acabou defendendo os proprietários. Disse que tinha uma lei municipal que dava direito aos criadores. Dizia que essa região era para o gado. Quem botasse roça tinha que fazer cerca com mais de oito palmos de altura. Sem isso o gado podia comer e o dono da roça não tinha direito à indenização. E mais: se o caboclo encontrasse o gado na roça dele, não podia fazer nada. Não podia espancar. Tinha que ir à casa do fazendeiro e avisá-lo. Caso o fazendeiro não tomasse providência ele ainda deveria voltar duas vezes. Depois de três vezes tinha que ir se queixar à delegacia ou à Prefeitura. Resultado: bota um mês. Nesse tempo a roça já tinha virado campo. Foi essa a grande briga na época. De 1962 a 1964 a luta foi basicamente contra a invasão das roças pelo gado dos fazendeiros, pelo preço da produção e pela carteira profissional (essa era para nós uma maneira de nos identificarmos). Qualquer coisa que acontecesse: «Não eu sócio do sindicato, está aqui, a minha carteira». Lá o pessoal tem no máximo certidão de casamento.

— E como se desenvolveram esses Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas?

— Em janeiro de 1964 o Sindicato de Pindaré já tinha cerca de quatro mil associados. Em fevereiro, resolvemos fundar novos sindicatos. Fundamos o de Santa Luzia, o de Bonjardim, e o de Vitória do Mearim. O de Pindaré ficava no centro. A notícia de luta contra o gado invasor corre todo o vale, do Pindaré ao Mearim. O gado continuou invadindo roça e caboclo começou a matar gado. A Polícia começou a botar na cadeia. Aí os sindicatos passaram a uma posição mais ofensiva. Ocupamos os três povoados e fizemos uma espécie de «estado de sítio» para denunciar a situação. Ficávamos vinte e quatro horas dentro. Com toda a religião que tinha dentro, por mais que fosse ligado à fé, com tudo que tinha dentro de ideias as mais variadas, o camponês, quando chegou a hora, começou a matar gado, ocupar as cidades e depois de defender-se da Polícia com o que tinha: pegava na espingarda, no facão, na faca, no cacete — confusão louca, quase uma insurreição. Cerca de cem mil trabalhadores, nos vales do Pindaré e do Mearim pegaram no que tinham para defender sua produção. Evidentemente que nem todos estes trabalhadores eram organizados pelos sindicatos.

Foi aí que entrou a contradição extrema. A gente começou a combater o camponês que fazia isso alegando que estávamos ultrapassando as leis do País e que além do mais, a gente, como protestantes ou católicos não podíamos fazer um negócio daqueles. «Quem com ferro fere com ele será ferido». Resultado: em fevereiro de 64 o presidente do Sindicato de Pindaré, o José Vicente Rocha, vendo a coisa preta, resolveu renunciar à diretoria. Foi aí que fui eleito presidente. Até aí eu era apenas suplente. A partir daí essa

luta passou a ser apoiada pela gente. Essa luta de defender a produção com as armas na mão. Nós não eramos violentos. «Ninguém vai matar ninguém lá na casa dele; mas aqui na sua roça, na sua casa, se o gado vier — você mata!» Já havíamos denunciado a situação a todas as autoridades; desde o município até o presidente da República. Eles não tomaram nenhuma providência. «Então nós matamos o gado. Se o patrão vier querendo discutir, aceito discutir. Se vier para agredir, agrida também. Passa fogo. Não converse, não. Se o delegado quiser vir, passa fogo: se o pastor vier passa fogo; se o padre vier passe fogo». Então criou-se um inferno. Era se defender como dava. Já tínhamos feito tudo o que estava ao nosso alcance. Não tinha mais autoridade que não tivéssemos procurado. Inclusive todos os jornais. Nenhuma providência.

A Igreja, que em parte apoiava a luta dos camponeses, até certo ponto, mudou de posição, no dia em que virou revolta. Aí começaram a apoiar os comerciantes e os fazendeiros. O protestantes fizeram o mesmo. Entre os crentes só mesmo os camponeses pobres é que ficaram e pegaram em armas.

Quando se deu o golpe militar de 1964, eu estava em São Luiz procurando apoio entre os estudantes e os operários para a nossa luta. Só voltei a Pindaré no início de maio. A sede do sindicato estava ocupada pela Polícia e pelo Exército. Cheguei e fui logo preso. Fui preso cinco vezes só nesse mês. E antes disso, os camponeses da região nem ficaram sabendo do golpe. Os que apoiavam no Maranhão os generais golpistas trataram logo de acabar com os sindicatos de trabalhadores agrícolas. Acabaram com quarenta sindicatos. Mas não conseguiram acabar com o de Pindaré. E isso era sabido no Maranhão inteiro.

— Como você explica a rapidez com que o Sindicato de Pindaré conseguiu se organizar?

— Duas coisas importantes. Uma foi a forma como se mobilizou o pessoal para o sindicato, a partir das suas próprias reivindicações; um programa assumido pelo povo; como ele acreditava. A segunda é a seguinte: o sindicato de Pindaré não tinha uma diretoria que ditava as coisas. Não. Tinha uma diretoria que procurava que todas as decisões viessem lá de aldeiazinha, que fosse tomadas em assembléias de aldeia. As eleições de comissões ou de delegados sindicais eram feitas nas aldeias. Era tudo discutido com o pessoal e as pessoas eram indicadas por ele. Mesmo as contizações eram indicadas pelo povoado. A diretoria sindical era mais executiva e administrativa. E foi o sindicato que trouxe as melhorias obtidas. Escola, médico, etc. O caboclo nem escutava as autoridades. Qualquer coisa era o Sindicato que ele procurava. O sindicato tinha que resolver até briga de vizinhos. O sindicato fazia casamento, separação, casava de novo, tratava do problema dos maridos que tinha duas mulheres... isso evidentemente só foi até o golpe.

As andanças, de Pirapemas a Genebra

José Veiga, de Paris.

Manoel da Conceição dos Santos nasceu em Pirapemas, município de Coroatá, no Maranhão, em 1935. Começou a trabalhar com nove anos de idade. Ajudava o pai numa pequena oficina artesanal no fabrico de ferramentas para a lavoura e de algumas armas de caça, e também a mãe, na coleta do babaçu, sobretudo durante o verão. Aos onze anos, já estava na lavoura e na caça.

No interior do Estado mudou-se inúmeras vezes: poder-se-ia pensar que todas essas migrações tenham sido motivadas pelo próprio sistema de produção, chamado «itinerante», isto é, botar roça depois de desmatar e queimar e abandonar a terra, após duas ou três colheitas, quando ela se esgota. No entanto, as perseguições dos latifundiários e grileiros, a repressão dos jagunços e policiais, ao lado de uma relativa debilidade das organizações camponesas explicam melhor esse «nomadismo».

Sempre com a família, na lavoura, na coleta do coco de babaçu, na caça. Manoel da Conceição viveu em Pedra Grande, Pirapemas, Laginha Bagaceira, Buriti, Centro Velho e Toari, lugares pertencentes ao município de Coroatá. Em 1955, com vinte anos de idade, mudou-se para o Vale do Mearim, num local chamado Copaiba, no município de Bacabal Mearim. Em 1958 voltou para Pirapemas onde ficou até 1962. Nesse ano retornou

ao Vale do Pindaré-Mearim morando em outras tantas localidades. Passou o ano de 1969 em São Paulo, voltando para o Vale do Pindaré-Mearim no início de 1970 onde fixou novamente residência até janeiro de 1972.

Manoel foi preso pela primeira vez em maio de 1964. A segunda, em julho de 1968, quando foi baleado e teve a perna amputada. A terceira prisão ocorreu em janeiro de 1972 e durou até maio de 1975. Mas logo em outubro, desta vez em São Paulo, foi novamente encarcerado.

Resolveu partir para a Suíça, dia 11 de março de 1976, uma vez que todos os que o cercavam julgavam que não havia condições de permanência devido às constantes ameaças e perseguições. A escolha era continuar na cadeia ou ir para o Exterior. O ex-líder camponês mora atualmente em Genebra, onde desenvolve amplo trabalho de solidariedade para com as lutas do povo brasileiro, e especialmente a luta dos trabalhadores. Dado o avanço das conquistas democráticas e populares, Manoel da Conceição prepara-se para um possível regresso ao Brasil.

Ele foi entrevistado duas vezes por *Em Tempo*, uma em Genebra e outra em Paris. Um total de seis horas de fitas gravadas, que serão publicadas na íntegra, brevemente em mais um *Cadernos do Presente* da Editora Aparte, que faz este semanário

EM TEMPO!



Índio não quer só apito: índio quer viver

A Funai amplia sua lista negra: mais três antropólogos estão proibidos de entrar em seus postos, por discordarem da política oficial do organismo pretensamente encarregado de proteger nossos índios. Leia aqui a história do projeto Krahô, uma tentativa de criar novas condições de sobrevivência para as comunidades indígenas brasileiras. Conheça a proposta de alfabetização bilingue, a defesa do antropólogo Gilberto Azanha contra as acusações de incentivo ao consumo de cachaça no Posto de Itacajá, pretexto para o seu afastamento do projeto Krahô. E veja a reação dos índios que estão despertando e não concordam mais com sua marginalização.

Por Jesus Varela,
Cândida Vieira
e Tom Duarte

Gilberto Azanha, sua mulher Maria Elisa Ladeira e Iara Farias devem ser impedidos terminantemente de entrar em qualquer posto ou agência mantida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Grileiros, traficantes de armas, «gatos» que aliciam mão de obra indígena para trabalhar como escravos em latifúndios, perigosos agentes de multinacionais atrás de minérios, afinal quem são os três elementos perigosos?

Simplesmente antropólogos, gente que, segundo o Aurélio, se dedica à antropologia, «ciência que tem por objeto o estudo e a classificação dos caracteres físicos dos grupos humanos». No caso dos três, esses grupos humanos eram os índios Kawibés, no Pará e os Krahôs, de Goiás. Seu crime? Divergir da orientação paternalista e castradora empregada pela Funai, em sua política indigenista.

Radiograma

Segundo Maria Elisa Ladeira que juntamente com Gilberto Azanha e Vicente Carelli participou do Projeto para o Desenvolvimento Integrado da Comunidade Krahô, o impedimento formal a entrada dos três indianistas nos locais da Funai foi comunicado através de radiograma circular, no dia 14 de dezembro do ano passado, mas só agora é que souberam da sua existência.

De certa forma, ele confirma ainda que explicitamente, e de maneira muito mais drástica, a marginalização que vinham sofrendo desde que entraram em franca oposição aos métodos e políticas da Funai. Após um período de permanência entre os Krahôs, que durou de julho de 1975 a setembro de 1976, Gilberto e Maria Elisa não tiveram seus contratos renovados. «Nunca nos disseram diretamente o porque, ninguém se atrevia a assumir publicamente os motivos de nosso afastamento», diz Maria Elisa. A conversa era sempre a mesma. «É só ter paciência, não há verbas, etc.».

Tentando aplicar uma política que visava «devolver ao índio a palavra, o poder», buscando criar as condições para que eles próprios assumissem as formas como se daria seu relacionamento com a sociedade dita civilizada, é natural

que eles entrassem em choque com a filosofia da Funai. «A Funai desenvolve uma filosofia de valorização do branco, um etnocentrismo que procura impingir ao índio que não só o homem branco é quem sabe, mas que esse saber, que é seu monopólio, é necessário».

Não mandam nada

Diante dessa política, o índio se sente impotente, passa a considerar a si próprio e à sua raça como subalternos, como empregados do homem branco. Dessa situação de prostração e de desvalorização, é mais do que inevitável a fragilidade diante da exploração e da opressão exercida pelo branco e pelo Estado.

A diferença de concepções, mostra Maria Elisa Ladeira, pode ser sentida a todos os momentos, das grandes opções à questões menores de cotidiano. Enquanto a Funai dispense a maior parte das verbas na modernização na infra-estrutura dos postos, construção de casa para o chefe, sofisticados aparelhos de comunicações, etc. eles procuravam canalizar as verbas para investimentos que interessassem mais de perto ao índio, como em sementes, equipamentos para a agricultura, etc.

«Por exemplo, quem determinava onde iam os carros da Funai, quem ia neles, para onde iam, eram os próprios índios que deviam assumir o controle de suas comunidades. Nos postos da

Funai, eles sentem que nada é seu, que eles não mandam em coisa alguma», diz a antropóloga. Da mesma forma, a equipe afastada não se preocupava com a aparência do Posto. Eles não eram bonitinhos, limpinhos e asseados. «Como falram quando da demissão de Olímpio Serra, do Parque Nacional do Xingu existia mesmo baratas no póso, o mato crescia. E não tinhamos porque nos preocupar mesmo: porque as instalações da sede do posto não interessavam aos índios».

Reação

A comunidade Krahô vive em oito aldeias, dirigidas pelo Posto de Itacajá, município ao norte de Goiás, a cerca de 1000 quilômetros de

Brasília. São ao todo pouco menos de 700 pessoas, pelo menos cinco vezes menos da população existente quando do primeiro contato com o colonizado e em 1800.

Da mesma forma com que xavantes fizeram com relação ao afastamento de Olímpio Serra, os Krahôs parecem não ter gostado do afastamento dos antropólogos. (a Funai acusou-os de permitir o consumo de cachaça, como pretexto). Prova disso é a expedição que 12 dos mais importantes líderes da comunidade tentaram fazer até Brasília, para protestar junto à Funai. Foram barrados quando saíram do Posto e proibidos de deixarem durante mais de um mês as suas aldeias, de «castigo», como qualquer criança pequena. O antropólogo Vicente Carelli, antigo chefe do Posto de Itacajá, foi preso e mantido incommunicável durante alguns dias pela Polícia Federal, quando levava dinheiro que possibilitaria a ida dos índios à capital federal.

Os índios haviam se queixado das más condições que haviam voltado a existir no Posto, como a falta de sementes, implementos agrícolas e o autoritarismo dos novos responsáveis, em visita que dois chefes fizeram a Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira em São Paulo. Outro chefe, o índio João Canuto conseguiu chegar ao general Ismarth, presidente da Funai, onde apresentou uma série de reivindicações da comunidade, principalmente a exigência de título de propriedade das terras que ocupam e o direito de nomear os diretores do posto.

Ismarth assustado com a reação dos índios, prometeu comparecer ao Posto de Itacajá, o que acabou não cumprindo. Mandou, em troca alguns assessores que fizeram um levantamento dos problemas existentes. Em função disso, consignaram no orçamento da Funai, uma verba de 5 milhões de cruzeiros para Itacajá, uma «forma de comprar os índios com algumas benfeitorias».

O clima existente com relação à política governamental pode ser constatado no bilhete que um grupo de jovens da comunidade Krahô escreveu que teria sido entregue à Ismarth, caso ele tivesse ido ao Posto. Em letras custosamente desenhadas, os jovens Krahôs diziam: «Senhor presidente, porque o branco amansou os índios e depois de mansos ficam tratando do índio como trata de cachorro. Agora se é para tratar o índio como cachorro pode largar de mão. Aldeia do Galheiro, 4 de novembro de 1978».



1

Recuperando a dignidade

O projeto Krahô, foi a primeira tentativa feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai) de racionalizar a assistência a uma população indígena brasileira. Através dele, segundo o relatório do antropólogo Gilberto Azanha, seria superada a estilo de assistência essencialmente paternalista. A alternativa proposta pelo projeto seria um outro tipo de assistência que tivesse como meta fundamental a criação de condições que permitissem à comunidade dirigir o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ela própria estabeleceria o seu lugar «no conjunto das relações com a sociedade nacional».

Uma comunidade pobre

A escolha da comunidade Krahô foi determinada, antes de tudo, segundo Azanha, pelo extremo estado de penúria em que vivia devido ao baixo rendimento de suas roças. Esta situação se agravava com a fuga dos membros da comunidade para fora da região, seja em busca do alimento suplementar, seja em busca dos objetos de que necessitava (querosene, sal, munição, facões, etc.).

Famintos, maltrapilhos, os Krahôs eram vistos como indivíduos «sujos» e «enganadores» e «preguiçosos» pela sociedade branca. Daí, decorria um «sentimento de abandono» entre os índios, facilitando sua exploração como mão-de-obra barata nas fazendas da região. Transformá-los em indivíduos produtores foi o objetivo do projeto.

A história dos Krahôs, (da família dos Timbiras) embora tenha suas particularidades, não difere da vivida pela maioria das comunidades indígenas brasileiras. Seu contato com a civilização branca é relativamente longo, vindo do começo do século 19. Também longe e permanente e continuou ocupação de suas terras pelos brancos que os empurraram desde sua região original, na bacia do Rio das Balsas, no Maranhão, até o Norte de Goiás, onde vivem atualmente em sete aldeias no município de Itajubá (a mais de 1.000 quilômetros de Brasília).

Perseguidos pelos brancos, utilizados por estes para lutar contra outras tribos (como os Xavantes e Xerentes), «verdadeiras tropas de choque» dos fazendeiros contra outros índios, segundo Azanha, eles foram vítimas de um verdadeiro massacre, em 1940. Dos três a quatro mil índios existentes à época do primeiro contato, eles chegavam em 1976, a apenas 684 pessoas depois de terem se reduzido a apenas 204 em 1939.

Segundo Azanha, «o contato com a realidade nacional criou para a sociedade Krahô, uma dupla necessidade: a necessidade de novos objetos (instrumentos de ferro, pano, querosene, sal, armas etc.) e o de obter meios para consegui-los. A guerra ou a troca, opção que acabou prevalecendo, eram os meios de que dispunham. O engodo e o logro nessas relações era a forma frequentemente utilizada pelos índios para se defender (assim como os contínuos roubos de gado) e sobreviver enquanto grupo. Essa prática de engodo, afirma o antropólogo, seria motivada pelo tipo de troca que lhes era imposta, totalmente diver-

so daquela vigente na própria comunidade.

Por outro lado, as necessidades novas que o contato com a sociedade civilizada criava iria penetrar na relação interna à comunidade indígena, no relacionamento entre os indivíduos e suas famílias. Não mais apenas os produtos tradicionais (agrícolas e caça) eram solicitados como dádiva ao pai ou mãe da esposa. Os novos objetos, que o índio não podia produzir passavam a formar parte do penhor a ser pago.

Com isso os índios tinham que sair de suas comunidades em busca do dinheiro e dos objetos necessários. Calcula Azanha que mais de 3/5 partes do ano eram dispendidos fora da aldeia em busca de dinheiro. Isso levou, inevitavelmente à uma redução do tempo de trabalho que necessitaria empregar nas suas roças, gerando daí a penúria e a miséria.

Indivíduos produtores

O Plano para o Desenvolvimento Integrado da Comunidade Krahô podia ser resumido na criação das «condições necessárias e suficientes para que os indígenas produzissem o seu dinheiro no interior da própria comunidade», ao invés de alugarem sua mão-de-obra a preços aviltados. Da mesma forma, esse rearranjo do processo de trabalho incluía a substituição do esforço individual pela participação coletiva.

A tática de mutirão, proposta pela equipe de antropólogos que encaminhavam o projeto, foi discutida e aprovada pelos Krahôs. Os resultados, segundo o relatório, foram excelentes: na aldeia de Cacheira, onde se encontrava as maiores roças, o trabalho de plantio foi realizado em apenas dez dias uma jornada de seis horas diárias, quando normalmente deveriam durar mais de um mês.

Eles também foram traduzidos pela produção obtida, que gerou um excedente de 184 sacas de arroz (de 60 kg.) numa produção total de 600 sacas. O excedente foi vendido ao Centro de comercialização criado pelo Projeto Krahô, o que impediu que os índios vendessem seu produto a preços aviltados no comércio regional. A equipe de Azanha estimulou, ainda a criação de um Centro Comunitário de Produção e Consumo, formado pelos próprios Krahôs para a coordenar a produção e a comercialização coletiva dos excedentes «necessários à produção de dinheiro».

Mas os resultados não foram apenas materiais. Os Krahôs sentiram a possibilidade de se afirmarem como indivíduos produtores e não somente como fornecedores de mão-de-obra ou de araras pretas, «estabelecendo uma relação de equivalência com os civilizados», fazendo com que superassem a relação de dependência para com os brancos.

A economia do tempo de trabalho necessário teve também repercussões de outro tipo: a vida social dos Krahôs foi automaticamente retomada. Os rituais mais importantes da vida social Krahô foram realizados logo após a colheita de arroz, depois de terem quase desaparecidos em função da miséria e da falta de tempo livre para o cultivo de suas tradições. (TD)

2

Uma sociedade de festa

Em carta enviada ao presidente da Funai general Ismarth de Araujo de Oliveira, o antropólogo Gilberto Azanha responde às acusações de incentivar o consumo de cachaça entre os índios Krahô. Em sua defesa, o sociólogo afirma que realmente a partir de março de 76, foi iniciado um processo de «ritualização» da cachaça como forma não repressiva de controlar — e mesmo institucionalizar — o consumo de cachaça em rituais e cerimoniais da tribo. «Neste período, começamos a «patrocinamos» a compra de algumas garrafas de cachaça que eram entregues aos padrês (diretores de rituais) para serem distribuídos no pátio. A quantidade era controlada e seu efeito nunca foi além de um estado de alegria sem as consequências danosas do consumo individual e clandestino».

A institucionalização da cachaça, segundo Gilberto Azanha, deve-se ao fato de que a bebida é sempre usada como um instrumento de dominação pela sociedade nacional contra alguns grupos. «Se tentamos iniciar um processo de controle de forma não repressiva, é porque acreditávamos — e acreditamos — que, em grupos com experiência de contato tão antiga como os Krahô (150 anos), que sempre de uma forma ou de outra e apesar da repressão — consumiram e tiveram acesso a este produto da «civilização», nestes grupos, toda e qualquer medida repressiva não apresenta solução alguma. Os Krahô não deixarão de beber nunca, do mesmo modo como não deixarão de fumar, de ter cachorro ou de cultivar com enxada».

Repressor, o único beneficiado

A repressão, prossegue o antropólogo, só traz consequências benéficas para o repressor, pois «apesar de todo funcionário da Fundação saber das notícias sobre índios em coma em Itacajá, da prostituição de suas mulheres e filhas em troca de cachaça, estes fatos se dão longe dos seus olhos e do seu posto». Nesse sentido, a repressão é a alternativa mais cômoda para os postos da Funai. Assim, «mesmo as circulares de proibição aos comerciantes locais — única medida concreta tomada por qualquer chefe de posto — só traz benefícios para os próprios comerciantes que, aproveitando os «riscos» da ilegalidade, vendem a cachaça ao índio por preço três ou quatro vezes maior. A correlação preço da cachaça/proibição é muito clara para qualquer Krahô, que sabe perfeitamente que medidas tomadas por «cupê» (branco) só podem beneficiar aos «cupês».

A decisão de institucionalizar a cachaça entre os Krahô partiu de necessidades reais da comunidade. Segundo o antropólogo, essa linha estratégica foi traçada por causa da separação real entre as necessidades impostas pela sociedade nacional (dinheiro, cachaça e tuberculose) e as necessidades resultantes do confronto entre os elementos essenciais da

sociedade Krahô e as imposições de fora. «Nessa linha vinhamos atacando a tuberculose: estávamos encaminhando a sociedade Krahô para o reencontro com a sua auto-suficiência econômica perdida, não viamos porque deixar irresolvido o problema de cachaça. É lastimável que o que fizemos neste caso sofra agora um retrocesso».

Apenas alegria com a cachaça

Para Gilberto Azanha, «ritualizar» a cachaça é incorporá-la ao conjunto das ações de um rito Krahô. «Todo rito Krahô envolve, necessariamente, um «copular», um «comer» e um «cantar». Nos rituais da tribo (funerários, de corte de cabelo, etc), os patrocinados geralmente compram cachaça e distribuem, no pátio, a determinados indivíduos participantes. «A distribuição e consumo sempre se dão à noite, durante os cantos do HOKREPÔI (canto com as mulheres), que se estendem até o amanhecer».

Na comunidade Krahô, além do mais, todo e qualquer rito significa auto-satisfação e prazer. E mesmo os índios chamam os ritos de festa ou alegria. E eles mesmos fazem a distinção do consumo individual da cachaça do consumo coletivo, indicando que, num caso, consome-se «para ficar APAIPAN» (louco) e no outro para fazer AMJI KI (ou seja, para ficar alegre). «A cachaça é justificada no seu uso ritual pelos Krahô como necessária para que o cantador consiga permanecer forte e alegre durante toda a noite e para que as ME-ÍNRECRER (mulheres disponíveis, não virgens) possam manter intercursos sexuais repetidamente, cumprindo seu papel». A legalização, portanto, da cachaça representa suplantam o consumo individual «cupêizado». Assim, os índios passariam a olhar a cachaça no interior de seus rituais, onde ela é controlada tanto quanto os beribús (cuidado cerimonial). Dessa maneira ela não ofereceria perigo algum.

Cada vez mais festas

Os rituais dos Krahô, ainda segundo o antropólogo, tornam-se cada vez mais importantes, dado que há 60 anos eram uma sociedade de caçadores e por causa disto, uma sociedade ideologicamente masculina. O lugar do homem era a mata e o pátio. Gradativamente a economia teve seu eixo deslocado para a agricultura e confinou a ideologia nas casas e nas individualidades (domínio feminino e natural), chegando a essência da sociedade. A única forma de manter ideologicamente a soberania masculina é transferir o domínio para o pátio. «Essa sociedade sempre foi — e agora mais do que nunca — será uma sociedade de festa».

(C.V.)

3

Por uma escola indígena

Para propor um projeto de educação alternativo aos demais já colocados em prática, a antropóloga Maria Elisa Ladeira, parte de dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, reconhece a diferença entre a sociedade oral indígena e a sociedade letrada envolvente (sociedade nacional); em segundo lugar, reconhece que a escola deve ser, especificamente, uma escola indígena.

Desse forma, de acordo com seu projeto, «a escola Krahô abandona a postura de instrumento de penetração da sociedade envolvente, colocando-se como um instrumento de conscientização e de defesa da própria comunidade».

Isto é novo, já que desde a introdução das escolas nas sociedades indígenas, primeiramente pelas Missões e mais tarde pela FUNAI, elas sempre estiveram voltadas para a obtenção de sociedades mais civilizadas, sendo vista como, talvez, a única passagem de um estado não civilizado para outro civilizado. Na prática isto não ocorre. O que ocorre é que ela se torna um elemento importante para a dominação das sociedades indígenas pela sociedade nacional.

Entender as diferenças

Para Maria Elisa, a escola deve considerar as diferenças do papel que ela ocupa na sociedade indígena e na sociedade nacional. Na segunda ela desempenha importante papel na socialização dos indivíduos, já que a memória repousa sobre a palavra escrita, nos sinais gráficos. Na sociedade indígena, essa mesma escola não tem lugar nem função, pois sua memória repousa sobre a palavra oral e se transmite através de cantos e mitos.

Com isto, Maria Elisa não está se colocando contra a escola, apenas limita seu alcance. Para ela, hoje a escola passa a ter algum significado para o índio, já que é importante aprender a ler, escrever e «fazer contas também, é pra gente saber mais, pra cristão não enganar a gente». Esta, diz Maria Elisa, «é a motivação que o índio tem para ser alfabetizado, a única que pode corresponder aos seus anseios».

Assim, o projeto de educação dos índios Krahô parte da necessidade e do interesse dos índios em aprender o português, e da certeza de que a sociedade indígena terá que se integrar e incorporar-se à sociedade nacional. Daí, procura-se integrar o índio não mais de forma passiva, e sim de forma ativa e crítica, na nossa sociedade.

Para atingir esses objetivos, o projeto prevê a formação de monitores bilingües que passam a assumir o total funcionamento das escolas, cabendo à professora apenas dar assistência às escolas e aos monitores; o preparo de material para alfabetização em português, para iniciação ao raciocínio e linguagem matemática, e mudança de figura da escola, com a abolição de normas antes vigentes, como: sinal de entrada e saída, uniforme, exigência de frequência, horário, silêncio, entre outras. Assim tenta fazer da escola uma nova atividade, não uma atividade exclusiva. Uma escola que não apareça «como um instrumento de mudança, pura e simples — pela aquisição de novos hábitos de alimentação ou higiene — mas como um instrumento crítico de suas condições atuais. Uma escola adaptada ao sistema de vida Krahô, respeitando-o. (J.V.)

Bahia

Alegria, Violência e Safanagem

Eses, os três componentes do Carnaval-79, na Bahia. A grande nassa assumiu, de uma vez por todas, a sacanagem pública, espontânea, fundamentalmente pecaminosa e inocente. Sem dúvida, uma mobilização popular um tanto quanto «estranha» para as oposições mais sizudas, chocante para os foliões mais bem comportados, e, é claro, indigesta para o regime.

Da Bahia, por Carlos Tibúrcio

Velhos e velhas, homens e mulheres, pivetes de tocas as idades, em todas as ladeiras, em todos os cantos, em todas as praças, gritaram neste carnaval um refrão, que sou na Bahia como algo amoral e infantil, mas que, em qualquer outra parte do Brasil, soaria como uma pedra: «Ele está de olho é na b... dela».

Em anos passados, muitas letras de músicas foram trocadas, ao sabor da sabedoria popular. Mas sempre o fenômeno se restringia a grupos isolados, ou, quando chegava a ter repercussões de massa, o teor da libidinagem não chegava a ser radical. Dessa vez, não. Em todos os lugares — todos mesmo — a massa cantou os versos de «Severina Xique-Xique», trocando o termo *Butique*.

Na quinta-feira de carnaval, dia em que o Rei Momo toma as chaves da cidade, os novos baianos deram um show na Concha Acústica do Teatro Castro Alves e a disposição da massa já se manifestara. Moraes Moreira, que ganhou destaque no carnaval baiano desde o ano passado com «Pombo Correiro» e que tem desfilado e cantado em cima do Trio Elétrico de Dodó e Osmar, jamais conseguiu impor à massa a «Butique dela». Em coro uníssono, a platéia inteira delirava cantando a outra coisa dela. Dias antes a polícia já tentara conter a massa, mas foi vaiada, deu corre-corre, e acabou sendo literalmente expulsa da Concha Acústica, já no início da madrugada, sob a triunfal saravada de gritos da multidão.

Na lavagem do beco de Maria Paz, em que toda sexta-feira de carnaval a massa se reúne para sambar, cantar e tomar banho de cerveja e de água — lançada, aos jatos, por carro-pipa enviado pela Prefeitura — o fenômeno se repete. Enquanto o discurso do prefeito do beco é esperado — um cidadão vestido a rigor da cintura pra cima e apenas de cuecas da cintura pra baixo — de cima do palanque alguém grita um estranho «palavrão» de ordem chamando de homossexual novo General Presidente. Em peso, a massa acompanha gritando «V...» ao som do batuque, rebolando, pulando, sorrindo alegremente. Vem o discurso, o desfile, o carro-pipa, o corre-corre da multidão e o banho-geral. Latas e garrafas de cervejas são jogadas pra cima, procurando atingir as cabeças dos incautos. Polícia, nem de longe.

A grande praça

A grande meca do desbunde nacional continua sendo a praça Castro Alves. A partir do sábado, desde de manhã, até a quarta-feira de cinzas, a praça está cheia. Há, como sempre, um forte cheiro de maconha e de lança no ar. O povo está bêbado e, de modo geral, não existem limites morais, nem sexuais. Materializa-se, na prática pública, a idéia verificada de que não há «pecado ao sul do equador». A transação é geral. A hétero e a homossexualidade se confundem. Os turistas, vindos, mais do sul-maravilha — mas também do norte-catinga — desinibem-se completamente. E, desreprimidos e longe de suas origens, entregam-se abertamente uns aos outros e à baianada.

A presença intelectual é forte, mas o povão está firme, desrecaçado, botando pra quebrar. Quando ocorre o encontro dos dois mais animados trios elétricos da Bahia — de Dodó e Osmar e o dos

Novos Baianos — a praça pega fogo. Tudo é grito, suor, cerveja, pulo e sacanagem da braba. Ninguém fica parado.

Pouco depois, quando um dos dois trios sobe em direção à praça da Sé e o outro se dirige para o Campo Grande via Carlos Gomes, a praça, a grande praça Castro Alves, se transforma num grande mictório. Todo mundo mijava no chão, abertamente, ou sob a proteção das mortalhas nas rodinhas de amigos.

Mudança, mais uma vez

Na segunda-feira, as atenções voltam-se para um tradicional bairro popular de Salvador: Fazenda Garcia. É lá que ocorre, todos os anos, a mudança simbólica da população, impedida de continuar vivendo arrochada pela alta do custo de vida. Carroças e mais carroças, cheias de trastes velhos e cartazes audaciosos, desfilam, numa estrondosa procissão, do bairro para a praça Castro Alves. Em qualquer lugar em que seja possível, as carroças são esvaziadas, o povo atirando suas coisas velhas no centro da cidade, em mais uma demonstração de que é preciso mudar, pois «continuar vivendo nessas condições é impossível». Este ano, o cartaz mais significativo dizia o seguinte: «Pai, o feijão custa tanto, o aluguel outro tanto, o transporte mais tanto, a vida está pela hora da morte — afasta de mim este cálice». O batuque, o samba improvisado, as palavras de ordem espontâneas marcam todo o trajeto.

A chegada da mudança da Fazenda Garcia na Praça Castro Alves ocorre quase sempre, no momento em que a fina flor dos travestis (baianos ou não) está iniciando a tradicional lavagem das escadarias do Palácio dos esportes, em plena praça. Carregando os potes d'água na cabeça, vestidos de baiana, de Carmem Miranda, de «dancing day's» ou do que lhes dá na telha, as «bichas» — como são chamados carinhosamente — lavam com seus trejeitos as escadas, reivindicando assistência da prefeitura e a atenção do povão, numa verdadeira paródia da lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim.

Quase todas as manifestações carnavalescas do povo, que tiveram conotações políticas, foram acompanhadas, este ano, pela música «Cálice» de Chico Buarque e Gilberto Gil, em ritmo de marcha. A confusão no entanto, é absoluta. O mesmo bloco que passa carregando a massa ao som de Cálice, por exemplo o «Saku Xeio», traz bem grande na frente do seu trio elétrico uma grande propaganda do novo governador Antonio Carlos Magalhães: «ACM DE NOVO PARA O POVO». E, antes radicalmente proibida música de Chico e Gil passa a ser cantada pela massa em pleno carnaval de avenida, sob os auspícios do novo governador indicado do Estado que, não há como negar, conseguiu arrancar algum apelo junto ao povão da Bahia.

A guerra pelo controle

Desde o carnaval de 1950, quando Dodó e Osmar resolveram criar o trio elétrico (um grande carro de som, todo iluminado, para o povo ir cantando e dançando atrás) depois da experiência da apresentação dos Vassourinhas em Salvador, a festa popular mais significativa do Brasil — em termos de participação de massa — passou a ser o carnaval baiano. Com a industrialização do carnaval carioca, que virou festa para inglês ver, o da Bahia passou a assumir, cada vez mais o principal posto em termos nacionais.

O turismo contudo, só cresceu há cerca de uma década, depois que Caetano Veloso nacionalizou o fenômeno com «Atrás do Trio Elétrico». Desde então, com a afluência significativa do turismo, iniciou-se um processo de racionalização por parte da Bahia-Tursa uma empresa ligada ao governo que quer a todo custo, fazer com que as festas populares sejam, sobretudo, uma fonte de lucros.

De um lado, os órgãos oficiais estão tentando controlar, de todos os modos as iniciativas organizatórias do carnaval (e de todas as outras festas populares), roubando-as do povão, que de fato faz a festa. De outro, o esquema policial-repressivo vem sendo lançado, sempre com maior violência, contra as manifestações espontâneas do povão, principalmente contra os blocos populares da periferia. Este ano, pelo menos 250 mil pessoas pularam em locais pré-fixados pela prefeitura e pela Bahia-Tursa, numa atitude semelhante, digamos assim, à das

Secretarias de Segurança do regime, que exigem pedidos prévios para fixar as praças e locais públicos em que o povo pode realizar suas manifestações reivindicativas ou de protesto.

Nessa linha, os próprios blocos estão se transformando em instituições altamente lucrativas, que fazem uma rigorosa seleção econômica dos participantes com direito a brincar o carnaval. Algo assim como a realidade contra a qual já se levantara, no Rio João Bosco com o seu samba-plataforma, exigindo a quebra dos «cordões de isolamento».

A guerra pelo controle oficial do carnaval baiano, no entanto, ainda está longe de ser vencida pelo governo. Muitos, este ano, consideraram o carnaval, «mais fraco do que o do ano passado». Uma das razões, de fato, é o sítio a que se está submetendo, desde 1978, o Carnaval, jogando o desfile oficial para o Campo Grande, com arquibancada paga e outras baboseiras afastando o «apoio

oficial» das manifestações do centro da cidade. Outra razão é a sofisticação dos blocos quase todos com o seu próprio trio-elétrico, o que rouba espaço aos trios-elétricos tradicionais que carregam a grande massa.

Por fim, não se sabe com que peso, este ano o carnaval baiano já não contou com Dodó, um dos dois célebres criadores do trio-elétrico. Dodó morreu do coração, no ano passado, mas o seu nome continua vivo em toda a Bahia. O seu trio sem dúvida, o mais animado, trouxe pintado no caminhão uma frase em homenagem: «Dodó, quanto dói uma saudade...» que foi sempre acompanhada, nos momentos das rápidas paralisações para o descanso dos músicos, pelo coro da massa. «Lá de cima, Dodó, você tá vendo a gente pular o seu carnaval e está pulando também». Dodó é o mais novo santo da Bahia. Um santo de carnaval. De um carnaval participação cada vez mais cheio de alegria, violência e putaria



O SEXO DO PODER

Pouco a pouco os segredos da alcova, praticados há milênios pela humanidade — seja nos bacanais romanos, nos velhos castelos aristocráticos ou mesmo nos democráticos montes de feno, espalhados pelo campo europeu — caíram na boca do povo. Foi o próprio Estado que se incumbiu de incentivar o falatório, tornando o sexo tema de estudo de várias disciplinas da ciência.

Por Guido Mantega

Será que o poder tem sexo? Parece que sim. Pelo menos para Michel Foucault que, em seu livro «História da Sexualidade» — Graal RJ 1977, defende a hipótese de que existem íntimas e cordiais relações entre o poder e a sexualidade do mundo contemporâneo. Segundo ele, não é correto que a moral capitalista tenha se valido da repressão sexual para submeter os indivíduos como tem afirmado alguns autores. Na verdade, isso teria ocorrido no período vitiano, quando o sexo era coisa que só papai e mamãe faziam — no recato do leito matrimonial — somente para gerar filhinhos. Nessa época, o nascente capitalismo precisava ampliar seu exército de trabalhadores e concentrar todas as energias de seus súditos na acumulação do capital.

Com o tempo, isso foi se afrouxando e, a partir do final do século XIX, inaugurou-se uma fase de intensa irrupção sexual que teria se alastrado até os nossos dias, quando o sexo virou um dos assuntos prediletos da moderna civilização. Curiosamente, o próprio Estado incumbiu-se de incentivar o falatório, tornando o sexo tema de estudo de várias disciplinas da ciência como a demografia, a biologia, a medicina, a psiquiatria, a psicologia etc.

Assim, os segredos da alcova, praticados a milênios pela humanidade, seja nos bacanais romanos, nos velhos castelos aristocráticos, ou mesmo nos democráticos montes de feno espalhados pelo campo europeu, caíram na boca do povo e foram devidamente classificados como sexo normal ou como perversões; transformados em regras de conduta sexual e em suas violações.



O poder disseminou as práticas sexuais

A incitação do discurso sexual promovida pelo Estado centrou-se justamente no sexo realizado fora da relação conjugal matrimonial. Daí pesquisou-se e catalogou-se o sexo dos loucos, das crianças, dos criminosos, dos homossexuais, dos que têm obsessões, manias etc, enfim, obrigou-se a todas as atividades sexuais antigamente classificadas como pecaminosas a desvendarem-se e se explicar. Isso não implicou numa maior censura a essas práticas (antigamente todas elas indistintamente catalogadas como pecados), mas, apenas a criação da gestão estatal sobre elas. Então, o poder (ao incitar ao discurso) acabou promovendo e disseminando as práticas sexuais, ao mesmo tempo em que tecia um minucioso controle sobre todas elas. O prazer se difunde através do poder controlador, e este fixa o prazer que acaba de desvendar.

As autoridades que tem o poder de fiscalizar o sexo (pais, mestres, médicos, psiquiatras, etc), exercitam uma forma de prazer na inquirição erótica, enquanto os inquiridos sentem o prazer de escapar das garras libidinosas das autoridades. Assim, institui-se uma espécie de jogo erótico de gato e rato onde uns tem prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espieita, espia, investiga, apalpa, revela; e, outros têm o prazer de escapar desse poder, fugir-lhes, enganá-lo ou travesti-lo.

A proliferação do discurso sexual (uma espécie de difusão e «socialização» das experiências) implicou na implantação de novas sexualidades e, naturalmente, na expansão das zonas de poder. Essa conexão entre a sexualidade e poder, diz Foucault, foi garantida e relançada pelos inúmeros lucros que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição, da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla. Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relacionam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos de excitação e incitação.

O estímulo de novos comportamentos sexuais definiu ou catalogou sensações de novas partes do corpo e, concomitantemente, as expôs ao controle do poder. As sensações foram definidas, catalogadas, instaladas e consolidadas nos corpos. Dessa forma o poder instituiu a sexualidade capitalista, com seu conjunto de sensações de perversões, dotadas de um corpo específico com sensibilidade em determinadas zonas.

O ardil da confissão

Para ser exercido por meio da irrupção sexual, o poder contou com a valiosa ajuda da prática da confissão. Desde a Idade Média, e com a preciosa colaboração da religião cristã nos tornamos, diz Foucault, uma sociedade singularmente confessanda. Por trás de todas as ações humanas projeta-se a sombra do erro e do pecado. Afinal, nascemos carregando o peso do pecado original.

Assim, a confissão difundiu amplamente os seus efeitos: na justiça, na medicina, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos solenes: confessamos os crimes, os pecados, os

existência mesmo que virtual de um parceiro, que não é um simples interlocutor, mas a instância que requer a confissão, a impõe, a avalia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar a reconciliar. A confissão constitui um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula, modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a sua salvação. A confissão é exercida por crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos, religiosos e sacerdotes, pacientes e psicanalistas.

Sob o signo do sexo

Naturalmente, o sexo é um prato cheio para a confissão, em vista das ideologias do homem civilizado. De modo geral o sexo insinua possuir um segredo capital, objeto de grande suspeita, algo inquietante que, independente de nós mesmos, percorre nossas condutas e nossas existências; o ponto frágil através do qual nos chegamos a ameaças do mal.



pensamentos e os desejos, confessamos o passado e sonhos, confessamos a infância; confessamos as doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão possível para dizer o mais difícil de ser dito; confessamos em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles que se ama; fazem-se a si próprios no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessamos ou se é obrigado a confessar.

Por trás da obrigação da confissão, oculta-se um poder que nos coage, camuflado numa busca da verdade libertadora. O ardil da confissão baseia-se na crença de que o homem possui uma verdade interna que pode ser revelada e consiste na sua libertação. Então, a confissão, que não passa de um controle sobre o que se diz e o que se pensa, vem fantasiada de libertação. A prática da confissão corresponde à prática da sujeição. Ela nos obriga a dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta.

Usando as palavras de Foucault, «a confissão exige a

E a humanidade foi se colocando sob o signo do sexo. Este torna-se a razão de tudo, o segredo-mor, a causa onipotente, o sentido oculto. Então não se pode segundo Foucault, imaginar que, no capitalismo avançado, o desejo é reprimido, pois este já é definido pelas instituições. O capitalismo cria a sua lógica sexual e, por meio dela, dissemina um poder que é muito mais eficiente ou muito mais sutil que a repressão aberta, nesta sociedade que supera todas as outras em termos de estratégias de poder.

Se não se pode encampar totalmente a hipótese de Foucault no tocante a uma ausência de repressão sexual nas sociedades contemporâneas — repressão esta, muito bem apontada por Reich e Marcuse em relação à sexualidade infantil, juvenil, etc — deve-se reconhecer a importância do novo fio que ele nos abre ao desvendar certos laços invisíveis de poder que se tecem em torno dos corpos das pessoas sem que elas se apercebam.

Extraído de «Sexo e Poder nas Sociedades Autoritárias», a sair brevemente em Cadernos do Presente nº 3. A Repressão Sexual nas Sociedades Autoritárias.

A cobiça do capital

Com a classe operária desorganizada pela repressão e incapaz de lutar por melhores condições de vida e trabalho foi que se deu o «milagre brasileiro». A superexploração dos trabalhadores foi feita mediante pagamento de baixos salários, submetendo o trabalhador a turnos de trabalho que vão até alta madrugada, ritmo desumano de trabalho e uma série de violações dos direitos conquistados pela classe através de intensas lutas. Aqui um retrato sem retoques das condições em que se deu o crescimento industrial brasileiro nos últimos anos, a partir de uma pesquisa sobre a força de trabalho em São Paulo.

Por Maurício Tragtenberg

O «milagre» brasileiro teve como base a superexploração da força de trabalho, tendo como ponto de partida a desorganização da mão-de-obra através da repressão a seus organismos representativos, intervenção em sindicatos e cassações políticas. Impossibilitada de organizar-se ante a investida do capital mediado pelo Estado, a mão-de-obra perdeu muitos dos direitos sociais adquiridos através das lutas que remontam a 1930.

A revolução de 30 reconhece a legitimidade da oposição de interesses entre o capital e o trabalho. «Bem ao contrário da afirmação que ocorre como ofícios, se não como oficial, de que o problema social no Brasil é uma questão de polícia, nós estamos convencidos de que também aqui, como em todos países civilizados, o problema social existe. Existe a questão social, porque não poderia deixar de existir; existe nas cidades, nas vilas, nos campos, no comércio, nas indústrias urbanas, na lavoura, nas indústrias extrativas, existe por força da migração que fugirá de nossos portos se não protegemos consistentemente os trabalhadores alienígenas. A existência da questão social entre nós nada tem de

grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração da vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza», dizia em 1929 o manifesto da Aliança Liberal.

O fato é que o «milagre brasileiro» nada mais foi do que um processo de superacumulação de capital paralelo à inserção da economia brasileira na chamada economia internacional, e o enquadramento da classe operária através da coerção indireta pela derrogação da estabilidade, ou direta através da repressão nas malhas do Estado. Esse é o motivo do pronunciamento dos metalúrgicos do ABC quando, abordando as taxas de crescimento da economia brasileira, afirmam que pelo contrário, os seus dele parte integrante, e sabemos que sem nossa participação ativa corporificada pelo nosso trabalho diuturno nas fábricas, aquelas taxas de crescimento jamais seriam alcançadas.

Nesse processo, as empresas desenvolveram políticas salariais próprias, os aumentos não contam com participação de organismos representativos dos trabalhadores, levando a distorções onde o favoritismo gera a animosidade entre a mão-de-obra. Paralelamente nota-se um abuso de poder na medida em que os administradores de pessoal através da Grupisa, exer-

cem um controle oligopolístico estabelecendo normas de contrato e remuneração uniforme para as empresas que participam dela.

Retrato sem retoques

Exerce-se a exploração do trabalhador mediante pagamento de baixos salários, submetendo o trabalhador a turnos de trabalho que vão até alta madrugada, dificultando a ampliação do volume de emprego, pois este aumentaria as despesas e encargos sociais.

A empresa determina, salário, folga, férias, ritmo de trabalho, o operário participa passivamente, enquanto força de trabalho, como função do capital. A maior taxa de exploração do trabalho permitiu a formação dos excedentes internos para a acumulação, isso com o auxílio dos órgãos repressivos.

Nessa estrutura, falar de necessidades espirituais ou culturais tem o tom de uma falácia pois o trabalho ante o capital aparece antes de mais nada como uma mercadoria. Toda a luta do operário é sempre pela redução da jornada de trabalho, o que é escamoteado pela política de horas extras, pois a admissão de novos empregados

pelos empresas significa pagar o benefício de férias, 13º salário e depósito do FGTS. Apesar do pré-julgado 24 e da súmula 45 do TST, as horas extras não estão integradas nas férias e gratificação de Natal. Se o operário recusar as horas extras pode ser dispensado.

Por sua vez, a segurança do trabalho reduz-se à luva, capacete, avental e bota quando, à cobiça do capital em explorar ilimitadamente o trabalho, antepõe-se o Estado, na medida em que procura por um freio à exploração, regulamentando e definindo jornadas de trabalho. Os tormentos «civilizados» na exploração do trabalho substituem os tormentos bárbaros do pré-capitalismo.

As condições de trabalho na empresa industrial são as piores possíveis, e elas aliando-se uma política de baixos salários, jornadas excessivas, tensão nervosa e acidentes. O elevadíssimo número de acidentes de trabalho o demonstra e nem sempre a responsabilidade é devida à imperícia da mão-de-obra.

As péssimas condições de saúde da população liga-se a impossibilidade de a mão-de-obra ativa reivindicar um salário que possibilite sua reposição como força de trabalho em termos mediana-

mente saudáveis. O FGTS se converteu num grande instrumento de rotatividade dessa mão-de-obra. Ele permite à empresa despedir a qualquer momento o operário usando como critério: conformismo às regras da empresa, produtividade; e, ao mesmo tempo, dispensar trabalhadores que ganham mais recrutando outros por salário inferior, exacerbando a competição entre a mão-de-obra.

A tese de que o empreendedor precisa ter mais liberdade para ajustar os fatores de produção tem validade restrita no regime atual. Porém, no que se refere ao FGTS, a autonomia do empresário foi aumentada na medida em que nesse regime ele possui maior liberdade de dispensar a mão de obra.

Esse é um retrato sem retoques das condições de trabalho em parte do sistema industrial paulista. Colhido através da leitura de jornais das várias categorias de trabalhadores. E o ponto conclusivo proveniente da desorganização da mão-de-obra, da repressão a sua auto-organização e da hegemonia do tipo social «pelego», um falso defensor dos que não têm voz para serem ouvidos.



Sob o domínio da máquina

Condições de Trabalho

As máquinas recebem melhor tratamento que os homens

Com uma classe operária desorganizada, incapaz de lutar para manter determinado nível salarial e melhorar suas condições de trabalho, é lógico que elas piorem. O operário bebe água quente que sai do mesmo compartimento que abastece as privadas na empresa ou, então, tem carência de água potável.

O calor além de tolerável é algo que os operários têm que suportar estoicamente; enquanto isso, nem o cartão de ponto na portaria tem o operário a liberdade de marcar, outros marcam por ele. A reclamação acarreta punições e embora todos sejam iguais em relação ao ponto, uns são mais iguais que outros, uns marcam, outros não. Nota-se falta de chuveiros, de água quente em alguns casos, de água fria e quente em outros, e sua exiguidade, como nas Indústrias Reunidas Francisco Matarrazzo onde há 11 chuveiros para 2500 pessoas.

A situação dos sanitários nas indústrias do maior parque industrial da América Latina deixa muito a desejar: A Mercedes Bens faz buraco nas portas das privadas para controlar a satisfação de necessidades fisiológicas de seus operários; Na Fris Moldurar o operário é obrigado a usar jornal em vez de papel higiênico. Sanitários longe do local de trabalho e sem higiene; banheiros entupidos, insuficientes; banheiros só utilizáveis mediante pedido da chave à chefia respectiva e sua devolução posterior; utilização de chapinha para usar banheiro fornecida pela gerência; punição pela não utilização da chapinha e poucos aparelhos sanitários para atender à demanda e sem higiene alguma.

Ao lado disso, as empresas aplicam uma política arbitrária de redução salarial sem explicações, quando as máquinas param por defeito mecânico; promoção de crises artificiais com esse intuito.

A situação dos refeitórios; não é a melhor: empresas em refeitórios; refeitórios sujos; operários fazendo refeição trabalhando de pé, sob calor insuportável, atendidos por pessoal de cozinha sem uniforme higiênico. Refeitórios cheirando a gato e cachorro, com vidros quebrados e paredes sujas, servindo «risoto de pedregulhos». Na Volkswagen as chefias mandam retirar as estufas da seção para as mulheres não poderem esquentar as marmittas. Outros que tomam as refeições ao ar livre; outros que consomem refeições que provocam dor de barriga, mal estar, consumindo comida estragada ou obrigados a irem ao refeitório da empresa, jantem ou não. É comum a carne de mau cheiro o desconto automático em folha, tome o operário a refeição ou não.

É muito comum o operário ser registrado após três meses de trabalho; ser revistado na medida que é barbudo e tido como suspeito pela Segurança da firma; revistas angustiantes na hora da saída, na Ford, por exemplo, onde o operário é obrigado a fazer «strip teases». Na Belgo Mineira a revista toma a forma aparente de operação antiquerrilha.

Na Alpargatas Roda o ritmo desumano de trabalho deixa a operária com os nervos à flor da pele; punições a operários que saem da seção, sem desligar o tear. Tendo que suportar um alto nível de ruído, aguentando compressores que há dois anos desencadeiam terrível poluição sonora, essa que atinge a vizinhança da empresa.

Com tudo isso, o operário não recebe salário insubridente e corre o risco de ser despedido ou trabalhar sem equipamento de proteção suportando fumaça e calor, tendo mãos e braços depilados devido ao querosene, como na Villares, ou dedos quebrados por falta de biqueira de aço, como na Munck.

Em tais condições de trabalho, o operário reivindica pelo menos o pagamento do salário em dia certo, adiantamento e 13º salário.

Medo coletivo

Finalmente, operárias mulheres obrigadas a trabalhar de sapatos fechados, caso contrário a segurança barra-as na entrada. Enquanto na Europa do capitalismo desenvolvida a operária tem seus direitos, aqui, trabalha de pé nas linhas de montagem sob quaisquer condições pessoais, não tem horário para alimentar-se, come o lanche com as mãos sujas do trabalho que executa. E o nível baixo de união. A operária no máximo chegou ao ginásio, porém continuar a estudar é impossível. Elas não precisam temer os exames, eles só excluem os «incluídos» no privilégio, pois ela não chega a atingir a situação de exame, é excluída a priori. Aliás, os exames têm a função de dissimular uma exclusão maior: a da maioria que nem sequer chega a enfrentar. O ritmo de trabalho é intenso, nem pode olhar para o lado enquanto executa sua tarefa, obrigada a utilizar chapinhas para ir ao banheiro. Após oito horas diárias de trabalho em pé consegue ganhar hum mil e duzentos cruzeiros.

Outra operária denuncia o fato de que chegar um minuto atrasada no serviço implica na perda do dia de trabalho, quando doente a firma não aceita atestados médicos nem permite sua saída para consultar com o médico da firma. Só descansa quando vai ao banheiro, porém, o chefe só falta quebrar o vidro do mesmo para chamá-la. A única coisa coletiva é o medo. Medo de dispensa, repressão, multa. Outra operária solteira, trabalha em linha de produção ganhando hum mil e duzentos cruzeiros mensais, numa jornada diária de trabalho de 9 horas, faz horas extras e ainda ajuda a família; seu capital cultural limita-se ao curso primário. Vê sua única possibilidade de melhora de condições de vida num aumento salarial.

Outra operária trabalha das 10 horas da manhã às 22 horas e só lancha. Ganha mensalmente dois mil cruzeiros, computadas as horas extras. Outra trabalha na montagem de molas para automóveis há 4 anos, ganha por produção: é o «sistema suador» implantado na longínqua revolução industrial inglesa, hoje presente aqui. Trabalha de pé o dia todo, tem dez minutos para lanchar. A única maneira que encontra para ganhar mais

é «aumentar a produção». Verifica não haver vantagem numa ascensão social horizontal, isso é, mudar de emprego, pois tudo continua na mesma estrutura. Crítica a obrigatoriedade da mulher trabalhar à noite, a obrigatoriedade de horas extras, a não aceitação de atestados de saúde pela empresa fornecidos pelo seu próprio serviço médico.

Instituição policialesca

Porém, a Volkswagen ganha a taça no que se refere a condições repressivas de trabalho. Lá o contrato assinado implica em o operário concordar com suas possíveis alterações, como transferências, reduções salariais. O ritmo de produção é alucinante, o operário conta com uma chefia vigilante e implacável; é obrigado a fazer horas extras com medo de punições, que se estendem aos sábados e domingos. Os escalões intermediários são odiados pela mão-de-obra na medida em que dividem-se entre apanguidos e preteridos. Os problemas de relações industriais ficam nas mãos da Segurança Industrial, instituição policialesca que submete o operário a um «chá de banco» enquanto o setor social leva dias e dias para estudar o caso. Em suma, chefias ineptas, depoimentos arrancados policialmente no setor de segurança, decisões inumanas na área social, é a empresa. Daí o jornal sindical aconselhar o operário a não falar sem motivo, nem chegar atrasado, não abaixar a produção; chamado ao Setor de Segurança ele deve procurar alguém do Sindicato ou testemunhas para acompanhá-lo. E com tudo isso ainda se criou nova falta trabalhista grave: quem adquiriu carro usado da Empresa, ou novo, e não o manteve por seis ou doze meses, respectivamente, é despedido.

Quanto ao transporte, a grande multinacional inicialmente fornecia transporte gratuito a seus operários e depois aumentou progressivamente a cobrança do mesmo; mas outra empresa mudou a fábrica do Município e só por seis meses concedeu condução aos seus operários; e em geral quando as empresas concedem transporte, ele se dá com longas filas de espera, carros em estado precário, com a falta de vidros nas janelas, etc.

Horas extras

Produzir é o que importa

Alie-se a esta situação o péssimo tratamento que as chefias intermediárias dispensam ao operário, cujas repressões chegam a levar operários ao desmaio. o tratamento por pitos está institucionalizado em algumas empresas. Porém, a chefia repressiva modelar é a da Volkswagen, comparada ao nazismo, na medida em que obriga o operário a folgar em dias predeterminados monocraticamente pela chefia. A ausência do operário fora destes dias acarreta seu encaminhamento à Segurança. Tudo isso feito aos gritos.

Quanto a horas extras o panorama não é melhor, operários que são ameaçados de dispensa se não fizerem horas extras, empresa que não junta o adicional respectivo nas cédulas das férias. Operário obrigado a uma jornada de onze horas e meia diária, fica esgotado, é recolhido ao INPS e na volta é despedido. Operário trabalhando hora extra sem receber, de tanto fazer hora extra poderia ser aposentado, operário «auxílio» a firma com hora extra, porém um atraso seu é severamente punido; o não atendimento ao pedido de hora extra leva as mesmas a não entrarem na média para pagamento de férias, 13º etc. Despedidos por se recusarem a fazer horas extras são obrigados a picarem cartão um mês e ficarem diante da fábrica, do lado de fora, como delinqüente. A integração da média de horas

extras foi obtida a custa de muita luta. O que ocorre é que o prolongamento da jornada de trabalho, invadindo a noite, diminui um pouco a sede vampiresca de trabalho vivo do capital numa estrutura industrial onde tempo é o grande parâmetro.

Operários fazem comumente cinquenta horas extras mensais, trabalhando com pisos alagados, suportando pó de forjaria, sem ter recolhido o FGTS e INPS de horas extras, nem recebendo adicional de turno pela desorganização da vida familiar e do sono: para concluir, tendo que enfrentar uma justiça trabalhista altamente impessoal e burocratizada, tudo isso na medida em que as lideranças «reais» não existem.

Jornadas de trabalho para mulheres e menores de 10 horas diárias, jornadas de onze horas com uma hora de refeição, violação da jornada de trabalho, regime de turnos que tira o dia e a noite do operário, jornadas de até dezesseite horas diárias, tudo isso nos lembra a Inglaterra da Revolução Industrial.

Mocinhas trabalhando com solda de estanho e chumbo que usa ácido muriático, obrigadas a fazerem hora extra e faxina, são consequências do progresso do maquinário que torna inútil a força muscular, empregando operários que tenham muita flexibilidade — daí o emprego da mulher e do menor e o despejo dos patrões pela educação despedindo os operários que queiram estudar.

O operário não tem muita opção quando se acha à beira da aposentadoria: ou se aposenta ou continua trabalhando, porém a inflação transforma a aposentadoria numa ficção. Isso é claro entre os vidreiros, cujo trabalho encurta a vida útil de 60 para 45 anos, além de estarem submetidos à inúmeras doenças devido a alta temperatura dos fornos.

Violações na CLT

Roubo dos patrões

Multas a operários na indústria têxtil, não especificação no envelope de pagamento de descontos efetuados, não recolhimento do Imposto Sindical pela imprensa, não pagamento do julgado em dissídio coletivo e retenção de documentos pela empresa quando o operário solicita auxílio maternidade, inserem-se na área do «arbitrio industrial».

Férias fracionadas, não pagamento de férias vencidas, esse «direito» de férias sem o adicional de «férias» converte-se num direito abstrato. Quanto ao FGTS, o operário leva sessenta dias para receber; firmas que não depositam FGTS (inclusive os operários que não optam pelo FGTS sofrem transferências para locais distantes); empresa que deposita FGTS no Paraná; empresa que não distribui extrato de FGTS, não deposita FGTS; banco que permite levantamento de FGTS após 60 dias do recebimento da AM; firma que não recolhe FGTS de horas extras.

O descanso remunerado não é depositado. Um pedido de auxílio maternidade implica na retenção dos documentos durante meio ano pela firma.

O processo de dispensa de mão-de-obra obedece critérios kafkianos: demora quarenta dias o «acerto de contas». Propostas de salário inferior para continuar trabalhando ou se aceitar uma jornada maior de trabalho; não engravidar se for mulher; preocupação em contratar técnicos ou dispensar operários para contratar outros mais baratos. No esquema fabril funciona um sistema de anotações que pode levar à dispensa: Na indústria Itamao o empregado dispensado só recebe 30 dias depois e o FGTS após 90 dias.

A reclamação de direitos pode ocasionar ameaças de agressão: quando o cumprimento do aviso prévio não se dá obrigatoriamente na porta da fábrica ou na rua sob as vistas do guarda ou da autoridade.

Acidentes de Trabalho

O INPS não funciona

Os acidentes de trabalho se constituem numa verdadeira guerra civil disfarçada. Empresas não afastam operário acidentado quando sofre torções ou mau jeito e isso constitui 56% dos acidentes num mês pesquisado. Criou-se a figura do «ato inseguro» para designar o acidentado e fugir às obrigações legais com ele, descontando-o, ou após ser medicado pelo INPS ser sumariamente demitido apesar do parecer médico sugerido readaptação. Ocorrem acidentes na empresa e a ambulância chega sempre tarde; o afastamento por acidente é considerado como falta. A fadiga se constitui em 54% das causas dos acidentes do trabalho no setor metalúrgico, isso com a total omissão das empresas no sentido de coibir o desenvolvimento desses fenômenos.

No referente à assistência médica, o atendimento do Samcil é severamente criticado pelos operários da Mercedes Benz. A Ford pretendia que seus operários arcassem com o total da atenção médica.

Em outras empresas, ocorre não haver enfermária, ou haver enfermarias sem enfermeiro, o guarda fazer o papel de enfermeiro ou enfermeiro aplicar injeção e, após quatro picadas constatar que a agulha está entupida.

Muitas empresas não comunicam acidentes ao INPS no tempo regulamentar, isso leva o operário acidentado a trabalhar de muletas, além de firmas não recolherem INPS de hora extra, nem Imposto Sindical.

Sem dúvida a precariedade dos serviços de assistência médica, especialmente, o INPS é notória: filas cada vez maiores e inúmeras mortes por omissão de socorro. Forte pressão de demanda pelo fato de o número dos beneficiários entre 1967 e 1974 ter dobrado e a estrutura de atendimento mantida em níveis arcaicos, o INPS possui vinte e nove mil funções gratificadas e cem quilômetros de prateleiras de processos referentes a benefícios; ele leva, em média, quatro anos para construir um ambulatório, porém, o processo decisório implica numa tramitação onde são necessários de cem a quatrocentos despachos.

Este artigo é uma ligeira adaptação do artigo *Violência e trabalho através da imprensa sindical*, também de Maurício Tragtenberg, publicado recentemente pela revista *Educação e Sociedade*.



Robert Linhart em entrevista exclusiva

A guerra nossa de cada dia

Robert Linhart é um economista de 34 anos. Foi militante maoísta da «geração de 68», e ex-dirigente da Union des Étudiants Communistes. Depois de trabalhar durante um ano como operário manual da fábrica de automóveis Citroen, publicou na França o livro, «Lenin, Taylor, les paysans», sobre os problemas da organização do trabalho na transição soviética e mais recentemente, a narrativa de sua experiência de trabalho na Citroen.

Esse último livro, «L'Établi», teve uma notável repercussão na França onde já atinge a 5ª edição com mais de 35 mil exemplares vendidos. Despertou ainda grande interesse no exterior, estando já traduzido em 7 países, entre os quais agora o Brasil, sob o título «Greve na Fábrica», numa tradução de Miguel Arraes para a Editora Paz e Terra.

Na primeira parte dessa entrevista ao EM TEMPO, Linhart fala de sua experiência e da situação atual da classe operária francesa.

Por Eder Sader, de Paris

— A primeira coisa que me impressionou no seu livro foi o tipo de visão que ele transmite do universo da fábrica, muito diferente tanto do que a propaganda burguesa transmite — é claro — mas sobretudo dos lugares comuns próprios dos meios intelectuais e da esquerda. Como você sentiu isso no momento de sua experiência direta de trabalho na fábrica?

Com efeito, existem dois aspectos dessa experiência que podem parecer um pouco contraditórios. Num certo sentido o que eu descobri — junto com outros camaradas implantados no interior da classe operária — não desmentiu em nada nossas posições políticas anteriores. Ou seja, nós descobrimos a consciência de classe, a resistência à exploração. Descobrimos que na fábrica o funcionamento normal das relações de produção jamais está assegurado; que se trata sempre de um combate, de uma espécie de corpo a corpo permanente entre a direção, os chefes e mestres de um lado e os operários de outro. E que em nenhum momento a mais-valia é cedida facilmente: ela é verdadeiramente arrancada por todo um aparato de vigilância controle e repressão. Tudo isso é um aspecto da realidade que a ideologia burguesa procura mascarar, pretendendo que há uma espécie de modernização e que o sistema produtivo já não apresenta mais as características de enfrentamento que apresentava no século 19. Pois basta, passar alguns dias numa fábrica para que se redescubra uma classe operária que corresponde fundamentalmente às análises do «Capital» e dos grandes textos marxistas. Isso, de um lado.

Mas de outro lado — e aí está algo de certo modo contraditório — a descoberta do modo pelo qual a classe operária se encontra organizada, os múltiplos canais pelos quais passa uma consciência de classe, diversificada é sempre um choque para o intelectual vindo de fora, para quem a classe operária é qualquer coisa de homogêneo, de compacto, com quem ele imagina poder ter uma relação enquanto bloco. Se ele teve anteriormente relações com os operários individualizados — por exemplo no trabalho que chamávamos «de porta de fábrica», foi com aqueles que já se exprimem politicamente ou que já são militantes ou têm algum vínculo com o trabalho político. E de fato, o que se descobre no trabalho direto é uma complexidade fabulosa de situações individuais ao contrário da classe operária como um bloco. Numa fábrica com 1400 trabalhadores — como aquela na qual trabalhei — são 1400 indivíduos, 1400 histórias complicadas. 1400 olhares sobre a realidade. E, num primeiro momento, a verdade é que a gente fica um pouco perdida nessa diversidade.

«Descobrimos que na fábrica, o funcionamento normal das relações de produção jamais está assegurado; que se trata sempre de um combate, uma espécie de corpo a corpo permanente entre a direção, os chefes e os mestres de um lado, e os operários de outro».

É essa a contradição. A gente sente a classe operária, sente a presença de uma obstinação, sente que está numa situação de verdadeira guerra social — porque na fábrica, em torno de cada coisa, há sempre um conflito que aflora. E no entanto, isso, que todos sentem, passa por uma multidão de sentimentos individuais e de particularidades.

Mas essa característica é ainda mais acentuada no tipo de fábrica que eu conheci — isto é nas grandes unidades metalúrgicas da região parisiense — que são imensos lugares de passagem, de pessoas de origens muito diferentes, que tanto podem ficar por lá muito tempo como apenas por alguns dias. E há ainda o fato de que, na França, a classe operária da metalurgia é composta essencialmente por imigrantes. Se tomamos a Renault ou a Citroen por exemplo, vamos encontrar de 60 a 80% de imigrantes. Isso significa, além do mais, uma multidão de línguas e culturas.

— No livro, você aponta a divisão existente entre as condições de trabalho dos operários imigrantes e dos franceses, superposta pela divisão que se faz entre operários qualificados e não qualificados. Mas aponta também que essa divisão pode ser superada e eles podem se unir.

— É efetivamente há uma política sistemática dos patrões no sentido de dividir os operários entre os franceses e os estrangeiros e mesmo entre os estrangeiros de diferentes nacionalidades, procurando opor árabes, negros, iugoslavos, turcos. Os próprios sistemas de classificação das empresas já são de tipo racista (ver quadro).

Na Citroen, por exemplo, os negros e árabes são automaticamente classificados como M.O.; os imigrantes europeus (iugoslavos, portugueses, espanhóis, italianos), são OS-1, os franceses são OS-2. Teoricamente não se trata de critérios racistas mas de «capacidade de trabalho». Se você pede a justificativa eles dizem que se trata da capacidade de falar francês, de ler, etc. O que não passa de puro cinismo porque nunca se leva em conta nenhuma dessas capacidades. Se um árabe fala e escreve perfeitamente o francês, será de qualquer maneira M.O. enquanto um francês analfabeto — que existe — será O.S.2. Porque não há absolutamente, nenhum tipo de exame para se auferir isso. E se tomamos o conjunto da classe operária na França, certamente encontraremos franceses entre os O.S. e estes serão sobretudo de origem rural, jovens recém chegados. Mas é absolutamente certo que a esmagadora maioria dos operários franceses são em geral O.P.

Bem, no tipo de empresa que conheci mais de perto, a principal base social dos sindicatos é constituída pelos O.P. franceses. Os imigrantes em geral não são sindicalizados ou têm pouca relação com os sindicatos. E se a gente se lembra do fato de que há poucos sindicalizados na França, cerca de 25%, então poderemos entender o crescimento relativamente grande da extrema-esquerda que encontrou entre os não-sindicalizados, especialmente entre os imigrantes, uma importante base social.

«Mas a descoberta do modo pelo qual a classe operária se encontra organizada, os múltiplos canais pelos quais passa uma consciência de classe diversificada, é sempre um choque para o intelectual vindo de fora, para quem a classe operária é algo homogêneo, com quem ele imagina poder ter uma relação enquanto bloco».

Isso ficou claro para mim em todo o período que marcou minha experiência na fábrica: uma das bases sociais de nossas organizações (marxistas-leninistas, trotskistas e diferentes grupos da extrema-esquerda) era sobretudo a de setores que o PC e os sindicatos (O PS nunca contou muito o nível da fábrica) não levavam em conta. Assim, nos momentos de explosão e descontentamento de trabalhadores imigrantes e outros setores não sindicalizados, havia espaço para a criação de organizações de base, comitês de base, grupos de extrema-esquerda, etc. Eu creio que isso se acentuou no período entre 1976 com a ruptura da União da Esquerda, quando o PC procurou, por assim dizer, ganhar posições à sua direita. Ou seja, tomado por uma política eleitoralista, ele apostava enormemente na vitória nas urnas e se preocupava principalmente com as camadas que têm peso eleitoral: técnicos, engenheiros, novas camadas intelectuais, etc. Desse modo nas empresas procurava antes de tudo ampliar sua influência entre os quadros de direção e os quadros intermediários. Havia portanto uma tendência de deixar de lado os imigrantes — embora eles sejam 3 milhões na França — porque eles não votam. Mas não é certo que essa situação se mantenha. Depois da ruptura da União da Esquerda o PC a se colocar problemas em relação a sua base operária, sua identidade de classe, etc.

— Mas ainda que os sindicatos não assumissem as reivindicações desses setores, houve participação deles nos comitês de base, segundo a descrição da experiência relatada no seu livro...

— Sim. E o comitê de base conseguiu ter uma influência entre os operários qualificados franceses e um apoio de uma parte da CGT que, finalmente, depois de muitas hesitações, se vinculou ao movimento de greve. Porque, em minha opinião, não há uma divisão objetiva de interesses entre os operários qualificados e os imigrantes. Há sim uma divisão objetiva de interesses entre os torneiros, fresadores, eletricitistas, etc. e os imigrantes não — qualificados. Que os patrões — reservando certas vantagens a uns que são negadas a outros procuram dividi-los e sua política, mas não há estritamente nenhuma razão para a falta de unidade na luta. E de qualquer modo é extremamente importante para a massa dos operários estender a unidade de ação o mais possível. E esse é hoje um problema fundamental porque a política de divisão, dos patrões que se podia constatar no interior das empresas, tornou-se uma política de divisão do conjunto da classe e entre várias empresas. Toda uma parte das pessoas é retirada da empresa e colocada num complexo de empresas subsidiárias, onde são piores as condições de vida, de

trabalho, de salário, de segurança, etc. Isso tem uma consequência jurídica extremamente importante. Se tomamos por exemplo uma unidade siderúrgica ou petroquímica onde esta política é praticada, veremos que uma boa parte dos que participam na produção no local — limpando as instalações, fazendo reparações, virando as comportas, etc. — não são considerados operários dessa empresa mas sim das empresas subsidiárias, de limpeza, serviços gerais etc.

Então efetivamente os patrões levam os operários das empresas centrais e seus sindicatos a abandonarem completamente certos setores da classe operária. E desse ponto de vista obtiveram alguns êxitos, pois durante certo período foi muito difícil que os operários «centrais» — ou

seja, os da própria empresa — entendessem que eles não podiam lutar apenas por suas reivindicações mas que deviam assumir as do conjunto dos operários que participam na produção. Eu mesmo participei com alguns camaradas de discussões muito vivas com a Federação Unificada da Química da CFDT, justamente porque insistimos sobre esse aspecto coletivo e eles respondiam — isso faz 2 ou 3 anos — «mas nós somos operários da produção — e os operários de tal ou tal empresa têm seu sindicato», nas pequenas empresas não há praticamente meios de sindicalização.

Hoje as coisas evoluíram. Os patrões se centraram tanto nesse política de divisões sistemática das funções que hoje praticamente todo

mundo reconhece que esse é um problema central. E tornou-se a linha oficial da CFDT a insistência na unidade dessas duas frações da classe operária.

Existem pois diferentes métodos de divisão. Alguns podem estar no interior da empresa e outros podem ir muito mais longe. Mas de todo modo, torna-se evidente que para uma luta eficaz é necessário realizar uma unidade do conjunto dos trabalhadores, sejam franceses ou estrangeiros, profissionais ou peões, etc. E na prática, cada vez que uma greve importante obtem resultados é porque se realizou alguma forma de unidade. E não simplesmente alguma categoria que se bateu pelo conjunto contra a hostilidade do resto.

A «abolição» da luta de classes

— Acerca do processo de automação eu li outra semana no «Nouvel Observateur» que precisamente na Citroen um robô iria realizar um trabalho de solda feito antes por 30 operários que 5 programadores iriam substituir o trabalho de cinquenta outros encarregados de transporte interno. Que alcance você vê nisso?

Eu também li. Na verdade, existe agora toda uma campanha da qual faz parte o Nouvel Observateur, que visa fazer crer que a classe operária tradicional, manual, física, está em vias de desaparecer.

Não é a primeira vez que assistimos a uma tal campanha ideológica. Há pouco mais de 10 anos. Tivemos a mesma história. Na época era Serge Mallet, que pretendia ter descoberto uma nova classe operária, pretensamente mais intelectualizada, que fazia simplesmente atividades de controle. A propósito do refinamento de petróleo, o setor que ele estudou, Mallet disse que a forma moderna do trabalho operário consistia no controle do processo, de vigilância dos mostradores, etc. e que as velhas tarefas manuais estavam em vias de desaparecer. O objetivo político dessa vontade de ver desaparecer a classe operária no sentido clássico do termo é perfeitamente claro. Para toda uma parte de opinião burguesa de esquerda, social-democrata, etc., é essencial sair do que eles chamam de «sistema bloqueado de luta de classes» e entrar num sistema pretensamente mais moderno onde eles pensam que representariam a realidade da nova estrutura social. Naquela época era o PSU, hoje é a direita do PS — Rocard e cia. — que procuram explicar sua evolução à direita dizendo «não fomos nós que evoluímos à direita, mas a sociedade que tornou ultrapassadas certas formas de luta de classes».

Hoje, aliás, isso se combina com uma segunda ofensiva ideológica que não estava presente 10 anos atrás e que é, em minha opinião extremamente perigosa porque faz perfeitamente o jogo do poder giscardiano e dos patrões e que consiste em dizer que o trabalho cessou de ser um valor, que as pessoas não procuram mais tanto preservar seus empregos e que, de qualquer maneira, não os haverá para todos. Que nós nos encaminhamos para uma sociedade na qual teremos que nos habituar ao desemprego, uma vez que o conjunto da produção será feito por robôs e apenas por algumas pessoas.

«O objetivo do governo é alcançar 2 milhões de desempregados daqui até 1985, e ainda criar uma grande instabilidade para cerca de 40% dos empregos restantes, para pressionar os salários para baixo.»

Digo que é extremamente perigosa porque a política governamental visa justamente instalar a França numa situação de desemprego estrutural definitivo. O objetivo do governo — e isso se diz abertamente nos meios do planejamento — é alcançar 2 milhões de desempregados daqui até 1985. E ainda criar uma grande instabilidade para cerca de 40% dos empregos restantes, enquanto que atualmente, da totalidade dos empregos existem 15% de instáveis, quer dizer, trabalhadores temporários, sem-estatuto, sub-contratados, etc. Ora, o desemprego faz pressão sobre os salários e, nos cálculos para se obter preços competitivos, busca-se baixos custos. E é para isso, através de baixos salários, que contará a pressão do desemprego. Digamos que o acompanhamento ideológico disso é dizer que de todos os modos haverá cada vez menos emprego porque as máquinas fazem tudo.

Bem, não basta analisar a função ideológica. O problema é de saber se corresponde à realidade. E podemos dizer que não. Os robôs, por exemplo, sobre os quais se tem falado tanto, foram instalados efetivamente alguns em Flins, outros na Citroen. Mas suas capacidades de trabalho são extremamente limitadas. Praticamente tudo o que se chega a transferir ao trabalho dos robôs atualmente nas linhas de montagem são os pontos de solda e o que se chama «trabalho de pinça». E também algumas tarefas extremamente sumárias. Mas se tomamos o essencial dos trabalhos de funilaria, de trabalhos na matéria, etc. tudo permanece igual. Boa parte do trabalho continua sendo feito à mão. E, de todo modo, toda uma parte do trabalho numa fábrica automobilística ou de montagem não é feita na cadeia mas nas diferentes bancas individuais dos quais eu falo no livro, e aí não tem jeito de meter robôs.



Robert Linhart, em Paris

A segunda coisa a dizer é que, se é verdade que se pode automatizar certos processos, não tanto na montagem mas na produção contínua do aço, da nafta, do etileno, etc., quanto mais se tem um sistema automatizado, mais temos uma complexidade de tarefas de manutenção, de reparação, etc. no conjunto da estrutura. E é isso que é completamente deixado de lado no trabalho de Mallet sobre a petroquímica. Ele explica como se trabalha agora nas modernas empresas petroquímicas, descrevendo a sala de controle, limpa, 3 pessoas com suas blusas, etc. e diz «vejam, não se trata mais do mesmo trabalho operário...» Mas isso é verdadeiramente uma piada porque enquanto esses 3 fazem isso, é preciso ir ver o conjunto da estrutura, os que limpam os tubos, os que abrem as conexões e as torneiras, etc. O que aconteceu que uma parte crescente é realizada por um pessoal exterior à empresa. Quer dizer que outras empresas são encarregadas da manutenção da estrutura, dos transportes de materiais, de colocar os barris no lugar, de mil e uma tarefas realizadas fisicamente. O que faz com que frequentemente para uma população de 250 operários de uma refinaria, pode-se encontrar 1000 outros em torno. Não quero entrar nos detalhes mas estatisticamente está provado que a automação não diminui o número de trabalhadores manuais mas aumenta. Mas quando se tem uma visão superficial das coisas, como Gorz ou o pessoal do Nouvel Observateur, aceita-se a imagem da produção dada pelos patrões. E na verdade, o sistema produtivo requer atividades manuais numerosas, diversificadas, perigosas mas, como já disse, uma boa parte dessas atividades são excluídas dos efetivos oficiais das empresas «centrais». O que ademais, apresenta também vantagens fiscais. Porque por exemplo na França as cotizações para a Previdência Social sobre os acidentes, feitas pelos empregadores, dependem do nível de periculosidade das empresas, de modo uma empresa onde haja muitos acidentes pagará mais que outra, com menos. Acontece que, por exemplo, a siderúrgica Usinor declara 15 acidentes mortais no ano quando houve 70. E que os outros eram oficialmente operários da construção, de caldearia, de eletricidade e não da siderúrgica. No entanto eles trabalhavam no local da siderúrgica e contribuíam para a produção do aço. Assim, toda uma parte do sistema estatístico é completamente deformada.

«Cada novo modo de organização do trabalho corresponde a uma certa estratégia social dos patrões que busca derrubar uma configuração social já adquirida.»

E quando retomamos os dados em sua globalidade nos damos conta de como é inexacto que a automação, os robôs, a evolução tecnológica suprimem o trabalho manual, os trabalhadores especializados, o que chamamos classicamente de classe operária. A verdade é bem o contrário. E aliás é um problema com o qual se defronta atualmente o governo que quer reduzir a imigração, tendo que obrigar os franceses a pegar os trabalhos mais sujos, mal-pagos, repugnantes, perigosos. E o modo fascista pelo qual se trata toda uma parte da juventude de subúrbio, dos que se vêm excluídos do sistema escolar, marginalizados sistematicamente, se explica por essa vontade de criar uma espécie de subproletariado francês que termine por aceitar todas essas atividades subalternas. E o objetivo de criar um desemprego importante vai no mesmo sentido, como meio de pressão sobre as pessoas para aceitarem esses trabalhos.

E é preciso dizer que os patrões se tornaram

mestres na arte de passar cada vez sua velha história com nova roupagem. A organização do trabalho muda ciclicamente. Vemos aparecer o registro das tarefas, as equipes autônomas, etc. e cada vez se diz que se trata de uma transformação definitiva. O que representa uma vantagem para os patrões porque toda forma de organização do trabalho termina por suscitar na classe operária uma forma de resistência adequada. Quer dizer que quando se estabelece um novo sistema de organização do trabalho, há no começo o efeito surpresa mas depois os trabalhadores terminam por descobrir os arregos, os segredos, etc. e o modo de resistência operária se reorganiza.

Cada novo modo de organização do trabalho corresponde a uma certa estratégia social dos patrões que busca derrubar uma configuração social já adquirida. Assim, o Taylorismo tinha por fim romper o monopólio dos operários profissionais, multiplicando as tarefas desqualificadas, porque estes possuíam um forte poder de negociação sindical nos Estados Unidos. Mas o que acontece frequentemente é que não existe absolutamente nenhuma relação entre os discursos feitos sobre a novidade do trabalho e a realidade das mudanças apontadas. É muito frequente por exemplo, que se diga que se suprimiu o trabalho na linha de montagem com a criação do que se chama «stock-tampões». Ou seja, no lugar de um tapete-rolante ou uma bandeja-rolante, suprime-se o movimento automático de um posto a outro. Cada pessoa faz seu trabalho e o deposita de forma que a pessoa ao lado o tome. E o que se vê por exemplo na Radio Technique de Rambouillet, uma filial do grupo Philips. Lá eles dizem: «Nós suprimimos o trabalho em cadeia. As moças (porque são mulheres que fazem esse trabalho) são autônomas» etc. Bem, eu visitei uma dessas fábricas e acho um enorme cinismo apresentar a coisas desse modo. O trabalho consiste em colocar elementos transistorizados em circuitos semi-impresos. Antes, o circuito passava sucessivamente diante dos postos e cada moça colocava um elemento transistorizado. Agora cada moça tem diante dela uma espécie de quadro que roda e de onde ela pega as peças para colocar. Depois de tê-lo feito, ela deposita ao seu lado. Isso vai extremamente rápido. Olhando-as trabalhar, a gente se pergunta como é que elas conseguem. Enquanto a mão direita pega uma peça a esquerda já está colocando outra. Além disso, elas têm direito em princípio a 3 erros sobre 10 mil operações. Se elas fazem menos de 3 erros, recebem um pequeno estímulo, um prêmio insignificante. São métodos japoneses que forçam a uma rapidez extrema. Qual é a vantagem para elas? Eu não vejo nenhuma. E para os patrões? É evidente: se uma delas desmaia ou se há algum problema, as demais continuam. Antes, se havia um incidente num ponto da linha de montagem, todo mundo parava.

E no entanto eles apresentam uma transformação que aumenta a produtividade e o trabalho, que chega a exagerar o sistema Taylorista, como se fosse uma humanização do trabalho. A Renault então construiu uma nova usina em Douai onde no lugar de uma grande linha de montagem, existem várias pequenas, em que o ciclo de trabalho é mais longo e onde se faz, paralelamente, a mesma coisa. Pois um engenheiro declarava a um grupo que visitava a usina de Flins que lá o grande problema era as «greves ferrolho» mas que eles tinham encontrado um meio de enfrentá-las em Douai, com várias linhas de montagem. O que não impede que na literatura oficial apareça que Renault humaniza o trabalho, porque no lugar de uma grande linha de montagem, temos várias pequenas, etc.

Greve ferrolho é a paralisação num ponto determinado da linha de produção que implica necessariamente numa paralisação geral, porque a continuidade da produção depende desse ponto.

Classificação Operária na França

M.O. — Mão de Obra desqualificada

O.S. — Operários Especializados, porém executando tarefas relativamente repetitivas e sem autonomia. (OS1, OS2, etc.)

OP. — Operários Profissionais, isto é, operários qualificados (OP1, OP2, etc.)

Por que Khomeini?

Até agora, não ficou suficientemente esclarecida a origem da profunda confiança que o movimento de massas depositou em Khomeini, e nos demais dirigentes religiosos.

A razão não está na «profunda religiosidade» das massas iranianas, mas antes, na falência da política dos comunistas (agrupados no Partido Tudeh) e dos nacionalistas burgueses (agrupados na Frente Nacional). Em conjunturas anteriores, eles, e não os religiosos, estiveram à cabeça da luta política no Irã, e a perderam.

Se a confiança nos dirigentes religiosos se manterá diante da misteriosa proposta de constituição de uma «República Islâmica» é uma indagação que EM TEMPO procurará responder em breve.

Por Saber Nickbin

Um dos traços característicos da situação política do Irã há quase dois anos, reside na influência decisiva da hierarquia chiita no interior do movimento de massa contra a monarquia. Isso é inquestionável. Tanto que a classe dominante iraniana, para desacreditar o movimento de massa, tentou incansavelmente colocar em questão o tipo de sustentação popular que os dirigentes religiosos possuíam. Sustentaram até o fim que a principal oposição ao regime era de natureza «religiosa e reacionária» em conflito com a «grande civilização» proposta pelo xá.

Esse tema foi também cultivado pelo imperialismo para justificar sua sustentação à sangrenta ditadura do xá.

Mas, a extraordinária mobilização popular no Irã não pode, em hipótese alguma ser caracterizada como um «movimento religioso». Qualquer que seja a força que se coloca à cabeça e para além das reivindicações através das quais ela pode parcialmente se exprimir, elas nada têm a ver com a religião enquanto tal e menos ainda com uma religião reacionária.

Na realidade trata-se de um movimento de oposição a uma ditadura de extrema brutalidade que conduziu a maioria da população à beira do abismo graças às «reformas» impostas pelo capitalismo internacional.

O movimento contra o regime do xá, desenvolveu-se espontaneamente. Mês após mês ele conquistou uma parte crescente da população, até conseguir sua esmagadora maioria. Ele desenvolveu-se apesar de um terrível repressão, apesar da lei marcial, apesar do saldo negativo de 15.000 pessoas assassinadas pela polícia e pelo exército. Caracterizá-lo como um «movimento religioso de direita» representa não apenas o cúmulo da hipocrisia, como também de estupidéz.

Como explicar, então, a confiança desse movimento em Khomeini e outros dirigentes religiosos?

Uma das explicações mais difundidas, tanto à direita quanto à esquerda, consiste em afirmar que as massas iranianas são profundamente religiosas e pouco maduras politicamente. Daí que sua participação na luta de classe e sua oposição ao regime do xá só poderiam exprimir-se por meio da religião.

A esquerda utiliza esta explicação com objetivo de camuflar sua política oportunista, que visa liquidar seu próprio programa e seguir os dirigentes religiosos. A direita, ao contrário, invoca esta explicação para «demonstrar» que as massas iranianas não estão ainda preparadas para a democracia.

Uma única consideração ligada à história dos movimentos políticos no Irã, durante o século XX, prova a ingenuidade das explicações acima mencionadas. Como é possível fazer crer que os iranianos eram mais maduros politicamente há 70 anos atrás, durante a Revolução Constitucional, do que hoje? Naquela época não existia nenhum partido político desenvolvido no Irã e, no entanto, a direção política não estava nas mãos da hierarquia religiosa. Ou então, quem pode provar que o movimento de massas que se sucedeu à 2ª Guerra Mundial, era menos religioso que o atual? Naquela época, a esmagadora maioria da população não possuía nenhum instrumento de comunicação social senão aquele oferecido pela religião. No entanto, a direção do movimento se encontrava primeiro nas mãos do partido comunista (O Partido Tudeh — PT —) e, em seguida, nas mãos da Frente Nacional (FN).

É verdade que os dirigentes religiosos jogaram, nessas duas ocasiões algum papel na direção política do movimento de massas. Mas eles eram apenas um elemento no interior de uma direção bem mais ampla. E esse papel foi

momentâneo e logo passou ao segundo plano a partir do papel assumido por outras formações políticas. Então, como explicar que alguns decênios mais tarde, um dos movimentos mais massivos que o Irã conheceu, de sua sustentação quase que completa a dirigentes religiosos que não desempenham mais um papel subordinado como no passado, mas agem enquanto força política independente?

A crise de direção política

Numerosos fatores permitiram à hierarquia chiita ocupar uma tal posição no movimento de massas contra o xá. O mais importante desses fatores reside na crise de direção política no Irã. Isto deve ser compreendido ao mesmo tempo num sentido conjuntural e histórico.

Num sentido histórico, a burocracia soviética colocou obstáculos, durante todo um período, às possibilidades de desenvolvimento de uma direção proletária no Irã. Com exceção de um curto período histórico, durante a Revolução Constitucional, marcado pela atividade de um primeiro núcleo socialista (formado em 1906), e os primeiros anos de atividade do PC (formado em 1920), existe uma ausência total de um real partido operário que teria podido influenciar, com um certo impacto, os desdobramentos políticos no Irã.

A burocracia soviética obrigou o jovem PC a sustentar Reza Xá e, durante os processos de Moscou mandou executar todos os seus dirigentes capazes. O partido exangue não resistiria à repressão que se seguiu à chegada ao poder de Reza Khan, o pai do xá atualmente deposto, e viria a se decompor.

Quando mais tarde, no início dos anos 1940, a burocracia ajudou à formação de um novo partido (o PT), ela o fez com a condição deste não se declarar como partido operário. Como o próprio nome «Tudeh» — o partido das massas — sugere. O Kremlin tentava, sob essa forma aplicar sua estratégia de frente popular nas condições específicas do Irã. Dada a ausência de qualquer partido burguês significativo, e dada a diminuta

dimensão do PC, os comunistas dificilmente poderiam formar uma frente popular. Daí a proposta de formarem um único e novo partido. Um partido que dispusesse de um programa «popular» e que estivesse sob seu controle desde o seu nascimento. E assim foi feito.

Quando o movimento antiimperialista experimentou um forte crescimento e as massas reivindicavam a anulação das concessões coloniais feitas ao imperialismo — entre outras, no setor do petróleo — o PT organizou manifestações para que as concessões, no setor petrolífero, fossem feitas à URSS. E, afim de obtê-las, o PT participou de um governo de coalizão reacionária e abertamente pró-imperialista, que pôs um fim ao movimento de greves que paralisava as instituições petrolíferas britânicas e sacrificou o movimento nacional de Azerbaidjan.

A política do PT teve por consequência permitir que uma outra formação nacionalista burguesa, sem grande envergadura, a Frente Nacional, dirigida por Mossadegh, assumisse a direção do movimento de massas. A FN não desejava nada mais que redistribuir os frutos da exploração dos trabalhadores e camponeses iranianos em favor da burguesia autóctone. E não poderia senão conduzir o movimento de massas à derrota. Ela desmobilizou as massas e limitou-se a agir segundo os meios da Constituição tentando manter a monarquia. Desta forma, facilitou a preparação de um golpe de Estado militar em 1953.

A lembrança da derrota está ainda viva na memória do povo. A traição do PT e a capitulação da FN diante do imperialismo não foram esquecidos. A vanguarda que tirou as lições da derrota, em seu ímpeto de romper com a política de colaboração de classes caiu, em graus variados, no radicalismo pequeno-burguês. Não foi capaz de preencher o vazio, transformando-se em força política alternativa.

A emergência dos chefes religiosos

Era certo, que uma outra força viria preencher esse vazio. As condições objetivas, como os desenvolvimentos políticos do período recente, fizeram com que essa alternativa fosse dada pelos chefes religiosos. Já desde o golpe de 1953, um certo número de políticos burgueses haviam criado círculos de oposição relacionados ao Islam.

Pela primeira vez, a hierarquia religiosa se encontrou à cabeça da oposição nos acontecimentos do início dos anos 60, quando as «reformas», encorajadas pelo imperialismo começaram a ser aplicadas. O PT assim como a FN (que tinha se reformado), apenas confirmaram sua falência quando, no momento em que era preciso oporem-se a essas reformas, não o fizeram.

O PT caracterizou essas reformas como «progressistas» e afirmou que elas denotavam uma «retratação do imperialismo mundial face ao campo socialista». A FN estava completamente desarmada na medida em que o xá aplicava medidas que ela havia sempre reivindicado como devendo estar na base de uma política de «independência do Irã». O melhor que esses partidos podiam oferecer se resumia no slogan «reformas, sim; ditadura, não!».

O único setor que manifestou uma oposição consistente às reformas foi representado por uma fração da oposição religiosa, na cabeça da qual estava Khomeini. Ela organizou mobilizações de massa (junho de 1963) numa série de cidades importantes. Tais mobilizações foram selvagememente reprimidas pelo exército. Milhares de manifestantes foram mortos, chefes religiosos foram presos e Khomeini teve que se exilar.

O regime iraniano afirmava que a oposição xiita à «revolução branca» era devida ao seu atraso, a sua oposição à libertação da mulher e à reforma agrária. E certo que numerosos chefes religiosos consideravam tais reformas ameaçadoras a sua própria autoridade, ao erodir os «valores islâmicos». Mas o que estava na linha de frente de suas recriminações era a luta contra a liquidação da independência do Irã em favor do imperialismo. Devido aos seus laços com o Bazar e com a pequena burguesia, que era diretamente posta em questão pelas reformas, a oposição xiita, quase que instintivamente, combateu a «revolução branca».

Atualmente, depois de 15 anos de experiências, os resultados devastadores dessas «reformas» são evidentes para todo mundo. Sua verdadeira natureza aparece sem ambiguidade. E o que as massas hoje guardam, na memória, não são as razões particulares que levaram Khomeini no início dos anos 60 a se opor ao xá e a sua política, mas sim que ele fez, desde o princípio, com grande combatividade e coerência.

Uma oposição radical

É nesse contexto que é necessário entender o desenvolvimento recente do movimento de massas contra o regime. Nos anos 60, as vascilações da política do PT e da FN facilitaram a emergência da oposição religiosa, enquanto força política independente. Atualmente, a falência política dessas duas formações ajuda Khomeini, que foi o mais firme opositor ao xá, a permanecer na cabeça do movimento de massas.

Khomeini apareceu como mais radical do que o PT e a FN em relação ao que era a principal tarefa do momento: a derrubada do regime do xá. Em poucos meses, o movimento que se desenvolveu em torno de uma série de reivindicações democráticas generalizou-se sobre uma reivindicação central: «Abaixo o xá!» Paralelamente o prestígio de Khomeini não poderia senão crescer. Sem cessar, ele se opôs a qualquer compromisso com o monarca. A FN ao contrário podia simplesmente o «retorno a uma monarquia



constitucional», enquanto todas as forças do imperialismo e da reação se reagrupavam justamente em torno dessa «monarquia constitucional». Mas o movimento de massas não estava prestes a se deixar canalizar para uma via que levasse a uma constituição que afirmasse: «o xá é um deus oferecido aos iranianos».

O PT desenvolveu uma política ainda pior do que a da FN. Até o momento em que a lei marcial foi imposta, em setembro de 78, ele permanecia com uma posição das mais vagas sobre a principal questão na ordem do dia: a monarquia. Ele se contentava em propor «a formação de um governo de coalizão nacional» que deveria incluir «os setores da classe dominante opostos à ditadura individualista do xá». Em seu programa o PT oferecia a essas frações burguesas até mesmo a promessa de que «com a ajuda dos países socialistas elas poderão desfrutar de um mercado interno ao abrigo da concorrência dos bens provenientes dos países imperialistas».

Capitulação ou organização da oposição

Enfim, para apreender a influência da hierarquia religiosa, é necessário considerar um segundo elemento. Sob as condições de violenta repressão, o movimento de massas pode fazer uso dos mosteiros como centros de debates e de atividade política.

Isto foi de uma extrema importância, dado que o PT e a FN não estavam preparados para organizar a mobilização das massas. A FN desenvolveu a enganosa tese de que os setores no poder se encontravam sob a pressão do imperialismo americano e deveriam introduzir uma série de mudanças no sentido de uma liberalização do regime. A partir daí, ela fez de tudo para persuadir esses «poderosos interesses» da vantagem de promover uma tal abertura.

A FN, portanto, não podia correr o menor risco com as mobilizações de massas. Primeiro, porque ela se dava conta de que um movimento de massas visando a derrubada do xá, só poderia conduzir a uma situação incontrolável. Segundo, porque a FN devia fazer a prova de que o movimento de massas, uma vez existente, devia desenvolver-se de modo «responsável», com o objetivo de neutralizar as afirmações de seus parceiros burgueses do tipo: «tudo se perderá se o xá partir». Esta estratégia de compromissos chocava-se por inteiro com uma efetiva mobilização de massas. Assim a FN ficou distante das mobilizações, denunciando-as como «condenáveis incidentes provocados pelo regime».

O PT, por sua vez, partindo das mesmas posições políticas, queria dar a prova de que possuía uma certa influência política e que, portanto, devia ser parte integrante de uma futura e possível coalizão nacional. Mas sua base mostrou-se muito fraca.

A pressão das massas

Quando se tem em conta todos esses elementos, a razão pela qual o movimento de massas voltou-se para os mosteiros fica mais clara. Era lá que podia se reunir e se organizar os indivíduos e camadas que se opunham ao xá. Isto, ao mesmo tempo, contribuiu para fortalecer a influência da hierarquia religiosa.

Diferentemente de outras hierarquias religiosas, a hierarquia chiita é financeiramente independente do Estado. Suas finanças são feitas pelas coletas entre os chiitas e o dinheiro recolhido é administrado pelos ayatholas. Por princípio ele não pode ser investido.

Mas, a oposição da hierarquia chiita ao regime, independentemente de sua forma radical, se exprime sempre através de uma ideologia religiosa, com todos os elementos reacionários que ele carrega. Mas é preciso não confundir o crescimento do prestígio dos chefes religiosos com o renascimento do sentimento religioso entre as massas. Não é pelo Islam ou por um Estado Islâmico — ademais algo inteiramente misterioso — que as massas lutam e estão lutando. E a prova disto está em que a contradição entre o desempenho político e a ideologia religiosa dos dirigentes da Revolução Iraniana começa a desenvolver-se.



“Um país grande como a China não deve atacar uma criança como o Vietnã”

Na verdade, a atual invasão das tropas chinesas ao Vietnã, revela a disputa entre a China e a União Soviética pelo domínio da Indochina. Não há dúvida, nenhuma, entretanto, que tanto o povo chinês como o soviético são contra essas disputas promovidas pelas burocracias, que detém o poder nesses países:

Por Lígia Marques

Apenas oito dias após a invasão «punitiva» chinesa em território vietnamita, em 17 de fevereiro, aparecia no muro da Democracia, em Pequim, um dazibao (cartaz-mural) condenando a decisão dos atuais dirigentes chineses. «Um país grande como a China não deve atacar uma criança como o Vietnã», escrevia o funcionário público que assinou a crítica, indicando ser mais importante hoje para a China cuidar do seu desenvolvimento interno do que se preocupar em guerrear com países irmãos.

Apesar das explicações do vice-primeiro-ministro Teng Hsiaoping de que Hanói estava precisando de uma «lição» por suas provocações na fronteira chinesa, ninguém até hoje se convenceu de que Pequim tenha alguma autoridade que lhe permita decidir quando, como e de que maneira deve castigar um outro país.

Na verdade, a operação militar chinesa faz parte de uma disputa de áreas de influência na Indochina que nada tem a ver com possíveis lições ao povo vietnamita. Ao atacar o Vietnã, a

China estava visando atingir o «hegemonismo» soviético, inimigo número um da política externa de Pequim.

A irritação dos líderes chineses, com a crescente influência soviética na região, começou realmente a ficar séria depois que Moscou assinou com Hanói, a 3 de novembro do ano passado, um tratado de Amizade e Cooperação prevendo uma assistência mútua, econômica e militar. Da ajuda econômica não se tem notícia — os vietnamitas continuam sofrendo amarga falta de víveres. Da militar, sabe-se que diversos navios e aviões russos estão transportando equipamento logístico para auxiliar Hanói a combater os invasores chineses.

Mas, ao que tudo indica, a decisão chinesa de responder militarmente a esta influência soviética surgiu depois que as tropas vietnamitas entraram em território cambojano para auxiliar uma míngua força rebelde a derrubar o regime pró-chinês de Pot. Certo, o regime sanguinário e ditatorial de Pol Pot pouco tinha a ver com a ideia mesmo de socialismo. Mas isto justifica que 100 mil vietnamitas, apoiados por seus potentes Mig-21 soviéticos, penetrassem no Camboja?

E lá continuam os soldados vietnamitas, agora com sua presença legalizada depois do tratado de Amizade e Cooperação assinado no dia 18 de fevereiro não foi por acaso que a China decidiu iniciar a invasão naquele mesmo momento — entre Phnom Penh e Hanói. Uma parte das tropas foi retirada para ajudar a combater os chineses, mas na sua maioria elas permaneceram no Camboja, lutando contra os guerrilheiros Khmer Vermelho, pró-Pol Pot.

Disputa pela Indochina

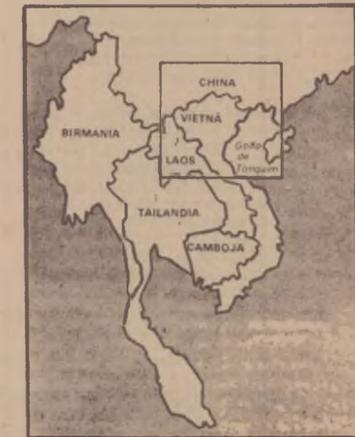
O que há, então, é uma luta entre a China e a União Soviética pelo domínio da Indochina. Moscou estava indo a passos largos nos últimos anos, com governos pró-soviéticos no Vietnã, Laos e agora o Camboja. E a China, que acabou de perder seu aliado no governo de Camboja? O governo de Pequim estava se sentindo pressionado e isolado na Indochina — mesmo contando com o beneplácito dos Estados Unidos, após o reatamento de relações entre os dois países, em janeiro último. Isto não justifica a invasão, mas é possível que a explique.

Não há nenhuma dúvida de que a invasão chinesa em território vietnamita deve ser conde-

nada. Mas também não se pode, baseando-se na heróica resistência do povo vietnamita ao imperialismo, desculpar sua intervenção no Camboja. Tanto em Phnom Penh como em Praga, em 1968, a vitória coube aos que dispunham do maior número de divisões e de melhor equipamento militar.

Os rebeldes cambojanos são tão desconhecidos e anônimos — o FUNSK, o movimento de oposição a Pol Pot, segundo algumas informações conta com apenas 10 mil guerrilheiros — quanto os anônimos «comunistas tchecoslovacos» que, dez anos antes, apelaram para as forças armadas do Pacto de Varsóvia para destruir a Primavera de Praga.

Ambas as invasões devem ser condenadas e compreendidas como deformações das políticas implantadas pelas burocracias, tanto da China como da União Soviética. E o Vietnã, desgastado pela guerra e em fase de reconstrução nacional — necessitou aliar-se a Moscou e integrar-se ao Comecon para sobreviver — acabou também sendo envolvido pelas políticas anti-socialistas e totalmente contrárias ao internacionalismo proletário das equipes dirigentes soviética e chinesa.



Não há dúvida, entretanto de que tanto o povo socialista chinês como o soviético são contra estas disputas de hegemonia entre os dois países. E o povo vietnamita, por mais que instigam seu nacionalismo e seus sentimentos anti-chineses, dificilmente deve querer recomeçar a guerrear depois de tantos anos de luta anti-imperialista. E, nisto sim, a China está realmente conseguindo infligir uma «lição» dolorosa ao sacrificado povo vietnamita.

Projeção de Vista

Liquidar o "Em Tempo"? Ora, pois sim. Não passará...

Por Flaminio Fantini

Nas últimas semanas, uma cortina de fumaça tenta insistentemente obscurecer e dissimular a verdadeira natureza da Crise que atravessa o semanário Em Tempo.

De um lado da crise, estariam os obstinados que insistem em levar às bancas um projeto jornalístico cujo eixo central seja contribuir para a construção de um movimento socialista organizado no movimento de massas... ou melhor, fazer a propaganda do socialismo através de debates estereótipos e acadêmicos, típicos das igrejinhas e confrarias de esquerda.

De outro lado, estão os realistas e os hem pensantes que querem suspender temporariamente a circulação do jornal para que das cinzas, qual fênix, possa ressurgir um semanário que no fundamental contribuiria para o fortalecimento da unidade popular na luta contra a ditadura, pois só uma alternativa popular ao regime militar poderia de fato assegurar condições de vida e efetivas libertações democráticas.

Assim, os tacanhos, obtusos e duvidaristas adeptos do Movimento Socialista se defrontam com os esclarecidos, criativos e pacientes partidários da Frente Popular.

Ora, já se disse que em rio de piranhas o larani nada de rostas e o macaco bebe água de canudinho. Seria muita incoerência aceitar esta engambelamento que tentam nos impingir. É preciso portanto afastar o véu de fumaça, para ver de perto que cores tem a crise, que motivos querem «politizá-la» como uma disputa de táticas mais ou menos revolucionárias, exatamente para ocultar atrás dos belos discursos o não cumprimento de compromissos assumidos quando fundamos todos o jornal Em Tempo.

Na verdade a atual crise é apenas mais um capítulo, agora sem dúvida alguma dramático, do embate entre concepções e práticas diversas quanto à construção da chamada Frente Jornalística, que se formou no segundo semestre de 1977 com objetivo de lançar na praça um periódico. É o que procuramos mostrar com esse texto.

Democracia, uma calça velha e desbotada?

Ao que tudo indica, a plataforma inicial de Em Tempo foi esquecida ou relegada ao baú dos documentos históricos, no qual não se deveria remexer a não ser para o deleite futuro dos nossos netos. Mas para quem considera que democracia importa, ao contrário do que diz a canção não é uma calça velha e desbotada, um traste de bom, é bom sempre refrescar a memória. Um jornal em projeto, texto de unidade básica entre todos os componentes da Frente Jornalística que o aprovaram numa assembleia em setembro de 77 e o ratificaram em abril de 78 dedica nada menos que três dos seis setes itens aos assuntos das relações internas no novo semanário.

O sétimo deles chama-se — e não é por nenhum acaso — O controle pelo trabalho: «a direção do novo jornal — diz o texto — estará sempre em mãos de órgãos colegiados democráticos e periodicamente eleitos. As pessoas que, por seu trabalho, são reconhecidamente as que fazem o jornal serão portadoras de acesso do tipo A da editoria. Esta categoria de acionistas terá o direito de eleger na assembleia geral — em separado — quatro quintos dos membros do Conselho de Administração órgão de deliberação colegiada ao qual caberá assegurar o cumprimento da linha editorial e da política administrativa definidas pela assembleia geral».

«Ao estabelecer a forma associada de organização, a empresa viuse carente de normas mais claras que estabelecessem melhor o que seria este critério baseado no trabalho. E, neste momento, o Conselho Editorial e Administrativo foi criado por unanimidade de votos um regime que fixa como se registra dentro da Frente Jornalística os colaboradores: efetivos ou acionistas. A isto é, desde que satisfaça as seguintes condições: exercício com regularidade de uma atividade principal defínivel e específica ligada à redação e/ou administração por período não inferior a 60 dias corridos; além de participação nas reuniões de avaliação, pauta e outras que digam respeito à sua área de atuação principal».

A crise de trabalho

Decorridos quase dois anos dos impulsos iniciais que geraram Em Tempo nos quais estes princípios foram plasmados, qual a situação que enfrentamos hoje? Uma crise sem proporções no engajamento no trabalho, seja na redação ou na administração, cançada no descompromisso de inúmeros parceiros iniciais da Frente Jornalística com as tarefas práticas do nosso projeto comum. Essa, sim, é a verdadeira crise que atravessamos a partir principalmente do segundo semestre do ano passado, acentuada no período que antecedeu as eleições parlamentares de novembro, e agravada ao paroxismo nos últimos três meses.

A medida da situação fica bem clara na descrição dos dois principais Estados do País com um perfil breve da área da redação. A sucursal do Rio de Janeiro, que foi nos primeiros tempos da nossa publicação um pilar insubstituível de reportagens e rumos jornalísticos, está virtualmente fechada. Poucas são as matérias que chegam de lá e mesmo assim, sem o chamado brilho cintilante de outrora; as pautas programadas para aquele Estado são respondidas com o mutismo; chegou-se às raias da caricatura, pois um colaborador recém-aproximado tem de enviar suas matérias por correio, pois não encontra a sede aberta para despachá-las por malote. São Paulo principal centro industrial do Brasil e centro nervoso da redação e administração apresenta nos últimos três meses apenas quatro pessoas trabalhando em tempo integral na redação três delas «importadas» de Minas; os proverbiais excessos de colaboradores que sempre apareciam nos artigos de inércia política simplesmente debandaram (ou nunca existiram?).

Mas deixemos as mazelas domésticas do Em Tempo apenas nestas parcelas do parágrafo anterior. O leitor há muito já sente de outra maneira os reflexos da crise do trabalho: a qualidade do semanário deixa muito a desejar, sem conseguir se renovar e apresentar algo de consistente para subsidiar a articulação das oposições brasileiras na luta pelas liberdades democráticas, meta primeira de todo o projeto do jornal. Não conheço ninguém que discorde de que estamos fazendo um mau jornal, maciço e pouco útil, extremamente comentarista, pouca reportagem, um onífilo de luxo, etc. etc. etc. A raiz disso são não vêem os miópses (de natureza ou de má fé); as conspirações no cafézinho da esquina não aumentam nossa vendagem nas bancas; as conclusões resultantes de «conversações enfiadas umas sobre as outras» em tempo integral para lembrar expressões já utilizadas noutra fase do Em Tempo não empolgam os leitores; as charges no muro de lamentações de baixa qualidade do Em Tempo não produzem por si só as audazes reportagens que abalam as estruturas do regime em que o país está mergulhado há quinze anos, nem produzem as análises consistentes que ajudam a oposição a compreender melhor a realidade em que vive.

Essa situação de desengajamento progressivo no trabalho, que antes era disfarçada com as mais diferentes alegações, hoje é plenamente assumida pelos próprios responsáveis pela direção do jornal Em Tempo. Basta citar afirmações



«Em Tempo» já tem uma história de quase dois anos, 56 edições e a resistência ao atentado da extrema-direita, que não vale a pena ser encerrada.

dos três diretores na recente reunião do Conselho de direção do jornal. Um deles asseverou que estava «convencido de que o trabalho agora não adianta porque em geral não temos competência para fazer um bom jornal» referindo-se à ausência de profissionais experientes no ramo. Outro companheiro da diretoria declarou que «não adianta apelo ideológico para resolver a questão do trabalho no jornal». E finalmente um terceiro «enotou sua linha de conduta: «nenhuma intervenção neste momento no jornal é mais política e não como tarefa». Para todos eles a resolução dos problemas passa primeiro por um debate sobre todo o projeto e toda a nossa experiência comum, mas travado com o jornal parado.

Quando dois bicudos não se beijam

Levantar a questão do trabalho não é a nosso ver desviar-se dos aspectos centrais da crise do Em Tempo. Nem muito menos desculpá-la esfarrapada que se esgrime no corpo a corpo da «tórica. Trata-se de um dos princípios mais caros pelo qual toda a imprensa, nunca, tem se batido, isto é, está ligado umbilicalmente à aplicação de controle do poder na imprensa pelos jornalistas e administradores ou seja quem trabalha, ao contrário das relações na grande imprensa capitalista, onde o patrão é quem decide tudo desde a linha política editorial até a cor que será pintado o edifício do jornal. Essa polemica não surgiu com Em Tempo. Só para citar outros exemplos basta recorrer às origens do Le Monde, talvez o caso mais clássico, e outros tipiquinhos, como opinião, Movimento, De Fato, Amanhã, Versus, etc.

Na história deste semanário é possível detectar um outro estágio onde aglorou a questão do trabalho, que tentaremos resumir para documentar ainda mais a ideia.

Quase tão antiga quanto a proposta de Frente Jornalística, surgiu nos momentos iniciais da formação de Em Tempo a ideia de Frente de Tendências. Ambas, qual dois bicudos, não se beijavam; o dissonância das preferências dos acionistas fundadores da editoria, num debate bastante acido.

Na fórmula da Frente de Tendências, o critério da democracia interna e portanto da direção editorial e administrativa do jornal é a representatividade política que os indivíduos e as correntes de opinião têm na sociedade civil, isto é, no plano exterior ao jornal. Por exemplo, um líder estudantil que agita e organiza as amplas massas universitárias com grande sucesso, pode ser mais representativo no interior do jornal que os repórteres e redatores mais dedicados e eficientes na tarefa de confidiantemente erguer uma alternativa de imprensa: estes pobres,

mortais que não detêm o poder e a capacidade de levantar as massas e levá-las ao combate nas ruas ou a vitória desta ou daquela tendência numa eleição para um DCE, estavam condenados ao fogo do inferno pelo pecado original da sua inexpressividade na sociedade civil. Não se trata de um exemplo grosseiro — é assim mesmo que se traduziu nos origens do Em Tempo a formulação da ideia de Frente de Tendências. Ou seja aqueles jornalistas e colaboradores que não estavam alinhados ou «engatados» numa ou noutra «corrente de opinião tinham de se curvar perante o peso histórico da luta de classes. E mais que isso, como nos muros institucionais vigentes é extremamente difícil aferir quem é mais ou menos representativo, a margem de manobras das auto-intituladas «vanguardas» ficaria ampliada ao extremo, reorientando dentro do jornal a velha política de conchaves, na qual os «desengatados» seriam eternas cartas fora do baralho.

Um perigo: o frentista bífido

Em fevereiro de 78, a Editora de Internacional condensou bem a preocupação em criticar essa perspectiva de transformação do jornal em uma espécie de porta-voz de uma hipotética «frente orgânica entendida como a aliança de setores, grupos e tendências». «Mesmo que eventualmente alguns indivíduos participantes considerem portadores de virtudes mais estreitas com os movimentos sociais de oposição, isso não lhe credita nenhuma representatividade extra no interior da Frente».

Os trocando em miúdos: «a garantia de critérios justos para o exercício da democracia na Frente Jornalística pressupõe que a representatividade de cada componente da Frente seja dada por sua participação na empresa e o campo onde se materializa a Frente Jornalística. O trabalho, portanto, de cada um, em função de determinações coletivas dentro dos canais da Empresa Jornalística deve ser o critério básico para definir a representatividade de todos», reafirmavam os companheiros da Editora de Internacional. A participação de cada componente poderia ser precisada de maneira inequívoca pelo seguinte:

- o componente da Frente deve estar articulado num dos setores da empresa de modo sistemático cumprindo suas tarefas de modo regular — seja esse setor a redação, administração, a distribuição, etc.;
- deve participar de maneira sistemática e constante da vida política interna da empresa participando às reuniões de forma regular e se pronunciando sobre as questões políticas gerais no seu setor de trabalho e nas reuniões do coletivo.

Suspender o jornal sem consultar antes os que nele trabalham? Uma usurpação...

É assim que quinze componentes da sucursal de Porto Alegre viram a decisão do Conselho deste semanário, em correspondência enviada a nós esta semana.

Companheiros, Tomamos conhecimento na reunião da Sucursal, quarta-feira 21 de fevereiro, das decisões tomadas pela maioria dos conselheiros do Conselho Editorial e Administrativo do nosso jornal, que aprovaram a suspensão temporária do ET.

Independente dos argumentos que os companheiros possam ter em relação à atual situação da empresa e do jornal, não podemos admitir, sob hipótese nenhuma, tal decisão. O jornal possui, e os tem mantido, canais e instrumentos que permitem o mais amplo e democrático debate sob todas as questões que enfrenta, e uma decisão como essa não pode ocorrer sem o consentimento e a participação do conjunto dos acionistas-trabalhadores do jornal através de sua Assembleia Geral.

Prender-se a «legalidade» formal do CEA em tomar tal atitude, é usura-

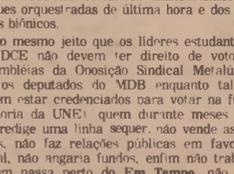
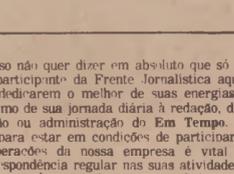
par toda a legitimidade de sustentação pelo conjunto dos trabalhadores de uma votação do CEA implica.

Os companheiros conselheiros ao deliberarem essa medida feriram profundamente um dos princípios básicos e fundamentais do nosso projeto: o respeito pela democracia dos que trabalham no ET.

Essa atitude é inaceitável, ilegítima e usurpadora do direito de opinião e deliberação que o conjunto dos trabalhadores do jornal deve ter garantido em questões que põem em risco, a continuidade do projeto.

Manifestamos, pois, a todos os companheiros das várias sucursais e da sede, nosso mais veemente repúdio a tal decisão.

Assimam este protesto os companheiros presentes na reunião de quarta-feira da Sucursal: Adão Capa, João Rodrigues Soares, Ailton Ortiz, Carlos Aveline, José Luiz Cruz, Luci Ayala, Raul Pont, Cláudio D'Almeida, Ana Barros, Gerson Schirmer, Danton Silveira, Sérgio Ruckert, Liliane Froemming, José Carlos Oliveira, Renato Oliveira.



isso não quer dizer em absoluto que só pode ser participado da Frente Jornalística aqueles que dedicarem o melhor de suas energias e o máximo de sua jornada diária à redação, distribuição ou administração do Em Tempo. Mas que para estar em condições de participar das deliberações da nossa empresa é vital uma correspondência regular nas suas atividades. Só assim, podemos evitar os manobristismos das claqueas orquestradas de última hora e dos frentistas bífidos.

Do mesmo jeito que os líderes estudantis ou um DCE não devem ter direito de voto nas assembleias da Oposição Sindical Metalúrgica ou os deputados do MDB quando tal não devem estar credenciados para votar na futura diretoria da UNE) quem durante meses a fio não redige uma linha sequer, não vende assinaturas, não faz relações públicas em favor do jornal, não angaria fundos, não vai trabalhar e nem passa perto do Em Tempo, não pode pretender de uma hora para outra ditar regras e se considerar apto a tomar decisões no interior desta Frente Jornalística, pois na verdade, na prática, no terra a terra, não está vinculado a ela.

Embora isso possa parecer claro como o dia há gente que não pensa assim e transplanta, mesmo sem ter consciência disso, o modelo de tomada de decisões na grande imprensa capitalista para a imprensa nacional: lá o empresário burguês detém a propriedade das máquinas, do estoque de papéis e de matérias primas, além do direito necessário para alugar a capacidade de trabalho dos redatores, revisores, graficos, diagramadores, etc. e tem assim garantida a linha editorial de suas publicações; aqui, o central é de natureza diferente, menos palpável materialmente trata-se do capital da pretensa representatividade política, do auto-reconhecimento como iluminados e donos da verdade, a quem todos devem se curvar como vira de presépio e render tributos, pois afinal são eles a ditar «vanguardas». A retardarda que se culde.

O atalho golpista

Essa crise do trabalho não foi gerada por todos os jornalistas e colaboradores efetivos da Em Tempo. É cristiano que um setor do jornal, hoje configurado na maioria numérica do Conselho de direção, é o principal responsável por ela e em decorrência pelos seus efeitos, como a baixa qualidade do semanário.

O bloco da maioria do Conselho tentou suspender a circulação do Em Tempo mas não conseguiu. É uma prova cabal de que tem maioria de votos no Conselho, mas não governa. O governo neste caso é o da minoria numérica no Conselho: essa é parte menor mas representa muito mais em termos de trabalho que a maioria do Conselho dos onze votos da maioria, dez deles rejeitaram uma proposta de consultar as bases do jornal antes de tomar a decisão de suspendê-lo por que sabiam que não detinham a representatividade nacional de suas bases a partir do critério do trabalho. Essa é a lógica elementar que evidencia-se na última reunião do Conselho. Em Tempo continua?

Evidencia também de forma definitiva as duas concepções de como chegar a ser governo dentro do jornal. Uma delas parte da dedicação cotidiana no trabalho como fonte legítima dessa aspiração. A outra desdenso-se frente a este método e tenta o atalho que custa menos caminhada: a via do golpe que é o nome que deve ser dado à tentativa de suspensão do Em Tempo transferência de sua sede para o Rio de Janeiro, a adoção sem vultões da proposta de Frente Popular como linha editorial básica. A dicotomia entre Movimento Socialista x Frente Popular, referida no início é o colorido enfumaçado para dourar a pilula, para dar um fim nobre ao emprego de meios condenáveis a qualquer um que colige a lealdade e a solidariedade como pontos de princípio.

É simplismo reduzir os matices e essa mera dicotomia entre um movimento socialista e uma frente popular. Em Tempo comporta e deve comportar mais correntes de opinião que essas, ou mesmo não alinhadas com nenhuma delas. Do que devemos fugir como o diabo foge da cruz é de permitir a transformação do nosso jornal num «jornal de tendências», à semelhança do que ocorreu com o movimento estudantil. Em Tempo não pode ser exclusivamente o jornal da Frente Popular ou exclusivamente do Movimento Socialista, ou do trabalhismo, ou do PT, do PS, ou do MDB decaído ou de qualquer das alternativas tácticas colocadas em debate na oposição brasileira. E essa ideia, mais uma vez vale repetir, não é nenhuma novidade — foi o nível da coisa que gerou o Em Tempo e está inscrita no nosso documento-base.

«Jornal será formado por todos aqueles que se identificam com seu projeto, articulados num frente jornalística, constituída por jornalistas, colaboradores e demais participantes do empenhamento editorial. Esta equidade definirá democraticamente a política editorial e administrativa. Resulta-se que o jornal não será nem órgão oficial da oposição, nem veículo de expressão de tendência ou grupo desta oposição. Porém, sem cair no ecletismo, deverá colocar-se dentro dos marcos permitidos pela convergência da frente jornalística. O que se propõe é uma forma de democracia interna que permita a aglutinação de vários indivíduos com posições particulares, possivelmente diversas, os quais terão efetivos canais para manifestarem suas ideias e propostas relativas aos rumos e definição do jornal. A democracia deverá possibilitar o máximo de consenso no interior da frente jornalística».



Ramires: trucidado ou desaparecido?

Há cinco anos uma família cearense convive com esta dúvida, acerca de seu filho, um jovem que fazia oposição ao regime militar, nos anos 68

Ramires Maranhão do Valle, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle, nasceu a 21 de novembro de 1950 em Recife-PE, e teve ativa participação política no movimento secundarista de sua cidade entre os anos de 1967 e 1969.

O início dessa participação ocorreu quando, em 1967, foi preso em uma manifestação estudantil contra a engenharia norte-americana aos assuntos educacionais brasileiros (acordo MEC USAID), realizada nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e permaneceu recolhido ao Juizado de Menores do Recife durante oito dias, juntamente com Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, preso na mesma manifestação. A partir desse fato, integrou-se na política estudantil secundarista (na época, cursava o científico no Colégio Salesiano Sagrado Coração, do Recife).

Como fatos mais marcantes de sua participação podem-se citar, em 1968, a resistência ao cerco e ameaça de invasão do «campus» da Universidade Católica de Pernambuco pela Polícia Militar, e a grande-passeata legal de vinte mil pessoas que culminou com um comício na Avenida Guararapes, no centro de Recife, quando Ramires foi uma das lideranças secundaristas. Em 1969, durante o ferretor do Padre Antonio Henrique Pereira, assassinado pelas forças de repressão, Ramires fez um comício-relâmpago na Ponte da Torre. Entre 1967 e 1969, teve destaque na organização de assembleias, passeatas, comícios, panfletagens e na estruturação do movimento secundarista recifense.

Forçado à clandestinidade

Em 1969 intensamente perseguido pelos órgãos de repressão política, foi obrigado a cair na clandestinidade, abandonando a casa onde residia com seus pais e irmãos. Na época, a residência de sua família foi, por diversas ocasiões, mantida sob vigilância e até mesmo invadida por forças policiais, sob o pretexto de sua localização e prisão.

Durante sua vida clandestina, Ramires mantinha contatos esporádicos com seus familiares através de cartas e telefonemas, ou mesmo raras visitas, encontros revestidos de máxima segurança à sua pessoa. Sabe-se que morou algum tempo em Fortaleza, exercendo militância política. Nessa cidade, escapou da morte e da prisão quando o local onde residia foi cercado e invadido por agentes policiais, tendo sua fuga se concretizado sob cerrado tiro. A partir de 1972 estava morando no Rio de Janeiro, onde tinha ligação de cunho partidário com Ranúzia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima. Seu último encontro com seus familiares ocorreu a 28 de fevereiro de 1972, na cidade do Recife. Nessa última vez em que foi visto, embarcou em um ônibus para a cidade do Rio de Janeiro. Durante 1973 ainda manteve contatos telefônicos com sua família. Nessas ocasiões, seus pais, conscientes do grave momento político atravessado pelo país contando mesmo com ameaças diretas de agentes policiais à vida de seu filho, instaram-lhe a procurar o exílio no exterior, oferecendo-lhe, para isso, as condições materiais necessárias, pois sentiam nessa alternativa a única chance de ver resguardada a sua integridade física. Sua recusa a esta



Francisco Clóvis Marques do Valle, pai de Ramires.

opção sempre foi pronta, determinando que estava em sua luta na defesa dos ideais do povo e contra a ditadura militar implantada em 1964.

As dúvidas

Em 29 de outubro de 1973, jornais do Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, O Globo, A Notícia, Última Hora) publicaram tal ocorrência com mais alguns detalhes, contudo sem identificar nenhuma das vítimas. Posteriormente, um órgão de repressão política divulgou uma versão do ocorrido, identificando Ranúzia e Almir, o mesmo não ocorrendo em relação aos outros dois ocupantes do carro (Jornal do Brasil e O Globo de 17 de novembro de 1973). A partir de 1978, o nome de Ramires passou a constar de relações de presos políticos desaparecidos divulgadas por associações que lutam pelos direitos humanos e pela anistia no Brasil. Em recente reportagem da Folha de São Paulo (23/01/79, às folhas 6 e 7), uma fonte não identificada admite a morte de Ramires mas, ao longo de todos esses anos, sua família não foi oficialmente notificada desse fato e ninguém assumiu essa morte nem as reais circunstâncias em que teria ocorrido.

A partir de outubro de 1973, cessaram todos os tipos de contato que Ramires mantinha com sua família e nenhum dado concreto surgiu para desmentir ou confirmar o acontecido. Ao longo de mais de cinco anos essa família convive com a dúvida. Se o provável trucidamento de Ramires serviu para punir seus supostos crimes políticos, seu desaparecimento tem servido para torturar os que lhe eram próximos, talvez pelo crime de lhe terem dado todo o apoio possível na época, tanto em sua luta pela própria sobrevivência, como pelo que achava justo. Ramires, simplesmente, desapareceu, ou talvez melhor fosse dizer-se que foi desaparecido, como aconteceu com tantos outros que se opuseram ao regime militar de 1964.

Francisco Clóvis Marques do Valle, Fortaleza — CE

Operário é como anjo? Sem sexo?

A pergunta vem de Paris e é uma crítica a este semanário pelo tratamento dispensado nas suas páginas às mulheres trabalhadoras.

Companheiros,

Relendo todos os números de EM TEMPO, e sobretudo a cobertura do movimento operário, salta aos olhos uma enorme lacuna: a participação das mulheres. Aparecem, no máximo, comentários genéricos do estilo: «ao contrário da ideia geral, as operárias demonstram que também sabem lutar por um salário digno e que sabem o que querem». (ET nº 18). E isso numa reportagem sobre a greve na Philco, onde mais de oitenta por cento dos trabalhadores são do sexo feminino. Informa-se, por exemplo, que durante a luta foi eleita uma comissão de negociação composta por sessenta trabalhadores. Mas a proporção de mulheres parece não ter interessado o repórter, ou o redator. Da mesma forma, nas entrevistas de representantes das oposições sindicais nenhuma pergunta foi feita sobre a atitude das operárias, sua participação nas greves, etc. Idem,

ibidem, nos artigos sobre as Comissões de Fábrika.

No entanto, as oposições sindicais têm incluído em seus programas eleitorais várias reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras. Algumas diretorias sindicais combatíveis até convocaram Congressos de Mulheres. Um dos objetivos de um jornal que procura «contribuir, no universo da oposição, para o predomínio daquelas forças mais consequentes» deve ser o de observar como essas iniciativas se concretizam na prática dessas entidades. Mostrar qual é a situação da mulher trabalhadora nas fábricas e como ela levanta suas reivindicações. Qual foi a participação das mulheres nas últimas greves?

EM TEMPO parece não dar a mínima atenção a esse problema.

Será que os companheiros pensam que os operários são como os anjos? Que não têm sexo...?

Lucia Veiga — Paris

Grilagem e Terror

O povoado de São Pedro da Água Branca pertence ao município de Imperatriz, no Maranhão. Essa área, cuja jurisdição é disputada pelos dois estados fronteiriços, foi transformada em um ghetto camponês, completamente cercado por grileiros e latifundiários, protegidos pelo INCRA, Polícia Militar do Maranhão, Polícia Civil do Pará e por um major do Exército (lotado numa unidade militar dessa Arma, localizada no km 8 da rodovia PA-70, construída para ligar Marabá à rodovia federal Belém-Brasília).

Com 1350 choupanas de tira de babaçu, bambu e barro, cobertos de palha de babaçu e telha de pau lascado, o povoado de São Pedro será o maior produtor de arroz do Maranhão, na safra que começa em fevereiro e termina em maio.

Aqui as condições de vida do camponês de São Pedro da Água Branca e a denúncia da ação criminosa dos latifundiários, empresas agrícolas e grileiros, acobertados pelo Governo Federal e pelos órgãos públicos que operam na agricultura.

Por João Batista Mares Guia

Os lavradores de São Pedro da Água Branca denunciaram: «O major do «8» falou pra nós que as terras do brejo Cabeça Gorda são do Waldemar». O grileiro Waldemar, dizem os lavradores, «disse que ia dar parte de todo mundo lá no «8». Graças a Deus não chegou ainda ordem de prisão. Mas chegou uma intimação do major do «8» pra reunir o povo no dia 30 de janeiro. Não sabemos a finalidade. Fazemos o cálculo que é para assinar que estamos dentro da terra do grileiro Waldemar».

No dia 30 de janeiro, ao meio-dia, hora combinada, EM TEMPO foi a São Pedro da Água Branca. O major do «8» não apareceu, nem o grileiro Waldemar. Foi chegando gente. «Tudo o que lhe contei lá no sindicato do sr. vai ver aqui hoje», disse o lavrador Luiz Vasconcelos — delegado sindical do povoado junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz.

José Lino, caboclo de 40 anos, começa a dar as provas do que anda acontecendo ali. «Vou falar no aparelho, moço (aponta o gravador), e pro tudinho». Começa a história.

«O povoado começou em 72. Quando cheguei aqui, um dos grileiros que dizia que era dono dessas terras, chegando depois de nós, não deixou abrir rua e estrada aqui no povoado. O povo, uns 80 homens, destacou lá onde ele tinha cercado. Foi numa manhã, novembro de 1975. Abriu a rua. Passados 3 dias ele veio com uns capangas e tomou a rua novamente. Disse: Quero saber qual é o colono que toma essa rua. Passado 8 dias o povo tornou a tomar a rua, devido as pilherias desse grileiro Gerson Castro Alves».

Primeiro o povo tentou o acordo. Prosseguiu o lavrador: «Comigo não tem acordo, ele disse. Se vocês querem vão fazer com o INCRA. O sr. sabe, onde tem muita opinião, muita gente, e o povo decidiu meter o ferro e arrancar o arame pra abrir a rua».

Continua o relato: «Noutra banda do povoado, nesse tempo mesmo, o grileiro Jaques Mendonça e os filhos, cercou a aguada com arame. Fomos lá fazer acordo pra ele cercar o lado de lá da aguada pra nós servir da água. Outras águas tinha malária. É tudo igarapé. Não quis conversa. Cercou até o campo de futebol. Jogadores chamaram ele pra acordo. Ele passou direto. Nisso os jogadores arrancaram uns toros de cerca do campo. Vem ele, dois capangas e um outro com máquina de fotografia na mão. Jaques Mendonça entrou no povoado gritando: «Se arretrira criança». Isso foi no 7 de dezembro de 75. Ele atirou no rumo nosso, e o povo também atirou no rumo dele. Ele disse: Ah, bandidos, vocês esperam que eu vou buscar 40 homens pra acabar com vocês».

Foram 7 dias e 7 noites de espera, as famílias se preparando, uns no mato, outros em casa, olho na estrada. Se tivesse barulho de carro era pra todos correr pro mato, conta Zé Lino. E prosseguiu: «Jaques Mendonça foi primeiro a Marabá, no Exército, depois a Imperatriz, na polícia. Mandou dizer que arrumou destacamento pra trazer. Com 7 dias de espera, chega aí uma C-10 da polícia. Dizendo que vieram de Marabá, que iam dar garantia. Ai, foi falado que esse pessoal da C-10 chegou ganhando 8 mil cruzeiros que Jaques Mendonça pagou pra eles matar gente aqui. O pessoal tornou a se assanhar. Olho neles, o resto no mato, esperando. Eles logo quiseram saber uns nomes. Perguntaram por Raimundo Dias, Juarez e Baixinho. Nós aqui não conhecemos esse pessoal. Falamos pra eles: Juarez e Raimundo aqui não tem; baixinho aqui tem muitos». (Risadas)



São Pedro da Água Branca

«Trabalhador rural tá igual trator de esteira. Observei essa Belém-Brasília e outras estradas. Tive meditando.

Os tratores de esteira passando o maior sacrifício, atolando no igarapé, todo perigo p'ra enfrentar. Depois veio o asfalto, e o trator só passa no lombo de caminhão.

Não tem direito à estrada que ele fez.

Assim é o trabalhador rural, que enfrentou as matas, as feras, as cobras, os insetos, sezão, impaludismo, malária. Enfrentou esse perigo, amansou a terra e agora não tem direito nela».

Chega o capitão Severo e um destacamento da Polícia Militar, vindo de Imperatriz, um sargento e quatro soldados, que ficam em São Pedro. Depois, sai o sargento, um cabo fica de subdelegado «Começaram a tomar uma cervejinha no km 92 da PA-70, lugar dos fazendeiros, e com pouco eles revoltaram contra o povo de São Pedro. Nós reunimos 11 pais de família e vamos a Imperatriz. Falamos com o capitão Severo dos abusos. Já era 76. Ele mandou tirar e passou uma temporada sem Polícia».

Nesse tempo, o grileiro Zé Milton, o Zé Branco, mais um tal Paulino e Narcísio, pistoleiro, tiveram intimação para ir a Imperatriz. Dr. Bernardes, da Polícia Federal, investigou a morte do Odinei. Manoel Odinei, já era 17 de maio de 77. «Dr. Bernardes, conta Zé Lino, apurou que Zé Branco e Paulino tinham mandado matar Manoel Odinei. Ele e o Fia, também lavrador, estavam tocando roça numa terra que

Zé Branco dizia que era dele. Ele é dominador aí, tem 21 alqueires e queria cercar mais de 200.

Quando lá um dia, Fia e Odinei já iam junto para o povoado. Odinei leva um tiro, que era para o Fia, e morre. Tocaia do Zé Branco. Foi um pistoleiro vindo do Espírito Santo. Quiseram contratar Narcísio, ele não quis. Dr. Bernardes descobriu Narcísio sabia, foi preso para Imperatriz. Lá os grileiros tiraram ele da cadeia com dinheiro. Ele sumiu. Marcaram audiência lá O Antonio, o Fia e mais cinco lavradores, e o Zé Branco e o Paulino. Só o Antonio e o Fia foi chamado. Antonio chegou, o Fia já estava preso e sofrendo judiação. Com o Antonio de São Pedro mesmo não falaram nada. Perguntaram sobre uns encontros que ele tinha participado com uns pais e sobre uns bilhetes que ele tinha em casa. Judiarão dele os dois dias que esperou até eles trazerem os bilhetes. Preso, mais o Fia. Coisa do major Xavier e do capitão Vitor da Polícia Militar do Maranhão».

Segurança Nacional

«Tiraram o Antonio de lá, prosseguiu Zé Lino. Era uma sexta-feira, e mandaram para o 50º BIS

do Exército (Batalhão de Infantaria de Selva para combate antiguerilha, sediado em Imperatriz, à margem esquerda da Belém-Brasília). Passou lá de 6ª feira até 4ª feira. Foi dar depoimento. Lá não sofreu nada. Major do Exército falou que era para ele ficar na cidade. Falou que não podia, tinha família e roça. Foi lá uma vez, depois não chamaram mais».

Em 77 o subdelegado de São Pedro mudou. Veio o cabo Damasceno, da PM do Maranhão. Sr. Luis conta: «Chegou dizendo que as terras aqui era dos fazendeiros e que os de São Pedro são invasores. Que o povo, se quisesse, recebia uma indenização e deixasse a terra. Teve gente que fez, recebeu o dinheirinho, a palmatória ali, ou recebia ou apanhava. Com isso o pessoal alvorocava e ia embora demais. Botaram a Polícia numa estrada e noutra. Tomando as espingardas e facão. Não fosse as grilagens o povoado teria, hoje, 15 mil pessoas».



Luiz Vasconcelos — delegado sindical

As torturas chegaram também a São Pedro da Água Branca. O lavrador José Miguel de Carvalho planta 60 linhas de arroz (18 hectares), cana, banana, abacate, jaca, manga, caju, ata, mamão, milho, fava e melancia. «Cheguei em 76. Com três meses recebi uma intimação que vinha de São Luiz, da doutora Celsa, delegada regional da Federal. Em julho recebi outra intimação, do IBDF de Marabá. Eu fui a Marabá. O rapaz do IBDF falou que eu não podia derrubar mata nessa área. Respondei para ele que não tava derrubando, que a primeira e a segunda roças já estavam feitas e que eu tinha crença que a

«O povo brocando na mata, ele ciejava com 8 e 10 homens, metia as armas em cima e botava o povo pra correr. Esfregava revólver na venta do povo dentro do mato. Nossa batalha é: eles humilhando e nós brocando.»

terra era do Estado e que se precisasse fazia a terceira roça. Isso passou».

«Num dia lá, conta Zé Miguel, às 2 horas da madrugada, eu aqui em casa com a muiezinha, me chamam na porta. Quando eu levantei tava cercado por 10 polícias do Pará. Junto vinha o homem que quer ser dono dessas terras aqui, que é o Ararizon Mendonça, filho do finado Jaques Mendonça. Ele na frente da Polícia, comandava. Me levaram preso com o pai da muiezinha e 4 vizinhos. Fomos para Marabá. Na noite seguinte a Polícia soltou eles. Fiquei. Dia seguinte me conduziram para Belém, me entregaram na Central de Polícia. Depois de 4 dias lá nessa prisão, me chamaram no gabinete do dr. Frederico. Na frente dele, levei uma rasteira por detrás, me quebrou esse braço, as duas canas, na junta. Passei 90 dias sem trabalhar. Me voltaram pro xadrez de novo. Dia seguinte queriam que eu assinasse um papel. Falei que não assinava porque a mão direita tava quebrada, com a esquerda eu não escrevia».

Ele continua: «O braço engrossou. Na hora da rasteira o Ararizon e o Jason Mendonça estavam dentro da sala do dr. Frederico, sentados num sofá. Foram engessar meu braço 5 dias depois em Ligação, na Belém-Brasília. Ai já não dominava mais o braço. Eles veio, me soltou aí na entrada de São Pedro. Ararizon disse para mim: «Você sai daqui até o dia 8 de novembro (a prisão tinha sido no dia 21 de outubro). Se não sair sei como é que tiro você».

Dai em diante, conta Zé Miguel, ele não deixou de perseguir os meus vizinhos, diariamente, durante o verão todo do ano que passou (78). O povo brocando na mata, ele chegava com 8 e 10 homens, metia as armas e em cima e botava o povo para correr. «Esfregava revólver na venta do povo lá dentro do mato. O povo corria para rua (povoado). Depois voltava. Esse vai e vem. Outros assinaram contrato com ele, indenização, arrendo, para plantar capim para ele. Cobertura a Polícia não dá para nós. Eu não sei por qual motivo não dá, porque o mal que nós faz é só trabalhar. Nossa batalha é eles humilhando e nós brocando. Eles diz que vai surrar, e nós trabalhando. Como agora mesmo.

Humilharam o velho Derzo, meu vizinho, e disseram pra ele: «Olha, nós vamos quebrar as duas pernas do Zé Miguel. Só foi quebrado um braço. Vamos incluir o Codó, vizinho dele, e fazer uma visita só. O Antonio vai ter uma surra grande, eles falou. O que nós precisamos é de tranquilidade, é de terra, para comer e dar de comer à Nação».

O grileiro Waldemar

O povo de São Pedro começou a brocar o lugar chamado Cabeça Gorda, um brejo. «A mata lá pra derrubar precisa ter coragem», conta Luiz Vasconcelos, o delegado sindical do povoado. Esses fazendeiros disse que ninguém fazia roça lá. Foi preciso mexer com o sindicato. O fazendeiro é Waldemar. Mora em Imperatriz tem usina lá. Tem título de 580 alqueires de terra. A terra lá dá muito mais que isso. Ele quer ela toda».

A medição que o Incra fez, pedida pelos lavradores, durou mais dezesseis meses. A medição da terra do Waldemar não deu nem 600 alqueires. «Ele foi lá e chamou o major do «8», conta Luiz. Eu trabalhei para o Waldemar como empreiteiro e ele disse que tinha 400 alqueires de capim gramado. De mata, ele não tinha nem 200 alqueires, e o total de mata que estava ali era mais de 400 alqueires».

Mas o major do «8» falou que «a terra é do Waldemar». Também o dr. Wilson, do Incra de Açailândia, distrito de Imperatriz, «disse que nós tinha que entregar a terra para o Waldemar. Ele (o Waldemar), então, falou que todo mundo saia preso de lá, eu na frente. Agora ele tá garantindo que vendeu 800 alqueires aqui. E título novo não pode ser. Terra dele é só 580 alqueires. Prá isso é que eles arrumaram essa reunião aqui com o major do «8». Prá nós assinar e sair e o Waldemar vender as terras que é nossa, 30 famílias. Essa é a maior questão agora», diz Luiz.

Arroz no toco

O latifundiário André Naves Freire, 28 anos, proprietário de uma fazenda de 13 mil hectares no município de Porto Franco, conta como é feito o plantio do arroz na região.

O lavrador pega a mata bruta. Primeira coisa que ele faz é cortar de foice e facão todo mato que ele conseguir. E brocar o mato. Segunda tarefa, explica André, é a derrubada das árvores e troncos, que é a parte do machado. Depois ele espera secar. Secou, bota fogo. Nem todo mato seca pra pegar fogo. As árvores que o lavrador derruba têm galhadas. Queimam só as folhas. A terceira tarefa, diz o fazendeiro, é despontar e juntar os garranchos. O que não queimou, do tronco ele corta tudo e deixa ele pelado. Termina de fazer isso, o broto verde já tá grande. Cortou, queimou, mas não morreu. O que ele brocou vai brotar outra vez».

«A quarta tarefa é a limpa daquele mato que foi brocado e que nasceu outra vez. Limpou, vem a quinta tarefa, que é plantar o arroz. Ele termina em dezembro. Em janeiro, aquele mato que ele brocou, que nasceu de novo, que ele limpou para plantar o arroz, já nasceu de novo. Em janeiro ele faz a segunda limpa do arroz. Ai a planta de arroz tá com dois palmos de altura. Quando a terra é arrendada, ele planta muda de capim na roça de arroz, em janeiro. Capim diminui o rendimento da planta de arroz. O que ele plantou em dezembro, ele vai colher em março, abril ou maio. Vem a colheita, tem que colher depressa, não dá conta, paga empreita de colheita. Termina, ele paga a renda de 1 saco de arroz por linha. São 3,3 linhas por hectare. E deixa o capim formado».

O tempo do lavrador maranhense se divide entre o inverno e o verão, tempo de sol, que ele aproveita pra trabalhar derrubando e brocando mato, a partir de julho, e plantando o feijão da seca, quando ele tem uma terrinha própria. O inverno começa com as chuvas. É a época do plantio do arroz, que se estende até o final da colheita em maio.

Durante o inverno, o lavrador já não tem arroz pra comer. Tudo ele compra na caderneta da bodega do povoado próximo. A condição é ele vender o arroz na folha, por Cr\$ 80,00 o saco, pelo menos uma parte. Outra parte ele vende depois da colheita, quando o «preço tá fraco». Depois, no inverno, quando ele tá plantando, ele vai comprar o arroz que vendeu por três vezes o valor recebido. E as vezes compra fiado. Fica devendo a roça inteira que ainda vai colher. «Quando a gente colhe uma roça aqui, já tá devendo outra na frente. Por isso tem muito pobre que pede a morte, diz o lavrador sem terra José da Conceição. Ainda vem a Polícia e bate Pobre aqui no Maranhão não tem direito a nada, só cadeia e taca. E tem uns que brigam mesmo, faz que é valente, para ver se morre, que é melhor».

No Maranhão, o lavrador vai atrás da mata, planta o arroz, o boi vem em cima, e nessa caminhada ele já está expulso da terra que ele amansou no braço. Fazendeiro não deixa o lavrador plantar dois anos seguidos na mesma roça. Proibido plantar mandioca, proibido colher babaçu, proibido plantar planta de pé. Só arroz, e, em janeiro, o capim. Depois começa tudo de novo. Em cima do arroz, o pasto, em cima do pasto, o boi, em cima do lavrador «prá isso e tascas», o direito que ele tem. Vai pro fim da picada, para terras devolutas. Forma roça. Vem o grileiro vem a Polícia, vem o major do «8». Depois é o garimpo. Esse é o destino dos lavradores de São Pedro da Água Branca, cuja situação passamos a contar.

O trambique do espigão

A revelia dos antigos moradores, a Maguefa, empresa imobiliária de Porto Alegre, adquiriu por vias ilegais uma enorme área no centro da capital, onde pretende construir uma verdadeira «mini-cidade». Pelos efeitos ecológicos nefastos, pela tramóia da operação, e pelos critérios anti-sociais da obra, ela está sendo denunciada por vários setores da oposição local.

Da sucursal

Um imenso terreno localizado às margens do rio Guaíba, quase no centro de Porto Alegre, em frente a um dos maiores parques urbanos do país, o recém inaugurado Parque Marinha do Brasil, foi vedado pela prefeitura em 1974 a uma empresa particular, numa verdadeira negociação palaciana. Agora, ao entrar em debate o novo plano diretor da cidade o assunto surgiu novamente. Para o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente (Agapam), ecólogo José Lutzenberger, a área foi vendida ilegalmente, causando um sério prejuízo ao município.

A Câmara de vereadores examinou a proposta em apenas quatro dias e aprovou a venda por unanimidade, sendo que para a assinatura da escritura foi desrespeitada a própria Lei Orgânica do município. Desta forma, uma empresa particular está sendo beneficiada enquanto os movi-

mentos populares se articulam em torno da denúncia do que foi mais essa negociação.

Em 1953, através da Lei 2.113 de 16 de dezembro, uma extensa área de terrenos foi doada ao município pelo Estado através de um processo que se completou em 1958, com o registro da escritura que conferia «domínio pleno» da área ao município. Mas nesta escritura não se encontravam os imóveis foreiros, entregues temporariamente à particulares.

Em 1974, na gestão do então prefeito Telmo Tompson Flores (atual deputado federal arenista), o lote foi posto a venda, mediante edital de concorrência pública, ficando dividido em cinco superquadras, custando cada uma entre Cr\$ 2,4 e Cr\$ 8,6 milhões.

Uma mini-cidade para 30.000 pessoas?

A empresa ganhadora, Maguefa, Incorporações Imobiliárias Ltda., com a proposta de

compra dos 165 mil metros quadrados por Cr\$ 36.201.111,15. Teve a aprovação da Câmara Municipal, logo em seguida. A empresa pretende investir nos próximos cinco anos Cr\$ 2,1 bilhões na construção de apartamentos, casas, centro comercial, escritórios, garagens, cinemas, numa verdadeira minicidade capaz de abrigar cerca de trinta mil pessoas. É praticamente impossível, mesmo para a própria Maguefa, estipular com exatidão o lucro que terá, pois é incalculável a valorização do imóvel, tendo em vista as volumosas verbas que o BNH investirá ao seu redor.

A polémica foi levantada. Como pôde a prefeitura vender uma área em que não detinha o «domínio pleno», já que existiam vários terrenos cedidos à particulares pelo Estado? E após conseguir esse domínio, mesmo sem autorização da Assembléia Legislativa, em maio de 76, como pôde desapropriar os terrenos invocando a «utilização pública» da expropriação se a área foi vendida a uma empresa particular? E como pôde a Câmara autorizar a alienação em outubro de 74, sem que tivesse havido a desapropriação?

Segundo publicação de um jornal local, as condições de pagamento foram as «melhores possíveis». Pelo edital de concorrência, «a empresa vencedora deveria pagar 10% do valor proposto no ato da compra; 15% e vinte dias após; mais 15% depois de 180 dias e o saldo parcelado em trinta meses, em suaves prestações de Cr\$ 724.022,22 sobre o qual incidem juros de um por cento ao mês e correção monetária trimestral». Só que há uma cláusula no contrato assinado entre a prefeitura e a Maguefa, afirmando que «enquanto a prefeitura não concluir as desapropriações, cessa a incidência de juros e correção monetária sobre as parcelas cujo pagamento for suspenso».

«Na época não havia um forte movimento ecológico»

Assim o pagamento cessou entre março a maio de 75 e entre dezembro de 75 e novembro de 76 por falta de utilização das desapropriações. Até junho de 77, do total de Cr\$ 36,2 milhões, a Maguefa havia pago apenas Cr\$ 23,9 milhões e não mais de 2,8 milhões de juros e correção monetária.

Atualmente, num momento em que o país está começando a exigir as devidas explicações dos

seus administradores, os prefeitos e vereadores desculpam-se, falando que na época «tudo estava dentro da lei», «não havia um forte movimento ecológico». Alguns ainda persistem nos erros cometidos, como o presidente da Câmara, vereador Cleo Guatimozin para quem «o negócio foi apenas um mau negócio» e resolve-se com outro, propondo a recompra da área que, pela lei, não poderia ter sido vendida.

Mas nem todos concordam com esse senso de administração. A Agapam condena um projeto que poderá mudar, inclusive, o regime dos ventos de toda a área; o Sindicato dos arquitetos questiona uma política que leva à superutilização do solo e ao beneficiamento de uma minoria da população. Caso se concretizem, os espigões planejados irão prejudicar aos moradores de outros bairros que ficarão «escondidos» atrás dos blocos e terão suas propriedades residenciais desvalorizadas, como é o caso dos moradores do bairro estritamente residencial Menino Deus, ao lado do terreno onde a Maguefa se propõe a edificar o «novo cartão postal de Porto Alegre».



EM TEMPO!